



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Adriana Mota Bastos

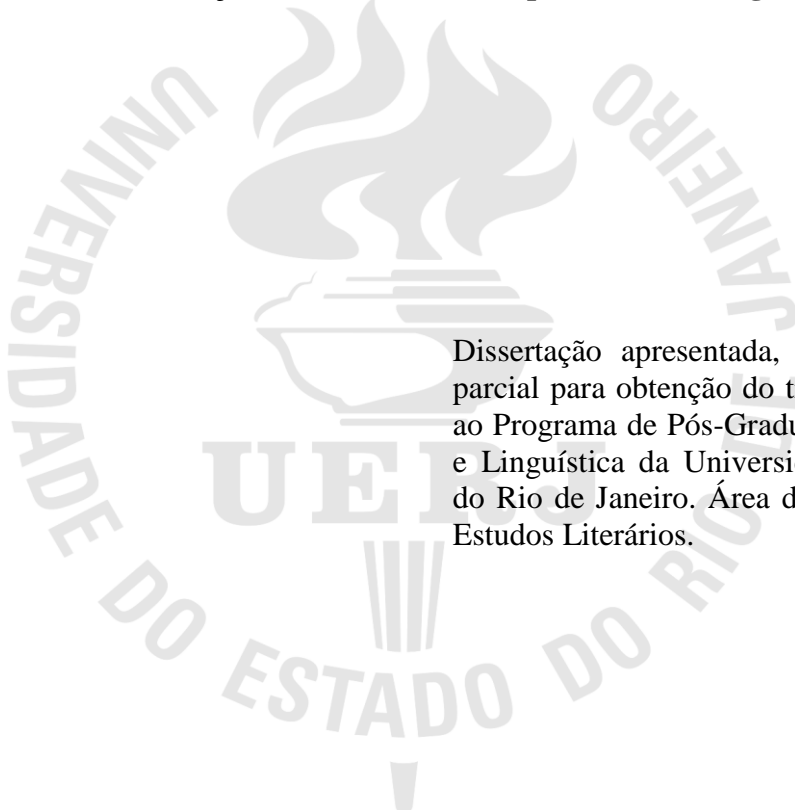
**Estudo comparativo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *Água de  
barrela*, de Eliana Alves Cruz: a ficção brasileira narrada por mulheres  
negras**

São Gonçalo

2022

Adriana Mota Bastos

**Estudo comparativo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *Água de barreira*, de Eliana Alves Cruz: a ficção brasileira narrada por mulheres negras**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Norma Sueli Rosa Lima

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

B327 Bastos, Adriana Mota.

Estudo comparativo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *Água de barrela*, de Eliana Alves Cruz: a ficção brasileira narrada por mulheres negras / Adriana Mota Bastos – 2021.

107f.: il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Norma Sueli Rosa Lima.

Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Reis, Maria Firmina dos, 1825-1917. *Úrsula* – Teses. 2. Cruz, Eliana Alves S. (Eliana Alves dos Santos), 1966-. *Água de barrela* – Teses. 3. Escritoras negras – Teses. 3. Escravidão na literatura – Teses. I. Lima, Norma Sueli Rosa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 869.0(81)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Adriana Mota Bastos

**Estudo comparativo de *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *Água de barrela*, de Eliana Alves Cruz: a ficção brasileira narrada por mulheres negras**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Literários.

Aprovada em 29 de abril de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Norma Sueli Rosa Lima (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Rita Santiago  
Universidade Federal do Recôncavo Baiano

---

Prof. Dr. Paulo César Silva de Oliveira  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2022

## DEDICATÓRIA

Essa dissertação é dedicada, primeiramente, às pessoas que mais me incentivaram a buscar conhecimento por meio dos estudos, especialmente pela leitura, meu pai, professor Expedito Nogueira Bastos e minha mãe, professora Maria Nolândia C. Mota.

Dedico, também, este trabalho de pesquisa ao meu filho, Henrique Mota Bastos A dos Santos, que esteve ao meu lado em todos os momentos importantes, assumindo responsabilidades extras para que eu pudesse me dedicar aos estudos durante o processo de Mestrado tendo como fim a conclusão desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Devo meu eterno agradecimento a todas as mulheres educadoras com quem tive contato, dando especial atenção a minha primeira professora Ibiraceia, educadora do período de alfabetização, que me ensinou as primeiras letras, tornando-me leitora.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup>. Marta Barreto, que ao me acompanhar no curso Normal, concretizou o sonho de me tornar professora e me deu incentivo inicial para que chegasse à Licenciatura em Letras. Professoras Elita Argemon e Anna Rita Simoni, que tanto se dispuseram a compartilhar comigo um extrato do enorme conhecimento que possuíam e o ofereceram generosamente ao longo dos anos em que fui aluna da Universidade Católica de Santos. Também, agradecer ao meu querido mestre, orientador da monografia sobre Literatura Inglesa na Universidade Veiga de Almeida, João Carlos Jeck, que tanto me inspirou a sentir a delicadeza e harmonia nos poemas de Shakespeare e nos romances de Jane Austin.

Por fim, mas não menos importante, estendo aqui meu eterno agradecimento a toda equipe docente do curso de Pós-Graduação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Em especial, agradeço à professora Norma Sueli Rosa Lima, que foi além de seu ofício como orientadora acadêmica, me acolhendo antes mesmo de me tornar sua orientanda, “coisas do destino, e de um ônibus que passou em nossas vidas”.

Devo meus agradecimentos e dedico a conclusão desse trabalho aos professores, cada um deles em especial, Leonardo Mendes, Cristina Ribas, Eloísa Porto, Shirley Carreira, Paulo Oliveira, Eduardo Cruz, Maximiliano Torres por todo o conhecimento compartilhado em suas aulas, por todas as exigências colocadas nos prazos e nas correções encaminhadas por e-mails, por toda a dedicação na busca pelo melhor resultado possível nesse processo de nos tornarmos mestres, e até mesmo à secretária do curso, Pollyana O. Vargas, que com suas palavras carinhosas e sua paciência me acompanhou para além dos momentos em sala de aula.

Maria, Maria, é um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca possui  
A estranha mania de ter fé na vida

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca possui  
A estranha mania de ter fé na vida

*(Milton Silva Campos Do Nascimento / Fernando Brant)*

## RESUMO

BASTOS, Adriana Mota. *A ficção brasileira narrada por mulheres negras: estudo comparativo entre Úrsula, de Maria Firmina dos Reis e Água de barreira, de Eliana Alves Cruz*. 2022. 102f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Essa dissertação tem por objetivo analisar comparativamente os dois romances principais, sendo *Úrsula*, de 1859, escrito pela poeta e professora negra, Maria Firmina dos Reis e *Água de barreira*, de 2016, escrito da jornalista negra Eliana Alves Cruz apresentar a relação de causas e consequências analisadas para melhor embasar as conclusões dessa pesquisa. Essas escritoras buscaram na ancestralidade a criação de narrativas que absorvessem parte da história do Brasil, anteriormente segregada. Desse modo, está proposto dar relevância à presença de mulheres negras no campo literário brasileiro e as criações de personagens femininas negras. Essa pesquisa relaciona tempo histórico e cultural, quando acontecimentos marcantes se relacionam com manifestações de cunho artístico, propondo maior concretude sobre a literatura contemporânea escrita por mulheres negras: refletir sobre a presença do pensamento patriarcal na literatura, debater o preconceito racial oriundo da sociedade hegemônica brasileira. As fontes teóricas para essa dissertação foram *Crítica da razão negra*, (2019) de Achille Mbembe; *Negritude: usos e sentidos*, (2020), de Kabengele Munanga e *Diáspora Negra no Brasil*, (2019) de Linda Heywood, cujas obras apresentam afirmações acerca da identidade negra afrodiáspórica e afro-brasileira. Como fundamentação literária estão presentes estudos de Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, (2014), Eduardo de Assis Duarte, *Literatura Afro-brasileira: 100 autores do séc. XVIII ao XXI* (2014), Afrânio Coutinho, *A Literatura no Brasil* (2016), entre outros. Assim, notou-se o crescente posicionamento de mulheres à frente de publicações brasileiras que tratassem da condição das mulheres e suas condições de trabalho e vida em sociedade, seus direitos e reconhecimento enquanto produtoras de conhecimento a partir de suas personagens mulheres. Consequentemente, fica notório a importância de estudar e salientar essa produção literária feita por mulheres negras criada como forma de ressignificar sua presença e importância.

Palavras-chave: Literatura. Mulher negra. Escravidão. Úrsula. Água de barreira.



## ABSTRACT

BASTOS, Adriana Mota. *Brazilian fiction narrated by black women: comparative study between Úrsula, by Maria Firmina dos Reis and Água de barreira, by Eliana Alves Cruz.* 2022. 107f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

This dissertation aims to comparatively analyze the two main novels, being *Úrsula*, from 1859, written by the black poet and teacher, Maria Firmina dos Reis, and *Água de Iya*, from 2016, written by the black journalist Eliana Alves Cruz, presenting the relationship of causes and consequences analyzed to better support the conclusions of this research. These writers sought in their ancestry to create narratives that absorbed part of the previously segregated history of Brazil. In this way, it is proposed to give relevance to the presence of black women in the Brazilian literary field and the creations of black female characters. This research relates historical and cultural time, when remarkable events are related to manifestations of an artistic nature, proposing greater concreteness about contemporary literature written by black women: reflecting on the presence of patriarchal thinking in literature, debating racial prejudice arising from the hegemonic Brazilian society. The theoretical sources for this dissertation were *Critique of Black Reason*, (2019) by Achille Mbembe; *Blackness: uses and senses*, (2020), by Kabengele Munanga and *Diaspora Negra no Brasil*, (2019) by Linda Heywood, whose works present statements about Afro-diasporic and Afro-Brazilian black identity. As a literary foundation there are studies by Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, (2014), Eduardo de Assis Duarte, *Literature Afro-Brazilian: 100 authors from the 18th to the 21st century* (2014), Afrânio Coutinho, *A Literatura no Brasil* (2016). ), between others. Thus, it was noticed the growing position of women ahead of Brazilian publications that dealt with the condition of women and their working and living conditions in society, their rights and recognition as producers of knowledge from their female characters. Consequently, it is evident the importance of studying and highlighting this literary production by black women created as a way of resignifying their presence and importance.

Keywords: Literature. Black woman. Slavery. *Úrsula*. *Água de barreira*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa de engenho Nossa Senhora da Natividade .....	64
Figura 2 – Princesa Isabel ao lado da Baronesas de Muritiba e Loreto .....	64
Figura 3 – Damiana, em pé à esquerda, Martha, ao centro e uma das filhas de Anacleto (possivelmente), à direita .....	66

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>A CULTURA E A LITERATURA BRASILEIRA</b> .....	13
1.1	<b>A cultura brasileira em formação a partir da literatura</b> .....	13
1.2	<b>Primeiros passos da Literatura Brasileira</b> .....	16
1.3	<b>O Romantismo: identidade e a etnia</b> .....	20
1.4	<b>Maria Firmina dos Reis, uma romancista negra abolicionista no século XIX</b> .....	28
2	<b>ELIANA ALVES CRUZ E A NARRATIVA BIOGRÁFICA TRANSFORMADA EM FICÇÃO HISTÓRICA</b> .....	43
2.1	<b>A Autora e seu processo de pesquisa autobiográfico</b> .....	44
2.2	<b>Uma narrativa histórica, etnobiográfica e afrodescendente</b> .....	58
2.3	<b>Marcas históricas no discurso decolonial e pós-colonial das narrativas contemporâneas comparadas à Água de barrela</b> .....	63
2.4	<b>A literatura contemporânea e o espaço das autoras negras</b> .....	73
3	<b>AS PERSONAGENS FEMININAS EM ÚRSULA E ÁGUA DE BARRELA: SUAS MEMÓRIAS E SEUS CORPOS</b> .....	81
3.1	<b>Uma voz coletiva para aqueles silenciados</b> .....	84
3.2	<b>Diáspora como elemento determinante na trajetória das personagens negras</b> .....	87
3.3	<b>A simbologia entre as águas e a diáspora para a ficção</b> .....	93
3.4	<b>Ancestralidade inserida na literatura negra contemporânea</b> .....	96
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	100
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	102

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação pretende apresentar a comparação entre *Úrsula* e *Água de Barrela*, ambos os romances com temática envolta no período escravocrata brasileiro. As análises que cercam essa pesquisa envolvem a percepção sobre a abordagem temática sob o foco de duas mulheres negras, também a predominância sobre as narrativas de personagens mulheres, negras, escravizadas. Os desfechos de ambas as obras trouxeram novas perspectivas para os trabalhos de pesquisa voltados para a composição da literatura brasileira contemporânea.

No primeiro capítulo pretende-se apresentar a trajetória da escritora Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra, professora, nordestina, que no auge no período escravocrata escreve um romance abolicionista. Também se faz necessário perceber alguns elementos que compõem o cenário literário e social no qual a escritora se encontrava, no século XIX, posto que ao longo de sua carreira como escritora, Firmina vivenciou a plena vigência da escravidão, conseqüentemente observou de perto a violência contra cidadãos africanos trazidos para o Brasil. Esse fato foi muito importante para motivar a escrita de Reis, pois foi tema do seu mais conhecido romance, *Úrsula*, publicado originalmente em 1859. Ao longo do capítulo serão apresentadas passagens de romances de outros escritores, que se propuseram a traçar os caminhos de uma literatura nacionalista, voltada para os valores culturais brasileiros, bem como de sua exuberante natureza, mas também aqueles que ousaram tratar do tema da escravidão. Assim, por meio de breve explanação teremos o percurso cultural que embasou a escrita literária brasileira e também os esforços dessa escritora, no enfrentamento do discurso hegemônico que oprimia a participação de mulheres nas vidas acadêmica, política e literária.

Entre os subcapítulos percebeu-se a importância de trazer os primórdios da literatura brasileira, também da ancestralidade inserida nas lendas indígenas. Essa proposta se deu para que tornasse clara a menção aos hábitos e indumentárias indígenas, assim como a natureza e as formas físicas das indígenas nos poemas posteriores ao descobrimento, feitos por diversos poetas portugueses e brasileiros. No subcapítulo três foi elaborada uma revisão sobre o início do Romantismo, para garantir as afirmações sobre o qual se pontua que não houve espaço para reconhecimento das mulheres escritoras desse período.

Para o segundo capítulo foi analisada a obra *Água de Barrela*, da escritora negra Eliana Alves Cruz (2015). Cruz apresenta uma abordagem pertinente ao discurso literário atual, quando é possível perceber uma tentativa de retratação dos discursos históricos patriarcais,

desta vez dando voz e posicionamento crítico às personagens, apresentando falar e pensamentos conscientes com o sofrimento a que estavam expostos naquele período, para além disso, propondo repensar as sequelas daquela época para os dias atuais. A princípio, foi interessante comparar as narrativas das duas autoras mencionadas a partir do tema da escravidão no Brasil, mas outros questionamentos surgiram, como o espaço da mulher na sociedade brasileira, a luta feminina de classes e representatividade no espaço acadêmico literário brasileiro. Importante considerar que esta pesquisa tem a pretensão de afirmar que Eliana Alves Cruz, assim como outras escritoras negras brasileiras, seria uma herdeira da escritora Maria Firmina dos Reis.

Entre os subcapítulos está aquele que apresenta os lugares possíveis e a trajetória para que se alcance o reconhecimento por tanto trabalho já realizado por mulheres para pluralizar a literatura brasileira. Outras escritoras como Ana Maria Gonçalves, que se projetou nacionalmente e internacionalmente com a saga, *Um defeito de cor*, de 2006, também Miriam Alves, Ruth Guimarães, Conceição Evaristo, entre outras.

No terceiro capítulo foi elaborada uma comparação entre obras que se propõe a ocupar os espaços da escrita negra brasileira de ficção. Para que houvesse o aprofundamento das temáticas já mencionadas, buscou-se tratar de questões como: a ausência de mulheres na literatura brasileira, a omissão de um olhar crítico sob o posicionamento das personagens negras, a segregação de intelectuais negros e negras entre os cânones ao longo da história. A partir dessa observação, entre os romances selecionados para exemplificar as análises propostas, alguns foram escolhidos por terem sido escritos entre os séculos XX e XXI, por mulheres negras. Para embasar essa comparação foi necessário observar os períodos históricos e mudanças de caráter sociológico em algumas obras que retomam a temática da escravidão. Buscando solidificar essa comparação foi necessário introduzir algumas reflexões feitas por autores como Kabengele Munanga, Elisa L. Nascimento, Eduardo A. Duarte e Achile Mbembe, entre outros, especialistas críticos de movimentos filosóficos, sociais e literários, que questionaram a literatura tanto no século XIX, como agora no século XXI.

Entre os subcapítulos foi apresentado um tema simbólico para a literatura negra. O elemento “água” e seus derivados ou sinônimos, relacionado às narrativas diaspórica afro brasileiras, tais como: as perdas durante o tráfico, dentro dos navios, através das lágrimas e do choro, com a presença dos lagos, rios e mares, entre outros.

A finalização desse trabalho se mostra consciente de sua importância para solidificar e ampliar as pesquisas em literatura brasileira, elevar os nomes de autoras negras inspiradoras, bem como a trajetória de suas obras. Mostra-se ciente de que as discussões e questionamentos

não se encerram, buscam mais ainda, elencar outras personagens e suas autoras, enriquecendo assim o cenário literário nacional.

## 1 A CULTURA E A LITERATURA BRASILEIRA

### 1.1 A cultura brasileira em formação a partir da literatura

Os romances *Úrsula*, (1859), escrito por Maria Firmina dos Reis, e *Água de barreira*, (2015), de Eliana Alves Cruz, abordam a escravidão no nordeste do Brasil, entretanto com um diferencial: as vozes que denunciam todo o sofrimento e a luta social e política são projetadas de forma emancipatória, a partir da narrativa de personagens escravizadas e, ou, de seus descendentes. Em *Úrsula*, as personagens Túlio e Susana narram suas memórias afetivas relacionadas ao país de origem, suas dores causadas pelo distanciamento forçado de seus entes queridos e de sua pátria e também pela violência física e psicológica a que são submetidos por seu algoz, o comendador Fernando P.

A partir do artigo “*Úrsula e o Alegre canto da Perdiz.*” (2021), publicado em livro, por Norma Sueli Rosa Lima, em que foi feita a comparação entre os romances moçambicano e brasileiro, encontrou-se um elo para compor a pesquisa sobre Maria Firmina e a contemporaneidade nessa dissertação. Também foi acrescentado apontamentos do texto de Algemira de Macedo Mendes, *A Escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente* (2016), assim foi possível aprofundar informações sobre a vida e a obra da autora Maria Firmina, e também o contexto histórico em que a obra foi elaborada.

O romance escrito por uma mulher jovem, negra, solteira, com formação para o magistério, poetisa, colunista, surpreende aqueles que, além de ávidos leitores, são conhecedores dos movimentos literários e das condições políticas pelas quais a sociedade passava. Para esse período em que viveu Maria Firmina dos Reis é preciso acessar informações de caráter histórico, tal qual a vigência do comércio de escravizados africanos, a inacessibilidade de grande parte das mulheres ao ensino, à independência financeira restrita, à participação política, entre outras restrições. Assim, ler o romance em que uma personagem representa uma mulher negra escravizada, trazida da África à força, para narrar todo sofrimento causado por esse afastamento provoca espanto, mais ainda quando essa personagem descreve os horrores do trabalho forçado e a violência desmedida imposta a esses escravizados. Essa narrativa nos faz perceber que a autora estava muito além das propostas atribuídas aos demais romances do período em que publicou seus textos.

Já no romance contemporâneo *Água de barrela*, uma jornalista negra, Eliana Alves Cruz, por meio da reescrita memorialística e pesquisa documental, traça novas características narrativas, referenciadas no contexto teórico pós-colonial, para transformar em uma saga ficcional a sucessão familiar ancestral. A autora propõe para o seu romance, fortemente histórico, a apresentação de personagens a partir de seus mais remotos ancestrais, até o tempo presente, quando a própria narradora-autora surge na trama.

Nas obras supracitadas são apresentados elementos narrativos que vão além de uma simples escrita ficcional de entretenimento. Há uma preocupação aparente em ambos os romances com as mudanças sociais e políticas que não davam a devida assistência às camadas inferiorizadas por aquela sociedade. Há uma necessidade de dar voz e existência a essas personagens silenciadas tanto na ficção, quanto na história. Através da comparação entre *Úrsula e Água de barrela*, como também de outros romances similares às épocas de publicação, é possível apresentar os elementos indispensáveis para a análise literária. Por meio dos processos histórico e sociológico do Brasil, ao longo de sua formação, encontramos pelas mãos de suas escritoras a devida dimensão de alcance, como bem coloca Toni Morrison, escritora negra norte-americana.

Certos tipos de trauma que se abatem sobre os povos são tão profundos, tão cruéis, que, ao contrário do dinheiro, da vingança, e até mesmo justiça, ou dos direitos, ou da boa vontade dos outros, apenas escritores são capazes de traduzi-los, transformando tristeza em significado e afiando nossa imaginação moral. A vida e o trabalho de um escritor não são um presente para o gênero humano, mas uma necessidade imprescindível. (MORRISON, 2020, p. 11).

Morrison exprime, em seu texto, a necessidade urgente de resgatar e proteger as histórias e as vozes silenciadas pelo medo, pela violência, censurada, ou até mesmo pela “quietude”, como ela propõe: “essa quietude pode ser passividade e perplexidade; ou medo paralisante. Mas também pode ser arte.” (MORRISON, 2020, p. 11). Para a autora do romance premiado, *Amada*, de 1987, é preciso nomear aquilo que vem a se tornar o caos onde estão inseridos os meios que promovem o apagamento desses autores e de seus escritos. O silenciamento de escritores negros ocasiona um risco que é o “estrangulamento de suas obras”, e esse risco atinge não só a eles, mas a todos nós, os outros que não o conheceram, não leram. “A supressão histórica de escritores é o primeiro prenúncio da espoliação de direitos e liberdades que se seguirá. A história dos escritores perseguidos é tão antiga quanto a própria literatura” (MORRISON, 2020, p. 10). A partir desses apontamentos, elementos intrínsecos às publicações de livros escritos por pessoas negras, em particular as escritoras



negras, ganham uma dimensão maior de sua relevância para a literatura brasileira e para a sociedade.

Para o terceiro capítulo foi proposto refletir sobre três temas que cercaram os romances estudados. A dor da separação, uma separação territorial, cultural e familiar, nomeada por especialistas de diáspora. A perda forçada de um conjunto de elementos que compõe a identidade do indivíduo. Para isso houve a retomada dos estudos de Stuart Hall, este trata da questão diaspórica relacionada à interferência europeia, desde o século XV, durante a exploração territorial para colonização. Este autor pondera, a partir das sequelas resultantes de séculos de dominação europeia e de conflitos étnicos, a busca por identidade e o sentimento de deslocamento presentes nas sociedades exploradas, em detalhe para os povos africanos vítimas dessas ações.

Também se faz presente a pesquisa feita por Linda Heywood, *Diáspora negra no Brasil*, (2019) que trouxe um olhar crítico e documental sobre a economia em números, advinda da escravidão no Brasil. Como foi tratada perante a sociedade colonial essa ruptura dos povos africanos, e a recepção dos povos viventes no Brasil. Fazendo essa relação entre perdas, memória e a narrativa memorialística foi debatido o processo de recriação da identidade a partir da memória coletiva, proposto por Maurice Halbwachs, em *Memória coletiva* (2006). Complementando essa reflexão com as relações simbólicas descritas nos romances, foram apresentados apontamentos importantes a partir do livro *Diásporas e Deslocamentos*, de 2014, no capítulo, “Mobilidade e clausura”, de Paulo Cesar Oliveira, sobre personagens icônicas que, embora subalternizadas, tragam as representações de suas heranças, noções de pátria e pertencimento. As pesquisas de Maria Rita Santiago tiveram relevante contribuição tendo algumas conclusões inseridas nessa dissertação para aprofundar as reflexões sobre a afrocentricidade, manifestações religiosas de matriz africana e posicionamentos de uma literatura que se apropria da tradição africana em seus vários aspectos.

Assim ficou o capítulo três, relacionando duas obras literárias principais, a partir dessa relação propor uma leitura crítica das nuances em que estavam envoltas como as questões temporais, políticas e culturais. Assim também, traçando um paralelo entre *Úrsula e Água de barra* com outros títulos que apontam estratégias similares de forma a enriquecer a literatura brasileira.

## 1.2 Primeiros passos da Literatura Brasileira

Para dar início às considerações sobre a formação da Literatura Brasileira é preciso lembrar que, embora não fosse registrada por processo de registro escrito e publicações, nossa literatura se dava por meios orais, tradicionalmente utilizada pelos povos nativos, a literatura referida foi, e ainda é, uma seleção de lendas heroicas de povos antepassados, mitos de referência religiosa ou crenças ligadas à natureza, cantos grupais ou de cura. De acordo com José Veríssimo, um dos primeiros pesquisadores e críticos literários em seu livro, *História da literatura brasileira*, publicado em 1916, “A literatura oral como foi, primeiramente, a nossa é apenas uma acepção particular, larga demais e abusiva desse vocábulo. [...] Mas, só o fato de ser o ponto de partida de uma literatura lhe marca na história dela um lugar irrecusável” (VERÍSSIMO, 1969, p. 26).

É preciso, então, estabelecer uma breve definição sobre aquilo que chamamos de “literatura oficial”, reconhecida por críticos literários, que fez parte de processos de publicação, divulgação em folhetins ou periódicos e jornais, aclamada por autores considerados canônicos e por especialistas dessa área cultural. Historiador e folclorista da cultura brasileira, Luís da Câmara Cascudo em seu livro, *Literatura oral no Brasil*, de 2006, faz uma crítica a esse reconhecimento do que era, ou não, considerada literatura para a sociedade brasileira: “A literatura que chamamos oficial, pela sua obediência aos ritos modernos ou antigos de escolas ou de predileções individuais, expressa uma ação refletida e puramente intelectual” (CASCUDO, 2006, p. 25).

Como exemplo dessa primeira literatura nacional, Veríssimo cita o poema escrito por Bento Teixeira sobre Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, trazendo, além da elevação heroica de seu filho, Jorge de Albuquerque Coelho, nascido no Brasil, em 1539, também características sobre os recifes de Pernambuco e a paisagem da cidade de Olinda:

Para a parte do sul onde a pequena  
 Ursa, se vê de guardas rodeada,  
 Onde o céu luminoso mais serena,  
 Tem sua influência, e temperada  
 Junto da nova Lusitânia ordena,  
 A natureza, mãe, bem atentada,  
 Um porto tam quieto e tam seguro  
 Que pera as curvas naus serve de muro.  
 A opulenta Olinda floresce  
 Chegar ao cume do supremo estado  
 Será de fera e belicosa gente  
 O seu largo distrito povoado

Por nome terá Nova Lusitânia,  
Das leis isenta da fatal insônia.  
(VERÍSSIMO, 1969, p. 28).

Ao analisar o poema, pode-se notar que o eu lírico remete às belezas naturais abundantes no início do processo exploratório da vegetação nordestina de Pernambuco. São utilizadas personagens da mitologia grega, são feitas menções às batalhas entre colonos e indígenas sob a ótica do colonizador, mas com um ar de nativismo e indianismo. Veríssimo se desfaz em críticas quanto à qualidade da métrica, sobre as claras imitações aos escritos de Camões, compara-a aos “maus poetas iguais”. Assim ele o descreve: “cheios de reminiscências, imitações, arremedos e paródias dos *Lusíadas*” (VERÍSSIMO, 1969, p. 27). A obra foi publicada em Portugal sob o título *Prosopopeia dirigida a Jorge Dalbuquerque Coelho*, capitão, e governador de Pernambuco, Nova Lusitânia, em 1601. Críticos literários como José Veríssimo e Afrânio Coutinho analisaram o que foi deixado em publicações e em manuscritos desse período e se posicionaram desfavoravelmente a essa literatura que não dialogava com aquele “Novo Mundo” recém-descoberto. Como relembra Cuti “No Brasil, durante os quatro primeiros séculos, escritores ficaram à mercê das letras lusas” (CUTI, 2010, p. 15).

Logo na chegada dos portugueses em território brasileiro, por volta de 1531, geraram diversos vocabulários étnicos oriundos das várias regiões exploradas, assim um rico material linguístico foi consolidado oralmente para a língua brasileira, apontado por Norma Lima:

Este hibridismo, marca de identidades e culturas, foi sendo sumariamente apagado em função do estabelecimento homogeneizador que pretendeu eleger uma única expressão comunicativa. Os outros falares só chegaram até os nossos dias por terem sobrevivido em nichos de resistência, nos espaços como os das comunidades quilombolas e nos de demarcação indígena, por exemplo. (LIMA, 2016, p. 173).

A oralidade trazia as crenças, a mitologia, a religiosidade, e em muitos casos, justificavam o comportamento dos povos nativos brasileiros e africanos. O contraste com a religiosidade cristã europeia foi motivação inicial para a interferência e início do processo de aculturação desses grupos, tidos pelos europeus como ingênuos ou desprovidos de racionalidade e fé. Desse conhecimento ancestral indígena e africano muito se manteve presente, como os nomes dados aos rios e árvores, florestas, pássaros, peixes entre outros elementos naturais. Também o cultivo da terra, manuseio de raízes, como bem exemplificou Kátia de Queirós Mattoso, na obra, *Ser escravo no Brasil*, lançado em 1982. Segundo a autora, mesmo antes do processo colonizador, as civilizações africanas já possuíam

conhecimento com o manuseio do ouro, ferro e bronze, técnicas avançadas para a “agricultura de enxada” (MATTOSO, 1982, p. 25).

As aventuras dos navegadores europeus em alto mar narradas pela literatura de formação, criada no período colonial, descreve a vinda da Família Real Portuguesa regida por Dom João e toda a sua corte. São encontrados registros dos padres e jesuítas que chegavam com a missão de estabelecer a religião católica entre os indígenas, era possível constatar também que a população se desenvolvia a partir dos primeiros colonos portugueses, dos indígenas e dos imigrantes africanos.

Para afirmar o quão fragmentada foi a trajetória inicial da literatura brasileira, encontramos na pesquisa de Veríssimo questões relacionadas à literatura brasileira histórica, feitas por alguns célebres religiosos que se lançaram na literatura enquanto tomavam conhecimento das terras recém-descobertas. Veríssimo relata que a preocupação com as questões literárias era, em geral, de “ordem espiritual”, sendo produzidas por volta de 1587, período da chegada dos jesuítas (VERÍSSIMO, 1969, p. 19).

Entretanto, no tempo de Vieira, a maior parte do século XVII, já no Brasil havia manifestações literárias no medíocre poema de Bento Teixeira (1601) e nos poemas e prosas ainda então inéditas, mas que circulariam em cópias ou seriam conhecidas de ouvido, de seu próprio irmão Bernardo Vieira Ravasco, do Padre Antônio de Sá, pregador, de Eusébio de Matos e de seu irmão Gregório de Matos, o famoso satírico, de Botelho de Oliveira, sem falar nos que incógnitos escreviam relações, notícias e crônicas da terra, um tal Gabriel Soares (1587), um Frei Vicente do Salvador, cuja obra é de 1627, o ignorado autor de Diálogos da Grandeza do Brasil e outros de que há notícia. (VERÍSSIMO, 1969, p. 19).

Essas características foram registradas por meio de relatos críticos entre esses primeiros religiosos que chegaram às terras brasileiras. Assim havia uma literatura tendenciosa e depreciativa ocasionada pelo choque cultural daquilo que eram os costumes tradicionais dos nativos e a regência eclesiástica que provinha da ideia de superioridade civilizatória europeia.

Johann Moritz Rugendas, pintor alemão publica, em 1835, na França a obra *Viagem pitoresca através do Brasil*, na qual descreve suas experiências durante o período em que esteve no Brasil como integrante da expedição de Langsdorff. O pintor reconta o que seria uma lenda que relaciona os rituais indígenas à chegada do primeiro grupo de exploração portuguesa. Para ilustrar a origem do povoado da cidade de Salvador, na Bahia, Rugendas relembra a chegada de Dom Francisco Pereira Coutinho, que, em 1516, recebeu a colônia do Rei João III. Chegando à Baía de Todos os Santos, Coutinho encontra entre os Tupinambás

um homem branco, o português Álvares Correia, que anos atrás fora jogado naquelas terras após uma forte tempestade que naufragou o navio onde estava.

A partir dessa exemplificação, percebe-se um misto de oralidade e narrativa histórica nos registros sobre esse acontecimento. O náufrago Correia conheceu Paraguaçu, a filha do cacique. Esta, mais tarde o salva da prisão, ordenada pelo Capitão Coutinho. Com o cacique, Paraguaçu planeja uma rebelião para libertar Álvares Correia. Segundo Rugendas, (1834) entre as lendas e a realidade, graças a Correia, reduziram grandemente os conflitos entre os dois povos naquela região.

Coutinho teve que abandonar a região. Fugiu para Ilhéus, levando o prisioneiro. Seria esse assunto de romance ou de poema histórico, se para imaginarmos essa heroína dos tupinambás, pudéssemos esquecer o aspecto repugnante das índias de nossos dias[...] Coutinho e todos os companheiros que puderam escapar do naufrágio caíram nas mãos dos tupinambás e foram comidos como presas de guerras. [...] à chegada de Tomé de Sousa, Álvares Correia vivia ainda. (RUGENDAS, 1834, p. 76).

Percebe-se nessa narrativa de Rugendas os erros de identificação, até mesmo o vocabulário utilizado em sua obra, posto que autor relaciona suas observações às definições pragmáticas e redutoras pertencentes ao tempo em que viveu. As concepções europeias difundidas sobre a salvação do “selvagem” e o distanciamento de uma identificação humanizada eram visões de sua época, em que estava presente a posição de estranhamento do europeu diante dos nativos sul-americanos.

No livro *Cronistas e Viajantes*, publicado em 1982, os pesquisadores Lemos e Vogh exemplificam a importância de retomar os textos deixados por esses primeiros visitantes do Brasil. Por meio das crônicas de viagens dos navegantes que aqui aportaram encontramos os princípios do que seria a nossa atual literatura histórica brasileira, as “raízes da literatura”. Essas crônicas seriam “ressuscitadas” na medida em que era necessário tratar dos movimentos literários que rompiam com a produção cultural portuguesa, ou europeia. Feitos em formato de tratados, escritos com a intenção de serem extraliterários, mesmo considerando pontos de fantasia, descreviam às questões estáticas, como a geografia e a etnografia, semelhante a uma catalogação (VOGH; LEMOS, 1982).

Segundo Veríssimo e Romero, até meados do século XVIII, para parte dos críticos literários que analisam esse período, pouco ou nada havia de literatura propriamente brasileira. A bibliografia que se formou em nossa literatura para esses tempos foi em grande parte fruto das expressões artísticas de influência francesa, portuguesa, inglesa e alemã.

A mais completa indiferença pelo que é produto intelectual brasileiro aqui reina. Os poucos que tem a moléstia das letras e se esforçam por aviventar o pensamento nacional ao contato das grandes ideias do mundo culto, sem afogar esta nacionalidade nascente num pélagos de imitações sem critério, esses não são ouvidos pelo geral do público, ocupado em bater palmas ao último folhetim ou aos últimos versinhos de Lisboa, ou de Paris... (ROMERO, 1978, p.13).

O processo brasileiro de produção literária, e por tanto cultural, aborda o momento em que os críticos e teóricos de literatura coincidem seus posicionamentos sobre o ponto em que nasce a Literatura Brasileira. É fundamental apresentar como se nutriu a escrita literária no Brasil até se firmar nacional e internacionalmente.

### 1.3 O Romantismo: identidade e a etnia

O termo “romântico” é referente ao século XVII, especialmente na França e Inglaterra, e deriva das produções literárias com características da poética medieval, sendo alguns elementos a presença do herói envolvido em uma narrativa de aventura ou de amor. Em Portugal a referência literária está em Almeida Garrett, e para o Brasil são os iniciantes desse movimento Gonçalves de Magalhães e Torres Homem. Wellek define o Romantismo com “... a mesma concepção de literatura e da imaginação poética, a mesma concepção da natureza e suas relações com o homem, o mesmo estilo poético formado de imagística, símbolos e mitos peculiares” (COUTINHO, 2006, p. 4).

Dessa maneira Coutinho afirma não ser possível fixar um lugar original, o primeiro, para a literatura romântica, já que os movimentos se formam de maneira gradual, por meio de um processo resiliente, evolutivo e interno “segundo as leis imanentes à natureza dos estilos” (COUTINHO, 2006, p. 5). O Romantismo, no Brasil, traçou suas próprias linhas, de forma independente, com figurações próprias criadas por autores brasileiros que traziam a disposição de produzir obras inspiradas no Brasil que desfrutava de uma independência em sua escrita literária, que explorava a liberdade de pensamento e novas tendências para uma bibliografia nacional.

...uma manifestação artística, em que se reúne uma plêiade de altos espíritos de poetas e prosadores, consolidando, em uma palavra, a literatura brasileira, na autonomia de sua tonalidade nacional e de suas formas e temas, e na sua consciência técnica e crítica dessa autonomia. (COUTINHO, 2006, p. 14).

Eduardo Assis Duarte, em *Machado de Assis Afrodescendente*, de 2020, apresenta as manifestações literárias do escritor, Machado de Assis, no período entre o Romantismo e o Realismo. Segundo Assis Duarte, em seus textos Machado se distancia de outros escritos que pregavam “a fundação do ser nacional” (DUARTE, 2020, p. 271), por ser sua obra resultante do trabalho de um homem negro, que nasceu pobre, descendente de escravos, que superou suas dificuldades por meio de sua criatividade e capacidade de inovar a escrita literária, abrindo seu próprio espaço de reconhecimento. Para Duarte, Machado se faz presente de forma crítica contrário à visão depreciativa do negro, homens e mulheres, nas crônicas, e mesmo antes do início das campanhas abolicionistas no Brasil. Assim como a escritora Maria Firmina dos Reis, cuja história de humildade e de grande empenho para divulgar suas publicações foi similar. Como mulher, negra, órfã, sem marido ou filhos biológicos, Firmina atravessa grandes dificuldades para se afirmar no campo da literatura oitocentista.

As definições históricas para o período Romântico da literatura negra brasileira são um desafio para o presente. Ao nos debruçarmos sobre as publicações do século XIX, na construção dos movimentos literários, é difícil identificar produções que foram escritas por pessoas negras, ou que se auto afirmassem negras, até mesmo, que apresentassem características de uma literatura identitária de heranças afro-brasileira. Havia, na sociedade burguesa escravocrata, a necessidade de silenciamento nos jornais ou na literatura sobre assuntos que envolvessem a questão do negro por parte das editoras da época. De acordo com Eduardo Assis Duarte, existia uma série de variantes que prejudicavam a inserção de escritores brasileiros negros e suas obras por causa de sua origem humilde associada à cor da pele.

Um bom exemplo pode estar na produção de autores do século XIX remanescentes de africanos, submetidos à hegemonia do embranquecimento como vacina contra a morte social. E, ainda, submetidos a um pensamento científico que praticamente os proibia de se declararem negros ou mulatos, a exemplo de Maria Firmina dos Reis. Autores impelidos a uma negrícia ou negrura abafadas e tendo na literatura uma forma de expressão do retorno do recalcado, como no caso de Machado de Assis. Em ambos, não há uma voz autoral que se assuma negra, como no texto do “Orfeu da carapinha” Luiz Gama. Daí a dificuldade de enquadrar “Pai contra mãe” ou Úrsula como literatura negra [...] (DUARTE, 2014 p. 27).

Ainda seguindo reflexões de Eduardo Assis Duarte, o mais importante dentro desse estudo das autorias de literatura negra, ou o que deve ser visto como de maior importância é “o lugar a partir do qual o autor expressa sua visão de mundo” (DUARTE, 2014, p. 27). Assim, Duarte promove a reflexão que diferencia a literatura negra da afro-brasileira, entre os quais ele coloca a voz autoral afro-brasileira como um pressuposto necessário, também

acentua para uma elaboração de caráter discursivo político e de elevação das questões étnicas, das heranças africanas.

Exemplos ligados à exploração humana e territorial foram minimizados em publicações jornalísticas ou na literatura, uma vez que todo o contexto das influências, políticas e intelectuais, de uma burguesia agrária e fidalga se voltavam à exploração das riquezas minerais e à produção agrícola de tabaco, cana-de-açúcar, algodão e café. Essa demanda negligenciou anos de publicações, parecendo não notar a presença e importância do africano e seus descendentes no Brasil.

O Brasil estava empenhado em estabelecer relações políticas com países europeus, entre os quais muitos já haviam abolido o tráfico de africanos e a escravidão, havia também a motivação pelo crescimento de uma literatura consistentemente brasileira, aquela que trouxesse em suas letras os valores pátrios desse Brasil rico em belezas naturais, culto em publicações que exaltavam valores eurocêntricos e prósperos, para tanto intencionava a elite prover uma imagem de estabilidade econômica, como é tratado por Skidmore, na obra *Raça e nacionalidade* (1976). O historiador apresenta posicionamentos críticos sobre aquela nova elite política escravocrata preocupada em dissimular a presença dos africanos escravizados no Brasil, justificar a exploração investida e as consequências de tantos de século de escravidão no país.

No Brasil, a escravização ganhou, no período abolicionista e subsequente, a expressão “mancha negra”, que era preciso apagar. Não é mera coincidência que o continente escravizado fosse denominado pelo mesmo adjetivo “negro”. O que estaria embutido nesse ideal de “apagar”? Seria apenas por fim ao cativo ou já estaria em elaboração a tese do embranquecimento, com a ideia de que o responsável pela opressão é o próprio oprimido ou, como se diz ainda hoje no senso comum preconceituoso, “o responsável pelo racismo é o próprio negro?”. (CUTI, 2002, p. 20).

Para o período em que Maria Firmina dos Reis publicou suas crônicas, poesias e contos, podemos relembrar escritores como Castro Alves, Cruz e Souza e Gonçalves Dias. Este último, contemporâneo de Reis, teve uma educação privilegiada, se formou advogado, foi professor de latim no Colégio Pedro II, além de ter vivido experiência de morar e trabalhar em Portugal.

Autora de *Literatura Comparada*, Sandra Nitrini salienta “A leitura atenta dos periódicos da época e de autores menos importantes constitui também um elemento indispensável para um trabalho comparatista, porque propicia ao pesquisador a temperatura intelectual do período em questão” (NITRINI, 2015, p. 32). Assim parte-se da observação



comparativista sobre os romances de seu tempo para compreender o cenário literário em que Maria Firmina dos Reis estava inserida.

Norma Lima percebe essa presença feminina na literatura brasileira “ocorria, principalmente, em seus papéis de personagens ou de leitoras.” (LIMA, 2020, p. 121) o que torna mais relevante a participação de Maria Firmina no campo das literaturas oitocentistas, deslocando posicionamentos canônicos.

O papel pioneiro de Firmina retira a voz feminina dos perfis construídos pelos escritores românticos brasileiros, quando as mulheres se constituíram como “passageiras da voz alheia” na feliz expressão cunhada por Lúcia Castelo Branco e Ruth Silviano Brandão (1989). Ao tomar seu lugar de fala a autora questiona a sociedade católica hipócrita, que fechava os olhos para os horrores da escravidão. (LIMA, 2020, p. 121).

Essa sociedade culta e política que se organizava no século XIX estava formando meios para esconder as questões sociais ligadas aos escravizados e libertos, que já somavam grande parcela da população. As teorias da eugenia e inferiorização da mestiçagem eram objetivos comuns a sociedade patriarcal brasileira (DUARTE, 2020, p. 265).

Conforme descreve Duarte, é preciso ponderar sobre o que estava imposto para a sociedade enquanto forma de pensar as questões raciais. A mentalidade dominante não supunha a admissão dessa “razão negra hegemônica”, que elevava uma teoria de superioridade branca eurocêntrica, em detrimento de qualquer associação às questões étnicas afrodescendentes. Teóricos como Gobineau, citado por Duarte, vivenciaram essa crescente mestiçagem brasileira enquanto permaneceram no Brasil, ao lado de D. Pedro II, criando teorias a partir de conceitos científicistas de origem europeia que pregavam a hierarquização das raças (DUARTE, 2020).

É a própria Maria Firmina quem traz em seu prólogo para *Úrsula* a expectativa sobre o qual sugere: se não for ela reconhecida por sua escrita, que venham outras depois dela por meio da abertura de espaço que seu reconhecimento provocaria.

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2018, p. 48).

Maria Firmina dos Reis tencionava, de acordo com a citação acima, projetar a escrita de mulheres a partir da sua própria, assim estaria ela reconhecendo seu lugar como principiante nessa trajetória de renovação canônica. A observação de Eduardo Assis Duarte

propõe o olhar para trás, o revisitar da história sob olhares críticos daqueles que não participaram, àquela época, das narrativas e não a aceitam como foi apresentada ao longo de tanto tempo.

O ímpeto de narrar os começos e os fins das edificações históricas figura, entretanto, como verdadeiro leitmotiv do romance brasileiro, canônico desde seus começos. De Alencar a João Ubaldo Ribeiro, aí inclusos entre tantos, Jorge Amado e Guimarães Rosa, a presença do passado serviu quando nada de condimento a enredos diversos, funcionais ou não. Doutra parte, não há como negar, em pleno século XXI, o caráter de narrativa inerente ao discurso historiográfico. (DUARTE, 2015, p. 167).

O país africano onde viveu a personagem Susana, no romance *Úrsula*, é esse lugar paradisíaco onde se experimentava a liberdade, felicidade, as lembranças familiares, o afeto e beleza, quando foi obrigada a deixar a mãe, o marido, a filha, amigas, como ela mesma descreve:

Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira a amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí, com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. (REIS, 2018, p. 121).

Com essa passagem é possível perceber a oportunidade que a autora direcionou àqueles que não tinham suas histórias contadas diretamente. Firmina deu voz aos menosprezados, permitiu que se abrisse espaço em seu romance para que os africanos rememorassem o que haviam perdido ao serem trazidos para Brasil, para que falassem de seu sofrimento, de sua vida anterior ao tráfico humano. Seu posicionamento segue contrariando as tentativas de apagamento dessas histórias. Luíza Lobo aponta recurso semelhante entre a narrativa de *Úrsula* e *Gupeva*, “a narrativa dentro da narrativa”, o que, segundo a autora, promove um elo entre leitor e narrativa (LOBO, 1995).

Fazendo um paralelo entre *Úrsula* e *A Escrava*, Luíza Lobo apresenta o fato de que Firmina não deixa para a personagem branca o título de heroína salvadora, para isso apresenta uma última reflexão da personagem Mãe Joana, a escrava torturada e fugitiva no conto, demonstrando aqui o conhecimento que a autora tinha a respeito das ideias eugenistas e de determinismo biológico. “Embalde procurará um dentre nós convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo?” (LOBO, 1995, p. 409).

É importante traçar a relação entre o pensamento dos críticos literários pertencentes ao período em que essas obras foram publicadas e avaliadas, para responder o que motivou alguns críticos à valorização de uns autores em detrimento de outros. É Afrânio Coutinho quem

descreve o que foi colocado como método para tratar autor e obra, de acordo com parâmetros sociais. Dentro do movimento romântico houve grandes reviravoltas, sejam sociais ou políticas. Muitas dessas situações foram aproveitadas nas obras da época, embora de forma parcial, já que nem todos simpatizavam com as causas sociais. Entre os temas estavam os posicionamentos daqueles a favor ou contra a escravidão e a valorização dos homens e mulheres negros que também buscavam a publicação de seus livros, como Maria Firmina dos Reis.

Para melhor acentuar essa nota revolucionária, há o paralelismo com as circunstâncias sociais e políticas, também de natureza nitidamente revolucionárias que acompanharam o processo de Independência, em 1822. A ascensão da burguesia à custa da atividade comercial e das profissões liberais, intelectuais e políticas, e também pelo processo de qualificação social do mestiço, graças, como mostrou Gilberto Freyre, às cartas de branquitude que o enriquecimento, casamento e o talento literário e político concediam.” (COUTINHO, 2006, p. 15).

Posto dessa forma, só enriquecendo, casando-se com alguém de posses, tendo conhecimento cultural europeu e sendo mestiço, descendente de negro com branco, haveria uma chance de que essa pessoa se tornasse aceita socialmente. Esse pensamento quase determinista e degradante declarado no comportamento da sociedade, passou a ser encontrado na elaboração dos romances como elemento decisivo sobre a sorte das personagens, para isso podemos citar *O mulato*, 1881, de Aluísio de Azevedo. Brookshaw relembra a situação em que Joaquim Nabuco, tido como o mais inflamado dos abolicionistas, defende Machado de Assis da alcunha dada pelo crítico José Veríssimo, que o reconhece como “mulato” em um artigo, no momento da morte do escritor carioca. Assim se manifestou Nabuco em carta à Veríssimo:

A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego. (BROOKSHAW, 1983, p. 57).

Muito além de um movimento de publicações de romances com temas ligados ao entretenimento, as obras do período romântico tiveram grandes repercussões nacional e internacional. Para o presente estão sendo revisitadas a partir de sua função histórica e social. A ausência feminina de escritoras nesse período só foi questionada posteriormente, a partir de mudanças políticas e econômicas brasileiras, que possibilitou tomar conhecimento sobre movimentos organizados por outras, como as sufragistas, e manifestações trabalhistas ordenadas por mulheres de diferentes classes sociais.

Para a sociedade brasileira patriarcal foi relativamente fácil deixar que as mulheres ocupassem pouco, ou nenhum, espaço na vida pública. A elas cabiam as tarefas domésticas como cozinhar, administrar o lar e os empregados, quando os tinham, a criação dos filhos e as obrigações como esposas. Segundo o pesquisador Paulo Rezzutti, no livro *Mulheres do Brasil: A história não contada*, de 2018, muitas delas se tornaram reconhecidas devido a sua importância no meio político, literário e social brasileiro. Com o trabalho de historiadores essas personagens reais da história do país ganharam projeção acadêmica, “tendo suas vidas transformadas em livros ou teses, mas estes eram restritos a um grupo específico de interessados.” (REZZUTTI, 2018, p. 17).

A presença de famílias lideradas por mulheres matriarcas, cujos filhos e agregados se submetiam à obediência, foi percebida no final do século XVIII quando ocorria o falecimento de seus cônjuges. As famílias, em geral, empobrecidas pela falência de suas propriedades, ainda se mantinham sobre a administração dessas viúvas ou filhas. Chamadas de “matriarcado da pobreza”, esse grupo, comum em São Paulo, mas também no Nordeste, tinha em suas características a ausência de escravos nas propriedades, mas a participação de filhos, sobrinhos, enteados e outros agregados na manutenção do trabalho.

Entre as mulheres escritoras do século XVIII, é possível destacar o trabalho de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida no Rio Grande do Norte, em 1810, que foi uma mulher de educação esmerada e influência europeia ofertada por seu pai. A escritora foi responsável pelos primeiros artigos feministas publicados no jornal *Espelho das brasileiras*, produzido para as mulheres de Pernambuco. Nísia Floresta fez uma tradução livre de um polêmico livro de pontuações feministas, escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft, *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832. Sobre esse livro Rezzutti comenta:

Ela expunha o fato de que a ignorância na qual as mulheres eram mantidas seria a responsável pelas dificuldades que enfrentavam. Sem instrução, não podiam participar da vida pública, e a instrução feminina na época era diferente da masculina. Os homens tinham ensinamentos mais práticos, inclusive de matemática, que lhes permitia fazer contas, enquanto as mulheres aprendiam o suficiente para serem prendadas. (REZZUTTI, 2018, p. 167).

O autor ainda reflete sobre as possibilidades de apagamento dos registros de personalidades femininas da sociedade com relevante participação no cenário nacional, seja por terem seus trabalhos, fotografias e documentações perdidos ao longo do tempo, seja pela fragmentação de informações deixadas por familiares, ou até mesmo pela censura que podem ter sofrido em vida e após a morte.

A historiadora Michelle Perrot diz que é preciso que a mulher seja piedosa ou escandalosa – e eu acrescentaria: infeliz – para poder existir. Esse existir a que Perrot se refere é o fato de a mulher ser notada. Ao ser notada, ela passa a ser “digna” de que o seu nome figure nos livros de história, escritos durante séculos somente pelos homens. (REZZUTTI, 2018, p.18).

Entre essas mulheres, o autor cita Maria Felipa de Oliveira, pobre, negra, jogadora de capoeira, que, agregando a participação de pessoas da comunidade, lutou contra o exército português durante a Independência do Brasil. Também não foi devidamente notificada a presença feminina à frente da administração das capitânias de Pernambuco e São Vicente. A primeira escultora paraense Julieta de França, (1870 –1951), em 1907, teve a ousadia de enfrentar os críticos de suas obras, mas sofre a represália com seu apagamento perante a sociedade enquanto artista. Tornou-se a primeira mulher, no Brasil, a fazer o curso de modelo-vivo oferecido exclusivamente para homens nas universidades de Belas artes. Ela que iniciou seus estudos em Belém, mas os concluiu no Rio de Janeiro. Sendo a primeira mulher a concorrer e ganhar uma bolsa de estudos como escultora oferecida pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Sua obra *O sonho do filho pródigo*, lançada em Paris, foi comparada à obra *O pensador* de Rodin.

A relevância das pregações, determinações da igreja foram, durante séculos, o veículo pelo qual uma política de dominação e controle se instalou entre as pequenas províncias, cidades europeias e suas colônias. Dentro desse discurso religioso cabia acusar a mulher por ser responsável pelo desaparecimento do paraíso com a personagem bíblica Eva, “a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte” (PRIORE, 2020, p. 18).

Essa predisposição para a desconfiança sobre a mulher chega ao Brasil ainda no período colonial, com os portugueses. Também, como lembra Del Priore, (2020, p.20) a constituição familiar nesse novo país surge de maneira quase planejada para dar frutos a essa perspectiva da mulher como elemento de posse do marido. A autora relembra a situação das “órfãs do rei”, jovens que eram trazidas dos conventos portugueses para satisfazerem a necessidade do matrimônio com os imigrantes que estavam aqui.

Uma curiosidade nesse agrupamento familiar foi que, no Brasil, a formação familiar não se restringia apenas à esposa, ao marido e aos seus filhos. Compunha a família sogras, sobrinhos, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados etc. Dessa forma, foi percebido em estudos mais recentes que esse foi um costume presente nas famílias africanas, pois estavam entre seus familiares, os agregados e as concubinas (PRIORE, 2020, p. 21).

Para Del Priore, não havia impedimento formal para o ensino das mulheres, ela cita a pesquisa de Tânia Quintaneiro, que afirmou melhora nas questões educacionais no Brasil, a partir de 1830, pelo fato de terem encontrado internatos com propostas educacionais similares as da Inglaterra. Priore afirma ter no Rio de Janeiro, em 1860 “46 escolas primárias para ambos os sexos. Havia também escolas particulares que disputavam com governantas estrangeiras a educação das meninas brasileiras pertencentes às famílias de posses.” (PRIORE, 2020, p. 107).

A autora ainda dá o exemplo da baiana Henriqueta Martins Catharino, responsável pela criação de uma espécie de biblioteca comunitária, e Balbina Gomes da Graça, mulher mestiça que inaugurou junto com seu marido, Antônio Cesário, homem negro, o Colégio Perseverança, em Campinas, voltado para crianças pobres, órfãs e negras, mas que também recebeu crianças “bem-nascidas” em março de 1860. Esse colégio recebeu, inclusive, elogios de Dom Pedro II. Del Priore também cita Luciana de Abreu, a primeira mulher a discursar em público sobre emancipação feminina, o que acontece na tribuna da Sociedade Partenon Literário, ela foi proprietária de uma escola particular nos anos de 1872, quando se tornou professora, mesmo sendo identificada como mulher mestiça, sua história a tornou muito conhecida em Porto Alegre.

Com essas informações identifica-se um movimento cultural, educacional e social brasileiro, que tentava estabelecer para a sociedade a elevação de seus conhecimentos, embora de modo muito discrepante entre os mais ricos e os mais pobres, entre homens e mulheres, entre brancos e negros.

#### **1.4 Maria Firmina dos Reis, uma romancista negra abolicionista no século XIX**

A escritora iniciou suas publicações chamando a atenção primeiramente pela coragem e humildade com que produziu, de forma independente, seus romances e poemas. Jornalista, cronista e professora concursada, Firmina foi uma mulher de origem humilde, filha de pai negro e mãe branca, se definia como “negra e bastarda” (PEREIRA, 2018, p. 8). Ela se tornou reconhecida por meio de várias participações em jornais do Maranhão, com a publicação de artigos, poemas, crônicas, músicas e romances. Eduardo de Assis Duarte comentou que:

O tom de confronto com o pensamento hegemônico não teria como ser mais explícito. Não custa lembrar que esta é a primeira vez em que captura e a escravização de africanos são representados na literatura brasileira, sendo Úrsula o gesto inaugural de toda uma linhagem abolicionista em nossas letras. (DUARTE, 2018, p. 62).

Algemira de Macedo Mendes, (2016) discorre sobre a importância de Maria Firmina dos Reis para a literatura de seu tempo e para a história da literatura brasileira, especialmente para a produção literária feita por mulheres. Segundo a pesquisadora, Reis teve como mãe Leonor Felipa dos reis e pai, João Esteves. Segundo algumas pesquisas, a escritora teve como primo o escritor Francisco Sotero dos Reis, que à época foi responsável pela publicação de uma obra crítica literária de relevância, na qual Maria Firmina não foi citada.

Reis teve uma intensa experiência com publicações de artigos em jornais e revistas, em que se identificava como “M.F.R.”, abreviação de seu nome, algo comum entre as mulheres que tentavam participar da vida pública como escritoras, assim recordado por Algemira Mendes. Ao publicar *Úrsula*, a autora se identificou como “Uma Maranhense”. Escreveu também um romance indianista chamado *Gupeva*, em 1861, e um conto de cunho abolicionista intitulado *A escrava*. Na antologia *Parnaso Maranhense* (1861), três poemas seus estão incluídos ao lado de Gonçalves Dias.

Essa afirmação sobre o posicionamento crítico da escritora remete ao processo educacional da época, em que as mulheres foram afastadas dos bancos escolares, sendo impedidas de tomar ciência das questões político culturais, o que incluía a publicação literária. Em seu livro *Silêncios prescritos: Estudo de romances de autoras negras brasileiras*, Fernanda Miranda compara obras publicadas entre 1959 e 2006, fazendo um paralelo que incluem autoras e suas obras, também os momentos históricos em que viveram.

As obras se comunicam e reverberam sentidos consonantes, cada uma delas é única, e irredutível, mas a leitura comparada destaca o ponto da encruzilhada onde há encontro das vozes enunciativas, semelhanças, reverberações, contato. O conjunto é marcado pela sua ênfase em interpelar a História, tomando-a como um paradigma aberto que abarca novas possibilidades. (MIRANDA, 2019, p. 49).

Entre algumas obras críticas de literatura, como a de Alfredo Bosi ou mesmo de José Veríssimo, nenhuma menção foi feita a Maria Firmina dos Reis. Outro exemplo é Antônio Henriques Leal, que publicou *Panteon Maranhense*, citando diversos poetas, contistas e romancistas, mas para Firmina deixou uma nota bibliográfica: “ela escrevera seus *Cantos à beira-mar* e uma nênia à memória de Gonçalves Dias, uma das glórias do Maranhão” (MENDES, 2016, p. 40).

Nas palavras de Eduardo Assis Duarte, Firmina foi uma precursora ao desenhar para a personagem Túlio, no romance *Úrsula*, a perspectiva de personagem afrodescendente, com personalidade valorosa e moralizante, colocando essa personagem em par de igualdade com o protagonista branco, Tancredo. Maria Firmina se impõe diante dos demais escritores de seu tempo por poemas como *Dirceu*, que segue abaixo, dedicado a Thomás Antônio Gonzaga, parte do livro de poemas *Cantos à beira-mar*, republicado na coletânea contemporânea *Úrsula e outras obras*, Wellington Brandão, Edições Câmara, 2018.

Dirceu  
 À memória do infeliz poeta Thomaz Antônio Gonzaga  
 Onde, poeta, te  
 Conduz a sorte?  
 Vagas saudoso, no  
 Tristonho error!  
 Longe da pátria...no  
 Exílio...a mote  
 Melhor te fora,  
 Mísero cantor  
 Bardo sem dita  
 Patriota ousado  
 Quem sobre tí a  
 Maldição lançou!?  
 Cantor mimoso,  
 Quem machucou teu  
 Fado?  
 E a voo d'águia te  
 Empeceu, cortou?  
 Quem de tua lira  
 Despedaça as cordas  
 As áureas cordas de  
 Infinito amor?!  
 Essas mesquinhas,  
 Virulentas hordas  
 A voz d'um homem  
 A voz d'um homem  
 Que se cre senhor!...

E tu, que cismas libertar  
 - em anseio  
 O pátrio solo – que a  
 Aflição feria  
 Que à lisia curva o  
 palpitante seio  
 e a fronte nobre para o  
 Chão pendia  
 Da pátria longe, teu  
 suposto crime  
 Vás tristes, aflito a  
 espíar –  
 Dirceu! Quem geme as  
 dores que teu peito  
 Oprime  
 E as tristes queixas? –  
 Só as ouve o céu



Mártir da pátria!  
 Liberdade, amor  
 Foram os alentos que  
 Prendeu teu peito  
 Gemes, soluças, infeliz  
 cantor.  
 Vendo teus sonhos –  
 teu cismar defeito  
 [...].  
 (REIS, 2018, p. 198).

A partir do século XIX, com a evolução da imprensa, as mulheres apropriavam-se da condição de escritoras por meio dos periódicos, escrevendo romances, contos, poesia e notícias. Nesse contexto encontramos publicações de Maria Firmina dos Reis nos jornais: *A Imprensa*, (1860), *Jardim das Maranhenses* (1861), *Publicador Maranhense* (1861), *A Verdadeira Marmota* e *Semanário Maranhense* (1867), *O Domingo* (1872), *O País* (1885), *Revista Maranhense* (1887), *Diário do Maranhão* (1889), *Pacotilha* (1900), *Federalista* (1903), entre outras publicações em revistas e semanários (MENDES, 2016).

A forma de distribuição dos romances antes das publicações, era chamada no século XIX de subscrições. Era uma alternativa para movimentar as vendas de livros por meio de assinaturas. Estas predispunham uma relação de confiança entre o comprador e o leitor. Ao demonstrar interesse em adquirir a obra pronta o leitor estimulava a publicação do livro proposto. Com essas assinaturas estava garantida a circulação de novas obras publicadas, como afirma Luciana Martins Diogo, em seu artigo, “A primeira resenha de *Úrsula* na imprensa maranhense,” (2020), em que a pesquisadora complementa, segundo Antônia Souza, o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, recebeu uma subscrição anunciada de forma independente, aproximando-se muito mais de uma resenha, já que apresentava um longo prospecto sobre a obra e a autora, que, embora mantida anônima, era referida como “jovem maranhense”, “autora brasileira”, explicando que a autora era uma mulher (DIOGO, 2020, p. 5).

A forma como o romance *Úrsula* foi noticiado tratou de apresentá-la com os adjetivos que caberiam a tantos outros célebres escritores.

*Úrsula* - Acha-se à venda na Tipografia do Progresso este romance original brasileiro, da Exma., sra. Maria Firmina dos Reis, professora pública de Guimarães. Saudamos nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração e com mais vagar, emitiremos nossa opinião, que desde já avaliamos, não será desfavorável a nossa distinta provinciana. (FILHO, 2004, p. 22).

Nascimento Moraes Filho, autor da obra *Maria Firmina dos Reis*- fragmentos de uma vida, pontua ter havido certa celebração sobre o lançamento do romance inicial de Reis.

Periódicos provam essa ampla divulgação, o que seria raro considerando a situação financeira da escritora, e outros entraves sociais como o fato de ser negra e humilde. Em *A Verdadeira Marmota*, publicado em 1961, fez-se longa apreciação à escritora e sua obra.

[...]a autora, da Vila de Guimarães, revelou grande talento literário, porquanto com poucos recursos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve-o a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais ninguém. Oferecemos hoje aos nossos leitores algumas de suas produções, que vem dar todo o brilho e realce à nossa “Marmota” que se ufana de poder contar doravante com tão distinta colaboradora que servirá, por certo, de incentivo às nossas belas, que talvez com o exemplo, cobrem ânimo e se atrevam a cultivar tanto talento que anda acaso aí oculto[...]” (MENDES, 2016, p.44 e 45).

O artigo acima, na íntegra, encontra-se nos livros de Moraes Filho e de Algemira Mendes. Curiosamente, essa publicação não foi assinada, mas deu o devido respaldo artístico como reconhecimento ao talento de Reis.

A pesquisadora Algemira Mendes (2016), ainda cita a pesquisa feita por Nascimento Moraes, “o aparecimento do romance *Úrsula*, na literatura pátria, foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo e pelos “nossos homens de letras”, não por indulgência, mas como homenagem rendida a uma obra de mérito”. (MENDES, 2016, p. 44). Embora o aparato educacional fosse precário na capital São Luís, sabe-se que Firmina traduziu obras do francês, esteve em igualdade de espaço para suas publicações nos principais jornais maranhenses ao lado de personalidades como Gonçalves Dias. Na conclusão sobre a obra de Maria Firmina, Norma Telles traz uma análise condizente com os resultados da luta abolicionista para muitos escritores que ousaram tratar desse tema em seus romances:

Não há solução possível para a época, Reis não esboça uma sociedade alternativa, por isso a destruição de todos os contestadores, para que assim a sociedade permaneça a mesma, como sempre fora. Mas os jovens, embora tenham morrido para escapar de um previsto destino infeliz, deixaram na região, naquele meio patriarcal e tirano, a lembrança do acontecido e com ela a ideia de que mudanças eram necessárias. (TELES, 2018, p. 45).

É certo afirmar que Firmina foi uma escritora de qualidades ímpares para seu tempo, uma vez que ousou escrever sobre os males da escravidão e do comportamento mesquinho e negligente da sociedade. Mulher, negra e pobre, que adquiriu educação eclética, por meio das publicações literárias europeias, com o conhecimento para a leitura de obras em francês, dando traços de seu domínio e influência com a escrita de Vitor Hugo, Byron, Louis de Lamartine, William Shakespeare, Almeida Garret e Harriet B. Stowe, a autora de *Casa do Pai Tomás*, entre outros escritores. (MENDES, 2016, p. 31).

A menção à obra de Harriet Beecher Stowe deve ser observada com atenção por efeito do grau de comparações possíveis entre a jovem escritora norte-americana e a brasileira, deixando claro logo de início que as circunstâncias de suas escritas foram absolutamente díspares, a condição social elitista, o acesso aos estudos, a presença e proteção de uma família influente deslocam a escritora americana do patamar no qual encontramos Firmina. Stowe, mulher branca, descendente de uma família tradicional e rica, para os Estados Unidos do século XVIII, promoveu grande clamor com sua obra *Uncle Tom's cabin*, publicada em 1853 no Brasil, uma vez que tratou de maneira expositiva a questão da escravidão em seu país, tendo recebido do presidente Abraham Lincoln algumas palavras: “a jovem que provocou a guerra civil” (SALES, 1969, p. 7).

O tradutor da versão brasileira, Herberto Sales, esclarece no prólogo do romance que o período de publicação foi de intensa presença puritana na sociedade, o que dificultou a disseminação da obra, seja porque foi escrito por uma mulher, ou porque tratava da libertação dos escravizados, tema ainda muito polêmico. No livro *O negro e o romantismo brasileiro*, de 1988, a autora Heloísa Toller Gomes aborda as diversas manifestações dessas personagens negras, homens e mulheres, e a realidade tratada sobre o tema escravidão no Brasil, especialmente no século XIX, assim a autora associa de forma crítica essas publicações com o evento do lançamento do romance de Stowe nos Estados Unidos: “O mais famoso romance abolicionista da literatura norte-americana, *Uncle Tom's cabin*, (*A cabana do Pai Tomás*), de Harriet Beecher Stowe, adota uma postura diante do negro típica do racismo romântico.” (GOMES, 1988, p. 12).

Heloísa T. Gomes explica que esse racismo romântico, termo determinado por Fredrickson, (GOMES, 1988) está representado na literatura desse período não só no título citado como em diversos outros livros publicados no Brasil, para tratar a presença do negro na literatura de forma homogeneizante. Assim, quando o negro escravizado estava representado na literatura, havia uma série de elementos associados à sua vida e ao seu comportamento, como por exemplo, o fato de ter adotado a religião cristã, a forma de vestir, a maneira disciplinada de falar e se comportar - tais elementos defendidos pelas teorias do branqueamento para a população negra.

Segundo Elisa Larkin, o racismo se define como a crença na existência de raças biológicas como subdivisões da espécie humana. (NASCIMENTO, 2003, p. 52). Dessa forma, a pesquisadora define que o racismo e o racismo são dois conceitos que coabitam o mesmo espaço ideológico, pois racismo parte da crença sobre o qual as raças são biologicamente definidas, enquanto o racismo predispõe a teoria de raças, algo que já foi desmistificado até

mesmo pelo discurso cientificista. O racismo opera desigualdades no âmbito social, cultural e político, elabora um processo de desumanização daqueles que são o produto da exploração, no caso a população negra africana e afro-brasileira.

Diferentemente do que foi proposto por Reis, que apresenta a presença de personagens negras que denunciam esse lugar inferiorizado, subjugado pelo senhor, o proprietário desses escravizados, Stowe coloca a sujeição das personagens escravizadas, a extrema dedicação e obediência aos seus senhores e a aceitação da religião cristã como elementos de piedade e aceitação. Assim *Úrsula* foi analisada por Eduardo Assis Duarte (2014).

O livro supera o padrão de sua época ao tocar na questão racial como um problema para o país. [...] Maria Firmina articula de maneira crítica as ações do enredo, de modo a destacar personagens negros e a condenar explicitamente a escravidão. Em lugar de colocar o senhor de escravos como herói, faz dele o vilão. (DUARTE, 2014, p. 56).

Túlio surge logo no início do romance, em posição linear com a personagem Tancredo, herdeiro de um fazendeiro rico e poderoso que, depois de longa jornada pela estrada, sofre um acidente ao cair do cavalo, no entanto é salvo pelo abnegado Túlio. O homem negro devoto se prostra imediatamente ante o infortúnio do homem branco e parte a socorrê-lo. Túlio permanece ao seu lado, no leito, por dias, rezando a Deus por sua cura. A seguir, um momento em que Túlio reflete sobre sua própria liberdade:

[...] E, entretanto, este também era livre, livre como pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lhe diz e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém pode escravizar! Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais do fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas vozes sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera e onde livre vivera! (REIS, 2018 (1859), p. 67).

Túlio é apresentado com as características do “bom cativo”, aquele escravizado que após anos de servidão receberá as devidas recompensas e descanso por sua passividade e obediência. “O bom cativo - ao fim da vida, vem a gozar de certa abastança, devida ao seu gênio laborioso, e às fraquezas que lhe deixava o senhor” (GOMES, 1988, p. 39). Para Algemira Mendes, entre as personagens negras é Túlio quem se destaca, pois, mesmo sendo uma personagem que está em segundo plano no enredo, ele dialoga diretamente com a protagonista, Úrsula, e sua mãe, também com o herói do romance, Tancredo.

O jovem escravo Túlio, mesmo sendo personagem secundário, tem fundamental importância. Companheiro do protagonista em todos os momentos, havia nascido e vivido em cativeiro. No momento em que encontra alguém que paga o seu preço em espécie, vê-se liberto; mas não totalmente, nas palavras da mãe Susana, para ela a liberdade só seria alcançada na sua pátria (MENDES, 2016, p. 82).

Segundo Norma Lima, Túlio é essa personagem que está igualado a Tancredo nos diálogos e nas aparições no desenrolar do texto e também contracenando com outras personagens como a mãe Suzana e o Pai Antero, este não alcança destaque por representar a sina de muitos escravizados, que se tornavam marginalizados, incapazes de definir novos rumos para suas vidas por causa do alcoolismo.

Juliano Carrupt, em *Maria Firmina dos Reis: faces de uma percursora*, já mencionado, trata da apresentação da personagem Antero como sendo essa voz que ensina ao jovem Tulio sobre sua ancestralidade, também sobre o entendimento do que é o trabalho, e a referência simbólica em sua pátria africana. De acordo com Carraput, Antero discursa sobre o momento de merecido descanso daqueles que trabalharam consumindo a bebida alcoólica. “A bebida tomada por um escravo e a bebida tomada por um homem trabalhador e livre situa-a como “válvula de escape” para a sua condição de escravo, e no passado remoto como costume sustentado pela moral do trabalho.” (CARRUPT, 2018, p. 137).

É o único vício que tenho; e ainda por conservá-lo não prejudiquei a ninguém. Que te importa que beba – acrescentou com voz que queria dizer: não tens coração -, por ventura pedi-te algum dinheiro para fumo ou cachaça? - e dizendo afagava a cabeça vazia com um desvelo todo paternal, como que arrependido de tê-la desprezado, a ela, sua companheira constante. (REIS, 2018, p.188 e 189).

Ainda segundo Lima (2021), na relação quase maternal entre Susana e Túlio, ela repreende o jovem por não entender o sentido de liberdade que buscam enquanto pessoas escravizadas e aquele comportamento ao qual ele se sujeita por amizade a Tancredo. As memórias de Túlio e de Suzana compõem essa ruptura cultural e familiar como forma de recordação de uma vida possível para as personagens escravizadas. Lima afirma a importância de ter, essa obra, uma referência de importância histórica para a produção literária brasileira, por tratar de tema tão negligenciado à época, a escravidão.

Essa grande parcela da porcentagem populacional era invisibilizada e só poderia constar, nas obras contemporâneas à Úrsula, como personagens caricatos, distanciados da própria experiência de vida a qual, para a maioria, tinha-se iniciado nos navios negreiros. Um dos grandes méritos do livro de Maria Firmina, reitero, é o de recuperar essa memória fraturada da diáspora em meio a cenários os quais, muito além de se constituírem como referenciais da natureza romântica se inserem como paisagem na qual as águas representam espaços humanos. (LIMA, 2021, p. 124).

Para corroborar essa afirmação o filósofo de Camarões, Achille Mbembe, propõe em *Crítica da razão negra*, de 2014, pensar na escrita literária que remete ao processo de violência contra os africanos escravizados e sua forma de reprodução. Narrar a memória servirá como ferramenta para ativar uma “consciência onírica ou racional” (MBEMBE, 2014), essa rememoração se constituirá em fragmentos de algo vivido no passado que retorna no tempo presente. “Que, no caso dos negros, as linguagens da lembrança dependem, em grande medida, da crítica que se faz do tempo é uma evidência que o texto literário insiste em demonstrar.” (MBEMBE, 2014, p. 214).

Com esse apontamento é interessante reconhecer na obra *Úrsula*, o conhecimento que a autora apresenta sobre elementos da região, o clima e a vegetação de algum dos países africanos. Como por exemplo, quando ela coloca na fala da escrava Suzana as sensações da temperatura e a descrição das paisagens de sua juventude. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país [...] eu corria as descarnadas e arenosas praias [...] divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (REIS, 2014, p. 121).

Também a autora cita descrições pertinentes àqueles que vieram do solo africano, quando ela dispõe na fala de Antero a bebida consumida em sua juventude.

Pois ouça-me senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que se dedica à festa do fetiche, e nesse dia, como não se trabalha, a gente diverte-se, brinca e bebe. Oh! Lá então é vinho de palmeira, mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 2014, p. 189).

O racialismo romântico, reconhecido em *Uncle Tom's cabin*, consistiu em uma visão paternalista e pretensamente humanitária do homem negro, caracterizando-o como “o cristão natural”: um ser humilde, infantil e dócil, mais preocupado com a felicidade do outro do que com a sua própria, capaz de sacrificar-se até a autoimolação pelos seres amados. (GOMES, 1988, p. 12). Diferentemente do posicionamento de Túlio, personagem escravizado em *Úrsula*, que apresenta, desde o início da narrativa, proteção e devoção a Tancredo por ter concedido sua carta de alforria, e oferece seus préstimos em agradecimento por algo que ele, àquela época, não alcançaria sozinho.

Livre, Túlio deitou-se a correr em direitura da casa, tendo só na mente salvar a seu benfeitor e amigo. Estava esbaforido, e mal entrou, sabendo que Tancredo há muito que saíra acompanhado das testemunhas, partiu sem respirar pela estrada que levava ao convento. -Meu Deus!- dizia ele consigo. - Será ainda tempo? Poupai-o, Senhor: livrai-o de seus inimigos (REIS, 2018, p. 191).

Algumas situações sobre a temática da escravidão são notórias nas obras citadas por Gomes. Essas situações encontravam algum tipo de justificativa para os escritores românticos, propondo realçar uma pretensa aceitação da bondade do escravizado inofensivo. Por outro lado, havia um impasse para ações realmente enfáticas, pois a sociedade aceitava a ideia de que esses escravizados não saberiam tomar consciência sobre seu próprio destino, sobre sua vida. No Brasil, o romance de Stowe foi comparado ao de Bernardo Guimarães, *Escrava Isaura*, de 1875. É possível fazer uma relação entre esse romance e o trecho de *Cabana do Pai Tomás*, durante uma conversa entre ele e outra benevolente mulher, também escravizada:

- George, meu filho, acalme-se-disse ela. – Que pretende fazer? Pense em Deus. Se formos pacientes, Ele nos ajudará. Minha ama sempre diz que devemos confiar em Deus.  
 - Para os que se sentam em sofás e são servidos por escravos, isto é fácil de dizer – respondeu George. – Se a sua ama estivesse no meu lugar, certamente haveria de pensar como eu.  
 (STOWE, 1969, p. 19).

Na obra de Bernardo Guimarães é possível perceber com mais exatidão a afirmação de Gomes, sobre o qual foi identificado um equívoco na forma como a sociedade percebia a escrava, a partir de um fetiche sexual ou demonizando-a. Essa personagem só poderia ser salva por ser branca, bela e recatada, como foi descrita por Guimarães, a escrava Isaura. Assim a personagem Álvaro buscava defender a amada:

- Escrava! – exclamou Álvaro cada vez mais exaltado. – Isso não passa de um nome vão, que nada exprime, ou exprime uma mentira. Pureza de anjo, formosura de fada, eis a realidade! Pode um homem ou a sociedade inteira contrariar as vistas do Criador e transformar em uma vil escrava o anjo que sobre a Terra caiu das mãos de Deus?... (GUIMARÃES, 1875, p. 122).

Em *A Escrava Isaura*, a personagem é vista por Heloisa Gomes como “a escrava de alma branca”. O romance para Gomes se prende mais à crítica sobre a crueldade da escravidão, contudo não se preocupa tanto com as pessoas escravizadas. É reconhecível também para essa personagem as limitações impostas por seu gênero.

A situação deste não era só crítica; era desesperada. O seu antagonista ali estava armado de seu incontestável direito para humilhá-lo, esmagá-lo, e o que mais é, despedaçar-lhe a alma roubando-lhe a amante adorada, o ídolo de seu coração, que ia lhe ser arrancada dos braços para ser prostituída ao amor brutal de um senhor devasso, se não sacrificada ao seu furor. Não tinha remédio senão curvar-se sem murmurar ao golpe do destino, e ver de braços cruzados, metida em ferros e entregue ao azorrague do algoz e a nobre e angélica criatura, que, única entre tantas belezas, lhe fizera palpitar o coração em emoções do extremoso e mais puro amor. (GUIMARÃES, 1875, p. 138).

Apesar do uso da mulher ser apresentado como necessário para o sexo, no romance não são apresentadas condições para a maternidade. Duarte aponta para a ausência de procriação, questionando sobre fertilidade dessa personagem. É preciso refletir sobre o lugar dessa mulher negra que tem serventia para a fornicação, mas não é imaginada como mãe, avó, pertencente a uma família. Também ele cita a forte interferência da questão racial e o preconceito de cor, disseminado e acolhido pela sociedade desde aquela época.

Gomes salienta em sua pesquisa a busca intelectual influenciada pelas questões sociais e políticas ligadas ao período abolicionista no Brasil. Na forma como a autora propõe refletir-se que, enquanto países europeus e americanos assistiam a protestos abolicionistas, os quais denunciavam a crueldade do tráfico de seres humanos, na literatura, somente na segunda metade do século XIX, após muitas dessas manifestações, poetas, romancistas e dramaturgos deram atenção à temática do escravizado. Aliás, mais a temática geral da escravidão do que à visão humanizada dos escravizados (GOMES, 1988, p. 16). Essa falta de percepção sobre o negro na literatura do século XIX foi salientada por Cuti (Luiz Silva):

O sujeito étnico branco do discurso bloqueia a humanidade da personagem negra, seja promovendo sua invisibilização, seja tornando-a mero adereço das personagens brancas ou apetrecho de cenário natural ou interior, como uma árvore ou um bicho, um móvel ou qualquer utensílio ou enfeite doméstico. Aparece, mas não tem função, não muda nada, e se o faz é por mera manifestação instintiva, por um acaso (CUTI, 2010, p. 89).

Cuti, em seu livro, *Literatura negro-brasileira*, publicado em 2010, propõe uma gama de observações pertinentes às reflexões sobre o que foi produzido na literatura brasileira do passado, por aqueles que se identificavam com as causas abolicionistas. Ele também estuda os reflexos dessas obras nas produções contemporâneas por escritores afrodescendentes, percebendo de forma crítica que muito do que foi escrito ao longo da história traz reflexões sobre os rumos da literatura, que ele prefere definir como negro-brasileira.

Conforme salienta Fernanda R. Miranda, em *Silêncios prescritos: Estudos de romances de autoras negras*, publicado em 2019, existe uma escala de nivelamento e qualidade baseada na raça para os autores negros e suas obras desde o início das publicações de literatura brasileira, organizada por uma parcela da elite letrada acadêmica que visa atingir a exclusão intelectual daqueles que não são reconhecidos pelo cânone. (MIRANDA, 2019). Miranda relembra que foi Luiz Gama quem, inicialmente, trouxe na publicação de *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, 1859, as reflexões sobre esse sujeito poético que se questiona enquanto pertencente àquela sociedade letrada logo no título do poema “Quem sou eu?”. Ela define esse poema como: “popularmente chamado de “Bodarrada”, onde o sujeito poético



simultaneamente se afirma e satiriza as representações inferiorizantes que buscavam constranger o negro.” (MIRANDA, 2018, p. 20).

Os escritores envolvidos na causa abolicionista, em geral, não se apresentavam comprometidos com as causas sociais, como observou David Brookshaw em seu livro, *Cor e raça na literatura brasileira*, de 1983. Este afirma que os escritores não propuseram mudanças realmente tateis diante do que se impunha para a sociedade daquele tempo. Havia a preocupação com a honra e a imagem do Brasil perante os países estrangeiros, esse medo estava relacionado à influência inglesa e ao encerramento do comércio de escravizados. Por tanto, prevaleceu o interesse por parte da sociedade elitizada em transmitir seus expoentes culturais, uma nação culta, desenvolvida e próspera, especialmente após a afirmação sobre a imagem de independência nacional, assim havia a pretensão de expor diante dos países europeus essa versão.

Os acontecimentos de 1817 prenunciavam as tendências que, combinadas, marcariam o processo de independência e de afirmação do Império, que tomou lugar entre a separação de Portugal, em 1822, e a derrota da Revolução Praieira em Pernambuco, em 1848. Em primeiro lugar, o papel desempenhado pela fusão de interesses da elite política imperial, concentrada na Corte, e dos grandes proprietários de escravos – comerciantes e fazendeiros – da região sudeste, em especial da província fluminense. Essa fusão permitiu a formação da classe senhorial enquanto classe dominante nacional em torno da manutenção da ordem social escravista e a construção de um aparelho de Estado centralizado. (SALLES; SOARES, 2005, p. 74).

Na literatura, em vários momentos, a figura do escravizado foi proposta de forma repulsiva, o que o autor retoma: “Já foi dito que o escritor brasileiro não considerava o escravo de modo nenhum um ser humano, e não há dúvida de que há algo de verdade nisto.” (BROOKSHAW, 1983, p. 26).

Também segundo o autor, foi notório no Brasil um pavor relacionado à maneira como a Inglaterra impôs o fim do tráfico transatlântico de escravizados, medo sobre a imagem futura que a sociedade brasileira carregaria diante dos países estrangeiros, algo que a sociedade escravocrata não estava disposta a enfrentar. (BROOKSHAW, 1983). Com isso, percebe-se que a movimentação literária que cercou o período não foi motivada em prol da literatura crítica que defendesse a libertação e os direitos dos escravizados como cidadãos, mas sim a necessidade de remodelar a imagem da sociedade brasileira por meio de sua literatura, com expressões de autenticidade sobre as iconografias nacionais, ignorando a precariedade imposta à vida dessa parcela inferiorizada da população.

Havia nesse período uma mudança demográfica consistente a ser pensada. A proporção de homens negros livres em relação aos que ainda se encontravam escravizados

antes da abolição era impactante. O historiador norte-americano Thomas Skidmore, em seu livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, de 2012, analisa os acontecimentos que cercaram o Brasil, mais precisamente a sociedade e as decisões políticas entre os séculos XVIII e XIX.

O discurso hegemônico formava uma massa de intelectuais dispostos a solidificar a hierarquia de poder e superioridade para os homens brancos, referenciado nas práticas escravagistas, algo que, com a assinatura da Lei Áurea, logo à frente, tornaria base para fundamentar o racismo estrutural entre as diversas instâncias sociais. Este discurso ligou pensamentos discriminatórios contra ex-escravos, afro-brasileiros às decisões políticas de reparação, a partir disso foi negado, ou condicionado a poucos, o direito à educação, o acesso às condições de trabalhos, moradia, enfim, a dignidade àqueles que sobreviveram ao massacre da escravidão.

Nina Rodrigues foi um reconhecido médico baiano, cuja notoriedade por seu trabalho como pesquisador o tornou referência em publicações sobre os africanos no Brasil. O médico descreveu, em longa lista de livros e artigos, temas sobre a cultura, os hábitos peculiares, conhecimentos herdados desses povos trazidos de diversos países da África ao Brasil. O pesquisador também se debruçou sobre esse processo deficitário de cruzamento dos povos negros com os brancos. De acordo com Elisa Larkin Nascimento, em *O sortilégio da cor*, de 2003, Rodrigues foi, na companhia de outros eugenistas, aquele que mais tratou da mestiçagem a partir de uma predisposição genética para a inferioridade.

Para Nina Rodrigues, a “civilização ariana” está representada no Brasil por uma “fraca minoria da raça Branca” a quem cabe defendê-la contra os atos antissociais das raças inferiores, inclusive da população mestiça, cuja indolência nata a induzia ao crime” (NASCIMENTO, 2003, p. 149).

Thomas Skidmore também propôs refletir sobre essa diferenciação no tratamento que homens e mulheres negros tiveram entre, e após, a assinatura da Lei Aurea. O autor traz a conclusão sobre a importância da Abolição para o Brasil. Assim, seria o Brasil um país próspero como os países europeus, se pudessem desfrutar do trabalho livre, apoiar as causas ligadas à humanidade do tratamento com escravizados. Também, os senhores de engenhos deixariam de ser vistos como vilões, a manutenção da escravatura “estava a corromper por dentro todo o Brasil” (SKIDMOORE, 1976, p. 34).

Os quocientes demográficos dão uma chave do problema. O Brasil já tinha, antes da Abolição, grande número de homens livres de cor. Os escravizados eram,

provavelmente, em maior número que os homens livres (brancos e de cor) no Brasil do séc. XVII. (SKIDMORE, 1976, p. 56).

Ainda de acordo com o pesquisador, nessa época os abolicionistas tinham entendimento claro sobre a diferença entre escravidão e a definição de raça, por causa da aproximação com os movimentos abolicionistas norte americanos e europeus. Em um exemplo de contrassenso histórico, os abolicionistas, por volta de 1871, estavam dispostos a recorrer ao entendimento que diferenciava a sociedade abolicionista brasileira daquela norte americana, ao defender que “preocupados, com o fator étnico, os abolicionistas partilhavam da crença geral de que a sociedade brasileira não abrigava preconceito racial.” (SKIDMORE, 1976, p. 38). Essa ideia dissipada entre a elite brasileira provocou grande atraso sobre as questões de reparação causadas pelos anos de escravidão. Desse modo, a literatura procurou não enfatizar, de modo geral, a presença de escravizados entre as personagens, em seus romances, quando muito, os colocava como parte da paisagem de suas narrativas.

A partir dos apontamentos e críticas apresentados nesse capítulo buscamos traçar, de forma cronológica, a presença e importância da escrita de uma mulher negra, produtora de conhecimento literário, sociológico e cultural, que com muita coragem, eloquência e determinação atravessou barreiras políticas e estruturais dentro do segmento literário do século XIX. Maria Firmina dos Reis superou a força do discurso hegemônico colonialista, escravocrata e machista que lhe foi imposto, pretendendo sob diversas formas a sua exclusão, o apagamento de suas publicações e seu silenciamento. Sua personagem, Susana, superou os elementos narrativos primordiais apresentados à época de sua publicação, para a construção dessa sobrevivente.

O negro aparece no Romantismo brasileiro como elemento estranho à margem das temáticas romanescas, que viam no índio o auge da nacionalidade representada na literatura. No romance *Úrsula*, o escravo ganha voz, se torna pleno e visível, identificado mais à africanidade e suas características coletivas e ancestrais que à condição de mercadoria ou objeto. (NASCIMENTO, 2018, p. 130)

Encontramos, porém, entre as publicações subsequentes, a retomada material e simbólica de sua presença e importância para enriquecer um recorte temporal da produção literária brasileira, tão significativa como o foi, o período romântico brasileiro. Colocado por Antônio Candido: “A obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição.” (CANDIDO, 2000, p. 30).

Encerrando esse capítulo, seguiremos para o romance do século XXI, cuja temática se baseia nos mesmos elementos, a escravidão e as personagens escravizadas, mas traz uma proposta renovada a partir de uma fortuna crítica possível de ser acessada por seus autores.

## Epígrafe

“Ó, mãe! Ensaboa, mãe!  
 Ensaboa, pra depois quarar  
 Ora yê yê ô oxum! Seu dourado tem axé  
 Faz o seu quilombo no Abaeté  
 Quem lava a alma dessa gente veste ouro  
 É Viradouro! É Viradouro!  
 Levanta, preta, que o Sol tá na janela  
 Leva a gamela pro xaréu do pescador  
 A alforria se conquista com o ganho  
 E o balaio é do tamanho do suor do seu amor  
 Mainha, esses velhos areais  
 Onde nossas ancestrais acordavam as manhãs  
 Pra luta sentem cheiro de anjelim  
 E a doçura do quindim  
 Da bica de Itapuã  
 Camará ganhou a cidade  
 O erê herdou liberdade  
 Canto das Marias, baixa do dendê  
 Chama a freguesia pro batuquejê  
 São elas, dos anjos e das marés  
 Crioulas do balangandã, ô iaiá  
 Ciranda de roda, na beira do mar  
 Ganhadeira que benze, vai pro terreiro sambar  
 Nas escadas da fé  
 É a voz da mulher!  
 Xangô ilumina a caminhada  
 A falange está formada  
 Um coral cheio de amor  
 Kaô, o axé vem da Bahia  
 Nessa negra cantoria  
 Que Maria ensinou  
 Ó, mãe! Ensaboa, mãe!  
 Ensaboa, pra depois quarar”

(Samba Enredo de 2020 - G.R.E.S Viradouro - Composição: Anderson Lemos /  
 Carlinhos Fionda / Cláudio Russo / Dadinho / Diego Nicolau / Julio Alves / Manolo  
 / Paulo César Feital / Rildo Seixas).

## 2 ELIANA ALVES CRUZ E A NARRATIVA BIOGRÁFICA TRANSFORMADA EM FICÇÃO HISTÓRICA

Nesse capítulo apresentaremos uma análise sobre o romance contemporâneo *Água de barrela*, bem como as estratégias de sua autora, a jornalista Eliana Alves Cruz. Por meio da apresentação das personagens desse romance comparações puderam ser feitas para dar embasamento às afirmações sobre o romance decolonial, suas propostas de reescrita sobre a história da escravidão, da imigração de africanos para o Brasil e de seus destinos. O protagonismo é reconhecido logo nos textos introdutórios do romance, quando a personagem e uma das narradoras, Tia Nunu, traz questionamentos sobre a brancura das roupas de seus descendentes, e associa com a tentativa de apagamento da história.

O romance *Água de barrela* foi publicado recentemente, mas remete aos tempos do Brasil Colonial, ao período vigente à escravidão. A obra segue uma narrativa linear, entrelaçando personagens e acontecimentos históricos e também a reescrita de relatos memorialísticos, chegando aos dias atuais. O estudo desse romance foi feito de forma a separar personagens, entre elas três mulheres de diferentes gerações e elencar entre uma e outra as mudanças sociais, políticas que atravessam suas histórias, percebendo assim que essas mudanças também se referem a outras histórias, de outras personagens em outros romances.

Cruz, após investir mais de cinco anos em pesquisas documentais, tem seu livro inscrito no concurso de novos textos sobre afrodescendência, promovido pela Fundação Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura. A seleção foi feita em 2015, *Água de barrela* foi publicado em 2016. Sua publicação garantiu notoriedade à jornalista que, alinhada com outros movimentos culturais, ampliou seu repertório de trabalho, publicando em seguida *Crime do Cais do Valongo*, de 2018 e *Nada digo de ti, que em ti não veja*, de 2021, ambos seguindo a abordagem decolonial, quando a narrativa sobre a diáspora brasileira e a sucessão de acontecimentos ocorridos com os africanos em solo brasileiro passa a ser recontada por aqueles que sofreram as agruras desse processo, os próprios escravizados e seus descendentes. Dentro do contexto ficcional, a decolonialidade está expressa nas memórias coletivas e individuais dos protagonistas, que em obras publicadas recentemente oportunizam espaço de fala. Isso não ocorreu entre as publicações literárias do período escravagista com exceção das obras de Maria Firmina dos Reis.

Na narrativa acompanhamos uma sucessão de personagens negras, desde os dois primeiros protagonistas localizados ainda em Daomé, África, e em seguida os filhos e netos nascidos no Brasil, entre eles alguns encontravam-se escravizados. Contracenando com estes estão as personagens de uma linhagem de proprietários de terras, de fazendas de cana-de-açúcar.

As publicações recentes do campo literário, que abordam uma nova perspectiva discursiva sobre o período da escravidão no Brasil, propõem retratar acontecimentos e personagens que não encontraram espaço e aceitação anteriormente, em especial na publicação de romances. Essas personagens sofreram grave silenciamento por conta de sua cor de pele, também por causa de um lugar subalternizado criado especialmente pelo discurso hegemônico para camuflar toda a perversa história da escravidão.

Para o entendimento do contexto de *Água de barreira*, apresentamos a síntese de um romance histórico com suas formas de definição. A fim de abarcar o contexto do discurso decolonial, inserimos afirmações propostas pela cientista política Françoise Vergès, em *Um feminismo decolonial*, publicado em 2021, e também as pontuações feitas pelo teórico Thomas Bonnici, na obra *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*, publicado em 2009, sobre o contexto pós-colonial. A pesquisadora Denise Carrascosa, em seu artigo “Pós-colonialidade, pós-escravismo, bioficção e com (tra) temporaneidade”, de 2013, retoma a urgência de se refletir a escrita do eu e a subjetividade possível para atrelar à linguagem seus possíveis significados entre as narrativas de caráter histórico.

Para corroborar a afirmação de que foi encontrada a presença de um núcleo familiar como protagonista da obra, a partir da análise transformada em tese da psicóloga Reimy Solange Chagas, foi explorada a ideia do “Mito familiar”, termo utilizado para elaborar seus apontamentos sobre a noção de família e união como elementos possíveis para o contexto de narrativas sobre o protagonismo de famílias negras.

## **2.1 A Autora e seu processo de pesquisa autobiográfico**

Eliana Alves Cruz, nasceu no Rio de Janeiro, em 1966, onde se formou jornalista. Seu primeiro romance publicado apresenta um texto ficcional ricamente construído a partir de relatos e documentos de seus familiares, tratando assim de uma biografia de sua família. A

introdução do romance se dá na apresentação dos seus descendentes africanos assim que chegam ao Brasil são levados para uma fazenda de cana-de-açúcar. Cruz faz parte de um grupo crescente de mulheres negras que se projetam como escritoras, cujas obras estão focadas em uma narrativa decolonial e de valorização da ancestralidade.

A narrativa histórica com elementos da abordagem decolonial está pautada sobre uma postura crítica incessante diante dos discursos hegemônicos sobre a história da exploração do continente Africano pelos europeus e o destino dos escravizados. Para apresentar os elementos pertinentes dessa literatura histórica foram selecionados trechos da obra, *O romance histórico*, do filósofo húngaro György Lukács, publicado em 1937. O autor defende as sensíveis mudanças percebidas nos romances humanistas que, de forma artística, reproduzem “o povo”, rompendo com paradigmas das produções literárias anteriores que privilegiavam a burguesia e a “privatização da história” (LUKÁCS, 2011, p. 344).

Segundo Leandro Konder, no texto introdutório da obra *O romance está morrendo?*, de Ferenc Fehér, 1997, foram listadas algumas críticas sobre as obras de Lukács. Konder relembra que as consequências eminentes da Guerra em que a Europa estava envolvida, entre 1914 e 1916, e as mudanças conceituais para o qual o teórico húngaro se voltava ao pesquisar novos romances foram fortes influências. A partir daí, Lukács propôs uma análise sobre os novos movimentos literários, tendo como princípio a obra *Dom Quixote*, de Miguel Cervantes. Para Konder:

A primeira forma definida de romance que ele encontra na história da moderna literatura ocidental é o romance do idealismo abstrato: o Dom Quixote. Não é casual que o gênero tenha surgido juntamente com a burguesia e com o início do processo de mercantilização da vida, com a redução de todos os valores à quantificação do dinheiro; nem é casual que seu primeiro grande êxito se dê no começo do período em que o Deus cristão abandona o mundo. A estrutura do romance – tal como ela aparece já maduramente caracterizada em Dom Quixote – se funda na trajetória de um indivíduo problemático e num mundo contingente. (KONDER; in FEHÉR, 1997, p. 11).

Konder, então, contrapõe Lukács ao definir que não é o romance o elemento problemático, pois este possui vários pontos de vista. A partir das observações sobre as formas das sociedades, especialmente percebidas nas reflexões marxistas, já presentes no período das publicações de *Teoria do Romance* e *O Romance histórico*. Marx já pontuava sobre esse materialismo capitalista das civilizações. Para Fehér, está aí uma das grandes questões pelas quais a teoria sobre a formação do romance, observada por Lukács, apresenta contrapontos. Fehér também aponta o que as mudanças no romance histórico previam “A

humanização do espaço humano, a transformação da sociedade de caráter natural em sociedade puramente social. ” (FEHÉR, 1997, p. 52).

Além disso, é debatido nos romances analisados por Lukács a duplicidade de posições entre burguesia e o cidadão comum, a crescente luta de classes, o questionamento sobre o indivíduo e a sociedade na qual estava inserido. Essas observações foram importantes para que fosse feita a inserção dessa teoria sobre os novos romances de caráter históricos, oriundos de conflitos internacionais e a temática sobre a escravidão brasileira a partir de uma interpretação que esteja inserida nas definições sobre decolonialidade.

*Água de barrela* tem em sua narrativa a presença de uma família originária do continente africano, logo no início do texto, quando as primeiras personagens citadas ainda estão distantes do contato com o comércio de pessoas para o trabalho escravo. Mas, de forma simbólica, ao longo da trama as consequências da violência inicialmente narrada e as sucessoras daquelas personagens iniciais deparam-se com conflitos, os quais serão superados pelo esforço coletivo de seus pares. Quando Helena, uma das protagonistas, já moça chega à fazenda é entregue a três mulheres: Umbelina, Cecília e Dasdô. Nenhuma dessas mulheres tem ligação de sangue com a moça, mas duas delas logo a adotam afetivamente, criando laços de uma amizade maternal, que as deixará sempre próximas até o final de suas vidas.

Assim, diversas passagens demonstram que a mensagem contida no livro não propõe privilegiar uma personagem central, que vai superar todas as agruras desse processo de libertação e reconhecimento, mas sim, um coletivo na forma de uma família ligada pela ancestralidade, que projetará essa libertação. Em *A União faz a força: expressões do mito familiar em famílias negras*, publicado em 2014, a doutora Solange Chagas traz resultado de pesquisas feitas com pessoas que estavam envoltas nessas situações de vulnerabilidade impostas por discursos ultrapassados que descaracterizaram durante séculos a formação afetiva de famílias negras.

Com a escravidão negra no Brasil e seu característico sistema socioeconômico e jurídico perverso de exploração do trabalho, esses sujeitos tiveram sua condição de dignidade humana destituída pelo sistema escravista, transformando o novo contexto social incompatível para a formação de famílias por cerca de três séculos e meio. A partir da extinção do tráfico negreiro em 1850 surge a possibilidade inicial de formação de famílias escravas, com profunda conotação socioeconômica devido à necessidade de reajuste desse sistema para a manutenção e provimento de mão de obra a médio e longo prazo. (CHAGAS, 2014, p. 28).

As reflexões feitas por Chagas partem de afirmações históricas sobre a crueldade com que se formalizou a escravidão, uma “catástrofe humanitária” (CHAGAS, 2014, p. 29), a partir disso é preciso buscar maior reflexão sobre como se desenvolveu a sociedade brasileira



após tantos séculos inserida no contexto escravocrata. O que havia na constituição das famílias herdeiras desse fato histórico era um conjunto de ações traumáticas, cujas consequências reafirmaram estigmas com a presença de patologias ligadas ao desenvolvimento intelectual, pertencentes de um comportamento lascivo ou promíscuo dentro das estruturas familiares negras. Essas e outras afirmações perpetuaram no pensamento coletivo comum na sociedade.

O pensamento intelectual, que no século XIX estava apoiado racismo científico, instaurou-se na academia repercutindo inclusive na psiquiatria, com ideologias higienistas e pressupostos eugênicos sobre patologias mentais defendidas pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Essa instituição criada em 1923 cultivava o ideal eurocêntrico de ser humano mentalmente sadio em detrimento da investigação das causas, vicissitudes, e impactos psicológicos do contexto sócio-histórico pós-abolição e pós-Proclamação da República sobre a vida da população, especialmente a negra. (COSTA,1980 in CHAGAS, 2014, p. 28).

A questão do “mito familiar para famílias negras” proposto por Remy Solange Chagas refere-se à revisão historiográfica que retoma afirmações disseminadas ao longo de séculos sobre a escravidão e suas consequências políticas, culturais e sociais. Para as discussões do presente, à luz de novas descobertas científicas, de documentos encontrados e de pesquisas renovadas em diversas áreas, propõe-se repensar as estruturas familiares dos africanos descendentes de escravos, e não somente isso, mas também as famílias negras de um modo geral.

À sua maneira, a família escrava também seguia esta lógica de sobrevivência por meio da grande quantidade de casamentos com parceiros libertos ou pelos libertos ou pelos laços de compadrio estabelecidos. Casamentos, segundo Slenes (1999), estáveis a partir da gradual diminuição da desproporção entre homens e mulheres no século XIX. Os batismos de escravizados adultos e de crianças aumentavam a rede de solidariedade familiar agregando novos membros à família e permitiam que os adultos se associassem e expressassem culturalmente – ainda que de forma limitada – nas diversas irmandades, como a Nossa Senhora do Rosário espalhadas pelo Brasil. (SLENES, 1999; SCHWARTZ, 2001 em CHAGAS, 2014, p. 43).

Com o passar dos anos, com as mudanças no mercado de trabalho pós-abolição e com a urbanização das cidades novas possibilidades de estruturação familiar se tornaram possíveis, porém essas transformações estavam ligadas ao avanço das questões raciais que trariam novas imposições de fragmentação familiar. A falta de políticas públicas voltadas para a inserção de grupos alforriados ou libertos agregaram problemas na urbanização, que passou a contar com empregos precários, com baixos salários, exposição a situações insalubres, humilhação e nenhuma previsão de reparação sobre tudo que aquela parcela da população brasileira sofrera. Essa ideia é reforçada pela autora quando explana a ideia sobre o qual o grupo familiar

carrega em si a simbologia advinda do acúmulo de saberes ancestrais, de cultura, de religiosidade, elementos vivos propostos pela subjetividade do coletivo. A seguir a definição do termo “mito familiar” cunhado por Chagas:

O mito familiar é transmitido psiquicamente pelas gerações, necessariamente no contexto familiar, de maneira intergeracional e transgeracional. Desse modo, a família sofre influências positivas ou dificuldades que podem estar relacionadas a aspectos desse mito e da transmissão psíquica, ou seja, o mito pode ser transformador como crenças compensatórias ante as dificuldades familiares, ou pode ser rígido, como os segredos familiares instigadores de vergonhas (Rosa,2000; Trachtenberg, 2000) em (CHAGAS, 2014, p. 63).

A partir da definição acima, buscou-se reiterar as questões da literatura brasileira contemporânea, reconhecendo em diversas obras exemplificações das afirmações feitas por Remy S. Chagas dentro do campo da Psicologia. Nos apropriando da definição sobre o “mito familiar”, encontramos em algumas personagens da literatura brasileira, como na obra, *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, traços dessa herança psicológica.

A pesquisadora Fernanda Miranda disserta sobre a personagem Ponciá e sua herança, ligada indiretamente ao viés histórico da escravidão, esta se torna um elemento desagregador que entrecruza as personagens de uma família marcada pelo sofrimento ancestral.

A história da moça começa com o avô, que foi escravo e principiou a família: casou-se e teve um filho. Um dia, de Vô Vicêncio irrompeu um ato limítrofe: libertando de si a revolta diante da escravidão, matou a esposa, tentou se matar e ao seu filho. A esposa morreu, o velho ficou deformado, o filho escapou, mas nunca se recuperou de todo. Desde então, até a morte, Vô Vicêncio viveria perdido em um entre-lugar: entre o riso e o choro, a revolta e a covardia, a loucura e a sanidade. (MIRANDA, 2020 p. 280).

Para os exemplos encontrados nas personagens de *Água de barrela*, é possível estabelecer uma comparação com outras publicações que abordaram as mesmas temáticas: escravidão, afrodescendência, constituição familiar negra e algumas questões sobre a diáspora. Como nas aparições de Anolina, a Nunu, uma personagem que desde criança apresenta questões em seu comportamento ligados a memória ancestral, diáspora e o desequilíbrio mental.

Nunu estava sempre calada, isolada. Gostava de ficar só, e várias vezes foi vista falando sozinha, como se estivesse cercada de pessoas invisíveis, de quimeras ou de anjos. Seus olhos reviravam buscando imagens no ar e seus braços esticavam para tocar o nada. Ria ou chorava, argumentava calma ou brigava ferozmente. [...] Assim como fizera seu avô com Anolina e sua mãe com Marta. (CRUZ, 2018 p. 242).

Poucos anos antes da publicação de *Água de barrela*, Ana Maria Gonçalves publicara o resultado de anos de pesquisa, que se concretizou em um romance epopeico, *Um defeito de*

*cor*, do ano de 2006. Este também apresenta a saga de uma família de origem africana, que por força do processo de escravização chega ao Brasil deixando um rastro de sofrimento, desde a sua partida da terra natal. A professora, Maria Nazaré S. Fonseca, analisou a obra, percebendo nessa narrativa a retomada da temática sobre a escravidão entre países africanos, Portugal e o Brasil. Partindo da pesquisa para composição desse livro, a pesquisadora também percebe o discurso histórico pré-abolicionista, relaciona a temática do poderio da classe dominante eurocêntrica, que se apropriou do controle sobre os corpos e mentes dos africanos escravizados, com as falas e posicionamento das personagens escravizadas.

Reconhecemos nessa obra a perseverança da personagem Kehinde, a sua ligação familiar com a mãe, com o irmão, com sua irmã gêmea Taiwo e com sua avó sempre citadas em suas lembranças. A avó e a irmã Taiwo morrem ao longo da viagem no navio, mas a menina Kehinde chega ao Brasil e, ao narrar o passar do tempo e uma busca incansável de uma mãe por um filho, a narrativa de uma memória ficcional é transformada em uma história do Brasil.

Aos domingos e nos dias santos, todos os escravos tinham folga certa, menos nós, os da casa grande, que precisávamos trabalhar se os senhores assim quisessem. E sempre queriam, pois falavam que a nossa vida era bem melhor que a vida dos escravos que viviam na senzala grande, e que, portanto, não fazíamos favor algum abrindo mão de certas regalias. (GONÇALVES, 2020, p. 81).

Uma grande referência para a literatura escrita por mulheres negras, que segue os mesmos passos para publicações, foi a escritora mineira Conceição Evaristo, que publica poemas e contos na coleção *Cadernos Negros*, em 1990. Outra referência também é Cristiane Sobral, atriz, carioca como Eliana Cruz, que lança em 2010 a obra *Não vou mais lavar os pratos*, coletânea de poesias sobre resistência, cotidiano das mulheres negras, trabalho, relacionamentos e o poder da resiliência. Entre os seus poemas, pode-se observar abaixo um que retoma a ancestralidade e que, de forma metafórica, ironiza a teoria do embranquecimento.

Escuridão da Vitória  
 Cobertor em madrugada fria  
 Um manto de escuridão em todo o meu corpo  
 Deixando para trás  
 As tentações enganosas do embranquecimento  
 Vou descansar no colo da mãe África  
 Entrar na escuridão cheia de paz  
 Nunca mais verei a luz da maldade  
 Nunca mais verei a claridade que ofusca os meus olhos  
 Por favor, entendam o meu escurecimento  
 Abandonei a convicta e confortável clareza das coisas

A escuridão brilhará com a certeza da vitória.  
(SOBRAL, 2016, p. 27).

Nesse poema há várias referências à temática do preconceito racial. Na primeira estrofe há uma relação de comparação entre o escuro e a cor negra da pele. Na segunda estrofe uma referência à ancestralidade e uma oposição entre a escuridão e a claridade, respectivamente à paz e a maldade, relembrando assim a teoria cientificista sobre o embranquecimento da sociedade, o que depreciava as pessoas negras em consequência. Na terceira estrofe a retomada da ressignificação proposta pelos movimentos negros e pela literatura de resistência inserida no discurso pós-colonial.

Eliana A. Cruz abre um diálogo com a escrita decolonial como parte do processo narrativo delimitado pelas afirmações do movimento feminista negro, propondo críticas sobre uma escrita significativa de protagonismo dos subalternizados ligados à afrodescendência. Essas narrativas propõem tratar as barreiras que mulheres negras enfrentam para publicar e ver reconhecidas as suas obras no mercado literário. A pesquisadora Ana Rita Santiago, em *Vozes Literárias de Escritoras Negras*, publicado em 2012, apresenta a questão da exclusão com relação às escritoras negras, quando estas não têm o espaço e nem o patrocínio das editoras para publicar romances, poesia ou mesmo textos teóricos:

As discussões em torno de autoria reconhecem o empenho das escritoras em provocar abalos de constituição do cânone literário, principalmente, de concepções de literatura e de relações de poder, de gênero, e étnico-raciais construídas no Brasil. Debates contemporâneos também tencionam práticas de apagamento de assinatura e da palavra literária de escritoras negras. (SANTIAGO, 2014, p. 20).

Segundo Santiago, alguns grupos de escritores se dividem entre as configurações que os selecionam como escritores de literatura brasileira ou como escritores de literatura negra. Entre os críticos literários, há quem se posicione negativamente sobre essa segunda proposta, para esse grupo contrário às demandas do discurso decolonial a professora Santiago faz uma crítica:

Não faltam, pois, críticos, estudiosos e escritores que rejeitam a expressão LN por considerarem, dentre outros motivos, incipiente e inadequada para a arte literária, que se pretende única e universal, como demonstração da linguagem, permitindo no máximo, a nacionalidade e as circunstâncias geográficas. (SANTIAGO, 2014, p. 131).

Assim, ao assumir-se produtor de literatura negra e preferir por identificar-se escritor (a) negro (a), este poderá atender a demanda para criar uma literatura que contemple vivências, memórias ancestrais, traumas originários do racismo e posicionamentos críticos

diante daqueles silenciados pela imposição de se tornarem subalternizados. Desse modo, esses escritores se apropriariam adequadamente não só do discurso pós-colonialista, como também das múltiplas referências de combate ao preconceito racial, com uma proposta que amplie a consagração para o estabelecimento dos cânones literários brasileiros, tal qual foi salientado anteriormente.

A escrita decolonial reitera de maneira valorosa as referências da ancestralidade africana ou afro-brasileira, mas também apresenta uma releitura de personagens negras que contam suas próprias histórias. Essa possibilidade de criação artística vem sendo desenvolvida ao longo de anos por meio de diversas ações coletivas organizadas por intelectuais, estudiosos, também pela militância de pessoas não acadêmicas, que buscaram valorizar e rediscutir sua participação no crescimento da sociedade brasileira a partir da rememoração de seus ancestrais.

O foco dessa pesquisa está centrado na produção literária de mulheres negras, a partir de suas possibilidades e de seu alcance, para isso se faz necessário perceber de forma crítica o que está submerso na especificidade das questões sobre o feminismo negro. Com isso, segue abaixo o pensamento proposto por Françoise Vergès sobre a mulher negra da modernidade:

“O” proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência da lógica histórica do extrativismo que constituiu a acumulação primitiva do capital – extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital. (VERGÈS, 2021, p. 19).

Vergès propõe refletir sobre essa mulher negra do século XXI, essa personagem da vida real, que, em meio à modernidade da urbanização, aos avanços da tecnologia, às mudanças sociais promovidas por um sistema político neoliberal e globalizado, sente na pele as marcas de anos de racialização de corpos como o seu. Ela afirma que as mudanças percebidas para o grupo hegemônico detentor do poder político, econômico e social mantêm a administração dos lugares de subalternidade para os grupos marginalizados, entre eles, as mulheres negras. Segundo Vergès, o processo de colonização e escravidão promovido pelas potências ocidentais se perpetuou em novas paisagens, em novas formas de exploração dos corpos e em seu trabalho, garantindo assim a opressão desses povos historicamente explorados.

O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante

séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência. (VERGÈS, 2021, p. 35).

Vergès afirma reconhecer, desde o início do século XXI, mudanças relacionadas à movimentação no campo da cultura, além do espaço político de notoriedade do posicionamento decolonial feminista. A autora marca como incomodados os grupos de heteropatriarcado, que muitas vezes violentamente se manifestam resistindo aos avanços dos grupos de mulheres negras, tratando de “questões de modo transversal e interseccional” (VERGÈS, 2021, p. 36). Os debates sobre a questão da racialização dos corpos femininos negros já estavam em pauta desde os anos de 1990.

Esse movimento feminista decolonial vai de encontro a outras manifestações de caráter decoloniais, e carrega em suas bases a luta política pelo direito à terra, ao espaço nas grandes cidades, o direito de ser, existir e serem, seus integrantes, respeitados. No período em que o pós-estruturalismo dá lugar ao capitalismo, é mais sensível sentir a discrepância entre os discursos por democracia e direitos iguais, tal qual foi, outrora, questionado por Bell Hooks, em seu memorável discurso “E eu não sou uma mulher? Assim percebe-se que as lutas são contrárias ao “absolutismo econômico do capitalismo.” (VERGÈS, 2021). Para a pesquisadora, a influência de controle do capital é umas das ferramentas capazes de subverter os processos reconhecidos de lutas pelos direitos das mulheres, quando são negras, uma vez que isso fere a hierarquia projetada pela supremacia racial branca.

A publicação de obras escritas por mulheres negras, algumas citadas nesse trabalho, exemplificam a apropriação do espaço artístico cultural, antes só destinado a homens de maioria brancos socialmente bem posicionados. Quando Eliana A. Cruz publica *Água de barrela*, com apoio de uma instituição que promove a valorização da emancipação de escritores, ela não está só realizando a divulgação de um texto, mais além, está expandindo um novo elo entre sua narrativa, suas referências para o contexto da escrita decolonial e as demais obras que consolidam esse movimento.

Denise Carrascosa (2014) pontua a criação a partir da narrativa do “eu”, a partir da produção de si, o autor (a) vai desconstruindo imposições definidoras de uma personalidade única, criadas pelo eurocentrismo, afirmando uma história única, especialmente para as narrativas sobre o negro, e passam a criar múltiplas personalidades, variados discursos. A autora propõe para:

A contemporaneidade, a questão da produção de si se revigora ao pensamento filosófico e da crítica da cultura a partir das reverberações do pensamento Nietzscheano via pós-estruturalismos vários, na medida de um jogo discursivo que

deseja, nas produções literárias, por exemplo, um voltar a si em forma de jogo ambivalente entre dispersão e convergência estratégicas. (CARRASCOSA, 2014, p. 106).

Ao trazer os relatos de seus familiares sobre a origem escravizada de seus ancestrais, e mais do que isso, estar inserida como integrante dessa narrativa, Cruz expande as teorias que cercam a escrita do “eu”, propondo unir a escrita biográfica e ficcional. Ao de identificar durante alguns capítulos da narrativa, a autora Cruz, reafirma a proposta de escrita de si, para corroborar seu texto, dando ênfase ao que foi vivido.

Quais eram os laços que uniam minha família àquele ramo da família Tosta? Cresci ouvindo as velhas e também meu pai e tias comentando sobre Astrée, Mary, Dr. Adolpho, Dona Maricota... Perguntei à Damiana e Celina, mas elas “escorregavam”, respondiam parcialmente e com evasivas. Acabaram partindo, pensando que levavam com ela os muitos segredos, mas graças às informações de Nunu, seus poucos relatos disseram quase tudo. (CRUZ, 2018, p. 308).

A classificação de literatura brasileira pode, segundo Santiago (2012), camuflar ou apagar muitas especificidades próprias de grupos que estão apoiando novos contextos para a contemporaneidade, como os temas: gênero, etnia e raça. Assim, se faz necessário perceber que as obras comparadas, *Úrsula e Água de barreira*, têm em comum o ambiente nordestino, o que trouxe a possibilidade de equiparar paisagens, comportamentos, referências sociais e situações cotidianas, no que se refere a narrativa sobre a escravidão, articulando uma nova nomeação dentro da Literatura Negra, a Literatura decolonial, possibilitando a reflexão sobre o “[...] sério risco de fazer o jogo do preconceito velado” (PROENÇA FILHO, 1988, p. 15), citado por Santiago.

Branquitude foi uma ideologia criada a partir de discursos raciais em diversas esferas da sociedade, apoiada por discursos cientificistas que reforçam afirmações sobre a superioridade intelectual das pessoas brancas em detrimento das negras. Essas ideologias tinham o intuito de impossibilitar o acesso das pessoas negras a elementos básicos como a educação, a livre expressão de sua religiosidade afrodescendente e o reconhecimento valorativo de manifestações culturais.

A definição de branqueamento se realiza pela manutenção de aparelhos ideológicos inseridos nas constituições familiares, nas religiões (cristãs), na educação, nos meios de comunicação etc. Esses elementos formadores da sociedade são manipulados para transmitir valores pautados pelo “mito da democracia racial”, que defende uma suposta superioridade “racial”, social, cultural das pessoas brancas sobre as negras. Por meio desse estigma

justificam-se ações políticas de nivelamento social, em que as pessoas negras fiquem abaixo dessa margem (GOZALES, 1982).

Havia uma teoria geral sobre o branqueamento, esta foi defendida pelo advogado e historiador Oliveira Viana, por volta de 1920. Ele expressava ampla defesa sobre os teóricos do racismo europeu. Viana partia de pressupostos defendidos por teorias de raças e classes, propondo assim uma naturalização das ideias de inferioridade das raças afrodescendentes.

Os anos de 20 e 30 no Brasil viram a consolidação do ideal de branqueamento e sua aceitação implícita pelos formuladores da doutrina e pelos críticos sociais. As dúvidas quanto à raça, expressas pela elite em anos assados, havia perdido, entretantes, qualquer acento de convicção. Curiosamente, curiosamente, os escritores não se arriscaram mais a afirmar sem subterfúgios que a raça não fazia diferença e que se podia deixar de lado a questão. Diziam, ao invés, que o Brasil branqueava a olhos vistos- e que, em consequência, o problema caminhava para uma solução. (SKIDMORE, 1976, p. 192).

Em muitos textos de romancistas negras encontramos sentimentos comuns ligados à herança cultural africana, ao sofrimento e à ancestralidade daqueles que chegaram ao Brasil por força do tráfico para a escravidão. A pesquisadora Maria Cristina dos Santos fez a análise comparativa em seu livro, *Intelectuais Negras: Prosa Negro-brasileira contemporânea*, de três autoras negras brasileiras para exemplificar a corrente de pensamentos da literatura voltada para o presente que une essas protagonistas da vida real. Santos observa as sequelas desse processo de apagamento na produção negro-brasileira contemporânea.

Visto que a narrativa produzida por mulheres negras tem seu ponto de convergência na vivência, observar essa literatura, bem como seus reflexos na sociedade atual, traz para a discussão o registro do presente da trajetória de um segmento populacional relegado ao subemprego, considerado como formado por analfabetos e destituídos de capacidade de utilizar adequadamente a linguagem e, por conseguinte, de produzir cultura. Nessa interface perpassa essa discussão o questionamento dos processos de formação do cânone literário e o estudo de construções identitárias (SANTOS, 2018, p. 22).

A autoria de literatura feita por mulheres identifica, antes da obra, o reconhecimento de suas autoras enquanto mulheres negras. Assim uma literatura negra feminina se forma ao longo do século XX. Mulheres como a premiada escritora mineira Ruth Guimarães, a romancista Anajá Caetano, a escritora premiada e jornalista Eliana Alves Cruz, a escritora Aline França, a professora, romancista e poetisa Conceição Evaristo, a dramaturga, atriz, romancista e poetisa Cristiane Sobral e muitas outras. Essas mulheres precisaram se sobrepôr às questões racistas presentes entre acadêmicos, no meio literário hegemônico, entre outras mulheres não negras que não tinham expectativa sobre os trabalhos dessas mulheres.



“Também incomodava o fato de muitos na academia afirmarem que o texto engajado não continha expressão poética” (FIGUEIREDO, 2010, p. 263).

Ana Rita Santiago, escritora negra, doutora e pesquisadora de literatura brasileira e africana, no livro, *Vozes literárias de escritoras negras*, já citada anteriormente, observa que é necessário mais do que somente escrever. Para as mulheres negras existem outros entraves como a publicação, a divulgação e a distribuição das obras, sejam romances ou poemas. Mais profundamente a questão hierárquica intelectual, a mesma que fez Conceição Evaristo ser reconhecida, lida e estudada aos setenta e um anos, questiona por que elas não são conhecidas nacionalmente.

Santiago percebe essa dificuldade ao constatar a abrangência das publicações de mulheres negras para além de Cruz das Almas, Salvador, na Bahia, onde as escritoras por ela pesquisadas moravam. Dentre estas, algumas tinham participação em espaços artísticos consagrados como teatros, novelas, exposição de arte, todas com diversas obras publicadas. Santiago conclui que o mercado editorial com seus mecanismos de inclusão e exclusão se “incubem de atribuir status de texto literário” como forma de legitimação para alguns, e não para todos (SANTIAGO, 2012).

Regina Célia Santos e Vera Helena Gomes Wielewicki propõem tratar dessas duas formas de produção, sendo uma como literatura oficial brasileira e a outra produzida pelas minorias, aquela que se encontra, na cultura brasileira, marginalizada pela força predatória da hierarquização cultural imposta pelo ocidente. Santos defende o uso do conceito de literatura marginal como um marco definidor para o que é produzido fora do circuito literário canônico, assim são propostas definições como “contradependentes” (SANTOS; WIELEWICKI, 2009). A partir disso para propor uma interpretação que fluirá de forma independente do discurso literário tradicional, “na formação dessa literatura contradependente esbarremos em assuntos/tópicos não somente relativos à literatura, mas também à história, à teoria da linguagem, à psicanálise e a socioantropologia.” (SANTOS; WIELEWICKI, 2009, p. 338).

Santos e Wielewicki criticam a ausência de mulheres entre os principais nomes de escritores afro-brasileiros entre o século XX e XXI a partir das pesquisas de Bernd (1987) e Pereira (1995). Existe uma complexa relação de marginalização quando se reflete a possibilidade de produções para mulheres, pelo viés do gênero, que no Brasil ainda é majoritariamente masculino, e pelo viés racial, pois ainda é um fator fortemente discriminatório.

É também um ponto relevante nas estratégias de escrita afro-brasileira, proposto pelas autoras, os elementos do sincretismo, da religiosidade, a simbologia das cores, dos mitos ligados à ancestralidade.

Esse sistema de apropriação e reversão de símbolos também se aplica a cores. Geralmente usada como estereótipo negativo, a cor preta – cuja referência remete à imagem de luto, medo trevas – passa a representar a brasa, a força, a harmonia e o belo do negro. O vermelho representará não só o sangue derramado pelos escravos ou pelos povos que sofrem, mas a cor de Iansã (deusa dos ventos e das tempestades), a cor do poder; o verde vincula-se a Oxóssi, caçador e protetor das matas, logo, do Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência negra no Brasil. (SANTOS; WIELEWICKI, 2009, p. 346).

Em *Água de barrica* (2018), diversas foram as referências a essa ancestralidade, que ligavam o presente e o passado, o material e o espiritual. Essas referências estão estrategicamente posicionadas no romance em um tempo presente, século XX, quando a temática das manifestações religiosas Umbanda e do Candomblé se tornam mais divulgadas para a sociedade nos cultos, criação dos centros, a partir daí e para a literatura. “Tempestade. É Oyá que veio te receber, tiquim! Vê que honra? – E com aquela voz tão grave, quase masculina, entoou um canto para Yansã, a Oyá dos africanos. Senhora dos ventos e das tempestades.” (CRUZ, 2018, p. 119). Nesse trecho, a narrativa quase didática torna presente a manifestação dessa entidade.

Em outro trecho do romance, a narradora retoma a passagem da personagem Martha, uma das protagonistas descendente de africanos, que após chegar à Salvador, capital da Bahia, por volta de 1920, entra em contato com as vizinhas, mulheres ganhadeiras, moradoras do Pelourinho. Ali se dá novamente a inserção do elemento simbólico da religiosidade.

Um dia, Capitulina a convidou para ir com ela à casa de velhas amigas no Pelourinho, e foi assim que Martha conheceu Eugenia Anna Santos, Mãe Aninha, a yalorixá filha de Xangô, conhecida como Iyá Obá Biyi. [...]. Assim que foi apresentada à mãe Aninha e soube de sua consagração a Xangô, não pode deixar de sorrir e pensar que tia Dona tinha realmente razão: “A justiça é nossa estrada”.[...] Muito reverente, Martha saudou mãe Aninha e, principalmente a ele:” Kabiyesi Xango, kabiyesi Xangô...” (CRUZ, 2018, p. 172).

A partir desses apontamentos busca-se aprimorar as pesquisas relativas a essa escrita pautada em um reconhecimento da produtividade, do valor simbólico e da projeção literária e cultural merecidos aos trabalhos recentes publicados pela literatura negra, seja ela afro-brasileira, negro-brasileira, ou quem sabe, logo, simplesmente literatura. A partir dos exemplos citados é proposta desse trabalho trazer o debate sobre a variedade de tipologias possíveis para a produção da literatura feminina, especialmente a de literatura negra feminina,

sem os entraves, ainda persistentes, da presença hegemônica, patriarcal nos bancos canônicos tradicionais das academias.

Assim, é possível reconhecer na escrita literárias de mulheres negras a “literatura de resistência” (SANTOS; WIELEWICKI, 2009, p. 346), pois é construída a partir daquilo que culturalmente sobreviveu ao massacre proposto pela cultura europeia, e mais ainda, aquilo que se tornou ressignificado dentro das aderências culturais elaboradas no Brasil ao longo de tantos séculos.

Eliana A. Cruz está diretamente ligada ao movimento de escritores e escritoras negros, tendo sido duas vezes escolhida para publicar no conjunto de textos literários *Cadernos Negros*, da editora Quilombhoje. A saber, com o poema *A copa frondosa da árvore*, da trigésima nona edição, em 2016, ela homenageia, com um conto, sua infância ao lado de sua avó, e no ano seguinte, da quadragésima edição, com a narração de ficção científica, *Oitenta e oito*, traz a participação futurista de alienígenas críticos, e estes discutem os atrasos que a sociedade brasileira apresenta ao tratamento negligente dado à memória da escravidão.

Não é possível que a literatura nacional ainda ignore a força histórica ancestral que formou a nação brasileira - diz a escritora. - Embaixo do enorme tapete chamado Brasil existe outro. Que mais histórias saiam do subsolo para as prateleiras e livrarias. (CRUZ, 2018, p. 2020).

Em 1976, o Centro de Estudos Culturais Afro-brasileiro Zumbi já havia publicado a “coletânea de poesia negra” (CUTI, 2010, p. 127). Ali se encontravam escritores negros brasileiros e africanos. No ano seguinte surge a *Negricel*, com poemas de autores negros, em 1978, ainda são publicados revistas e jornais como: *Afro-Latino-América*, *Tiçãõ*, do RS, *Jornal Abertura e Capoeira*, de SP. O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, atualmente chamado MNU, foi um grande marco para projetos que mudariam até o calendário anual de feriados brasileiros. O início das publicações, em 1978, dos *Cadernos Negros* é visto com muita relevância entre os pesquisadores de movimentos negros, escritores e escritoras negros e para a literatura brasileira de modo geral.

A partir dos anos de 1990 foi notório o reconhecimento, entre as editoras mais conceituadas do Brasil, das publicações de textos escritos por mulheres negras, e recebidos pela crítica com elogios e premiações, mas esses romances contemplados pelas editoras são poucos, em algumas situações exigem grande demanda de divulgação por parte das próprias autoras e estão, de forma restrita, em circulação no eixo cultural Rio – São Paulo (SANTIAGO, 2014).

## 2.2 Uma narrativa histórica, etnobiográfica e afrodescendente

Ao relacionar as personagens identificáveis como heróis nos romances, na forma como a autora Cruz elabora a saga familiar em sua narrativa. Eliana Cruz parte da elaboração não de um herói, mas uma conjuntura familiar heroica, assim temos algumas apropriações teóricas nos dizeres de Bakhtin.

Há outro tipo de romance, muito mais raro, que apresenta a imagem do homem em devir. A imagem do herói já não é uma unidade estática, mas, pelo contrário, uma unidade dinâmica. Nessa fórmula de romance o herói e seu caráter se tornam uma grandeza variável, as mudanças pelo que passa o herói adquirem importância para o enredo romanesco que será, por conseguinte, repensado e reestruturado. O tempo se introduz no interior do homem, impregna-lhe toda a imagem modificando de seu destino e de sua vida. Pode-se chamar esse tipo de romance, numa acepção muito ampla, de romance de formação do homem. (BAKHTIN, 1997, p. 237).

Para correlacionar esse tipo de romance com os exemplos citados, segundo Bakhtin, é necessário reconhecer o tempo histórico real, para isso o teórico retoma os casos de romances de aventura, quando a personagem só sofreria transformações se fosse considerado o tempo cíclico, uma série de fases que se iniciam e finalizam ao longo da narrativa, como ocorre em *Água de barreira*. Neste caso, a temporalidade histórica atribui elementos de transformação a medida em que as personagens surgem, desde o nascer até a morte, como um ciclo da vida. Ainda relacionando os tipos romance biográfico, romance histórico e de aventura, Bakhtin resume:

A vida biográfica não pode dar-se fora de uma época, ela estende-se além dos limites de uma vida, cuja duração é representada, acima de tudo, pelas gerações. [...] As gerações introduzem um aspecto novo, essencial na representação do mundo, introduzem um contato entre vidas diacrônicas (a relação entre as gerações versus o encontro no romance de aventuras). Desemboca-se na duração histórica. Mas o próprio romance biográfico ainda não conhece o verdadeiro tempo histórico. (BAKHTIN, 1997, p. 232 e 233).

Eliana Cruz criou uma estrutura sociológica familiar, entrecortada pela história da escravidão na Bahia. Para a disposição dos acontecimentos há uma mistura de elementos ficcionais próprios do romance, outros de caráter fantasioso e místico, como as manifestações de pessoas já falecidas ou entidades religiosas como Xangô. Apresenta-se a estratégia narrativa jornalística com a apresentação de fatos, datas reais, personalidades históricas e imagens, como as fotos de algumas personagens. Todas essas estratégias apresentam para o

leitor uma dinâmica que, hora o liga ao contexto histórico, ora o situa geograficamente, ora o deixa íntimo das personagens.

Philippe Lejeune recorre ao pacto autobiográfico para estabelecer diferenças entre esta e outras classificações do romance, como biográfico, ou, simplesmente, como ficção. Na proposta autobiográfica o personagem não precisa ser exatamente o autor do texto, assim, é o leitor quem irá decidir sobre esse pacto que irá estabelecer relações de aceitação sobre o que está escrito. “Se a identidade não for afirmada (caso da ficção), o leitor procurará estabelecer semelhanças, apesar do que diz o autor; se for afirmada (caso da autobiografia) a tendência será tentar buscar as diferenças (erros, deformações, etc.)” (LEJEUNE, 2014, p. 31). Mais à frente, em seu texto, Lejeune afirma não ser possível reconhecer um romance como autobiográfico se não houver a identificação do autor com o mesmo nome de sua personagem.

Dentre as combinações possíveis previstas por Lejeune referentes a uma narrativa autodiegética, está o “pacto limiar”. Nesta proposta o leitor reconhece o autor-narrador-personagem, mesmo este não sendo declaradamente exposto dentro da narrativa. Assim ele cita o exemplo sobre o romance de Sartre, *As palavras*, e então conclui:

Nem o título, nem o início indicam que se trata de uma autobiografia: alguém conta uma história de família. [...] o narrador intervém pela primeira vez explicitamente na narrativa (“Ele me deixava intrigado: sei que ficou solteiro”) [...] Pelo nome, percebemos então a identidade do personagem, do narrador e do autor, cujo nome é exibido abaixo do título: Jean Paul Sartre. (LEJEUNE, 2014, p. 35).

Segundo Lejeune, “O que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio. E isso é verdadeiro também para quem escreve o texto” (LEJEUNE, 2014, p. 39). Ainda segundo o teórico, é preciso que autor e obra façam parte da narrativa, mesmo que provocando desconfiança do leitor. De acordo com sua teoria, estar o nome próprio do autor presente na narrativa, anula a possibilidade de uma indeterminação proposta pela primeira pessoa, posto que ele considera a “pessoa” passível de ambiguidade no texto (LEJEUNE, 2014, p. 41). Para entender essa proposta alinhada ao que se apresenta no romance *Água de barrela*, é possível ver que:

Em 2013, já no processo de escrita desse livro, viajei a Cachoeira. Não pude crer que, do Engenho Natividade, apenas sobrou uma ruína em forma de arcos. No entanto, na mesma terra ergue-se, majestoso e lindo na paisagem calma, o pé de cajá que brota de dentro do terreiro em que atuou Anacleto, por onde devem ter passado muitas vezes as minhas velhas avós. (CRUZ, 2018, p. 304 e 305).

Percebendo no trecho acima que a narradora se apresenta como personagem e autora do texto, embora seu nome não apareça, senão na capa do livro, é possível reconhecer sua

presença. Lejeune aponta para a complexidade “pessoa e linguagem”, quando o leitor questiona a “primeira pessoa”, sendo esta psicológica, (concebida ingenuamente como exterior à linguagem), que se utilizaria da pessoa gramatical, ou se seria um efeito da enunciação (LEJEUNE, 2014, p.40). Esse efeito, explicado pelo autor posteriormente, se daria no encontro do leitor com o nome do autor, na margem da obra literária.

Ao fazer a narrativa de seu romance partindo das relações raciais definidas nos séculos passados, Eliana traça uma relação de proximidade com as definições de etnia, etnocentrismo e etnografia. Para Everaldo P. Guimarães Rocha, no livro, *O que é etnocentrismo*, publicado em 1985, o etnocentrismo parte do entendimento sobre o nosso reconhecimento enquanto elementos de uma sociedade. Questionar esse conceito é refletir sobre o intelectual, racional, emocional e afetivo. “Sentimento e pensamento vão juntos, compondo um fenômeno não apenas fortemente arraigado na história das sociedades, como também facilmente encontrável no dia-a-dia das nossas vidas” (ROCHA, 1985, p. 11). O autor explica a relação do estudo sobre etnocentrismo partindo do conhecimento do “eu”, do “nosso” e do “outro”, este último sendo o elemento de diferença em relação aos dois primeiros.

No reconhecimento desses três elementos possíveis, Rocha aponta o “Eu” como sendo aquele que se sobrepõe aos outros, que está sempre certo em suas convicções, que se coloca de forma superior, melhor do que as demais. O grupo do “outro” é aquele que subjugado, inferiorizado, dado como não provido de inteligência ou racionalidade. A partir dessa lógica, o “nosso” é aquele grupo que apresentará mais necessidade de sobrevivência, de resistência sobre sua identidade, pois estará sempre ameaçado.

O etnocentrismo propõe perceber nas relações entre a civilização ocidental e as sociedades tribais, historicamente, quando vimos o “outro” e sua cultura como aquele do qual falamos em nossa sociedade, mas somente como “uma representação, uma imagem distorcida, que é manipulada como bem entendemos. Ao “outro” negamos aquele mínimo de autonomia necessária para falar de si mesmo” (ROCHA, 1985, p. 15).

O etnocentrismo está calcado em sentimentos fortes como o reforço da identidade do “eu”. Possui, no caso particular da nossa sociedade ocidental, aliados poderosos para uma sociedade que tem poder de vida e morte sobre muitas outras, o etnocentrismo se conjuga com a lógica do processo, a ideologia da conquista, com o desejo da riqueza, com a crença num estilo de vida que exclui a diferença. (ROCHA, 1985, p. 51).

Assim, consideramos os apontamentos sobre uma literatura de características etnográficas, posto que os elementos narrados, o testemunho e a ligação entre autor, o narrador e o romance têm ligações sociológicas ou identitárias. No livro *Etnobiografia:*

*subjetivação e etnografia* (2012), de Marco Antônio Gonçalves, a definição dessa escrita está pautada pelas relações sociais e étnicas do indivíduo que escreve conectada com sua biografia. Essa proposta se alimenta de estudos da antropologia para “dar conta das relações entre razão cultural, construção de personagens etnográficos e sujeitos subjetivados” (GONÇALVES, 2012, p. 9).

A etnobiografia pressupõe que a narrativa esteja conectada aos elementos da experiência vivida, ao social e com os “personagens-pessoas” (GONÇALVES, 2012, p. 10). Gonçalves salienta que há um prejuízo nas considerações sobre a biografia, em virtude de suas associações com as áreas do romance e da ficção, que podem ter sido desconsideradas pelos estudos da antropologia e da sociologia. Essa possibilidade estaria justificada pela defesa do pensamento individualista de Durkheim, apresentado àquela época. Propõe a etnobiografia a conexão entre o biográfico e o etnobiográfico, entre a pessoa e a cultura, entre o objetivo e o subjetivo, o que contraria o filósofo francês. Ainda segundo o autor, narrar o “eu” só é possível a partir de um autoconhecimento e de uma noção sobre sua própria construção cultural (GONÇALVES, 2012).

Para reconhecer as ligações no romance aqui analisado, encontramos diversas personagens caracterizadas como “personagens-pessoas”, posto que Eliana resgata seus ancestrais, no momento e local exatos de suas existências. Ao trazer a matriarca Anolina, a Tia Nunu, como narradora, dá a essa personagem a condição de entrelaçar vida e ficção. No mesmo ponto, quando a escritora recupera com a personagem Marta as crenças originárias de ancestrais africanos, rememora uma questão étnica pertencente a sua família biológica, mas também à ancestralidade das personagens na ficção.

Essa linha de pensamento apresenta questões relacionadas à importância que é ser ao mesmo tempo individual, mas também coletivo, enquanto representação social de um grupo. Sabendo de antemão que o termo *Etno* se refere a grupos sociais nativos, representantes de uma determinada cultura original, tendo como exemplos os povos originários brasileiros, os indígenas, dentro desse grupo, as etnias Bororó, Tupi, Guarani, Munduruku, também é possível estender esse conceito para referenciar os povos africanos, em sua diversidade, espalhados por vários países. Gonçalves aponta que teria a etnobiografia o interesse de dar voz a essas personagens, ou sujeitos culturais, marginalizadas.

Parece que estamos diante de uma questão estrutural na definição de etnobiografia, que é a importância da dimensão da individualização do indivíduo e de suas escolhas pessoais. Essa flexibilidade a partir das escolhas pessoais na construção de uma trajetória social, fruto do encontro entre aquele que narra e aquele que escuta a narração, é a razão e a condição de uma criação de si, de um personagem de ficção

(CANDIDO,1968) de algo misterioso, sempre fragmentário, que aponta para a incomunicabilidade do ser, de uma vida (GONÇALVES, 2012, p. 25).

Para concluir, Gonçalves reitera a importância da atenção dada à maneira como esse sujeito será criado enquanto representação e à maneira de projetar suas narrativas. Que esse “personagem/pessoa” será criado a partir de relações de interação, do conhecimento de si e sobre o conhecimento que se tem do outro de forma subjetiva, possibilitando um novo entendimento que se construa entre indivíduo, sociedade e o papel social.

A historiografia da colonização e da imigração não se demorou em pesquisas sobre a etnografia, segundo Regina Weber. Esse estudo é de grande importância a partir das observações sobre os fluxos migratórios de grupos étnicos. Diferentemente da identidade nacional, a identidade étnica possibilita a análise desses grupos migratórios, de sua identidade cultural e suas consequências.

Aproximar o campo dos estudos de imigração à temática da etnicidade significa incorporar, às análises que operam com a demografia, processos históricos mais amplos, transformações econômicas e políticas e descrições de costumes, outras que lidam com processos que não são mensuráveis e cujos resultados pouco se prestam à enumeração, isto é, cujo objeto é cambiante e sem contornos definidos, estando sujeito a reelaborações conforme as circunstâncias, mas que, mesmo assim, possui uma dimensão sincrônica. (WEBER, 2006, p. 237).

As comunidades étnicas encontram, naqueles que dela fazem parte, os elementos e motivos para se sentirem representadas. Weber afirma que esses grupos podem e devem criar seus próprios mecanismos para se sentirem representados em suas identidades. A autora salienta a importância dos historiadores em acompanhar as transformações identitárias, pois estas estão sempre em risco de serem modificadas. Relacionada a questões sobre a recepção desses grupos migrantes em países estrangeiros, Weber aponta para demonstração de um comportamento de superioridade ou de identidades marcadas por estereótipos. Como exemplo ela coloca o caso das migrações italianas, que nos Estados Unidos foram associadas ao crime organizado, mas no Brasil foram bem recebidas na região sul do país, inclusive integrando sua cultura àquela região.

O termo “etnogênese” passa a ser utilizado por volta de 1960, assim a identidade étnica passa a ser melhor definida e reconhecida por estudiosos. Esse termo foi mais aplicado nos Estados Unidos entre os grupos de pessoas negras, como forma de reconhecimento de uma nova identidade. Também é necessário reconhecer que dentro das relações “interétnicas” (WEBER, 2006, p. 246) a identidade de um grupo pode correr perigo ao defrontar com a tentativa de dominação de outro grupo mais forte, como o que aconteceu no período das



navegações europeias. Sobre essa composição das identidades étnicas Weber comenta que “se as identidades podem somar-se para compor uma outra, mais abrangente, elas podem também se dividir para afirmar especificidades” (WEBER, 2006, p. 246).

As propostas de observação sobre a etnia e identidade estão no início de suas proposições de diálogo. Muito ainda precisa ser analisado e compartilhado com intuito de abranger o entendimento sobre o que pode ser definido como grupo étnico em suas possibilidades, buscando paralisar o discurso arcaico e político de soberania de um grupo em razão de outro.

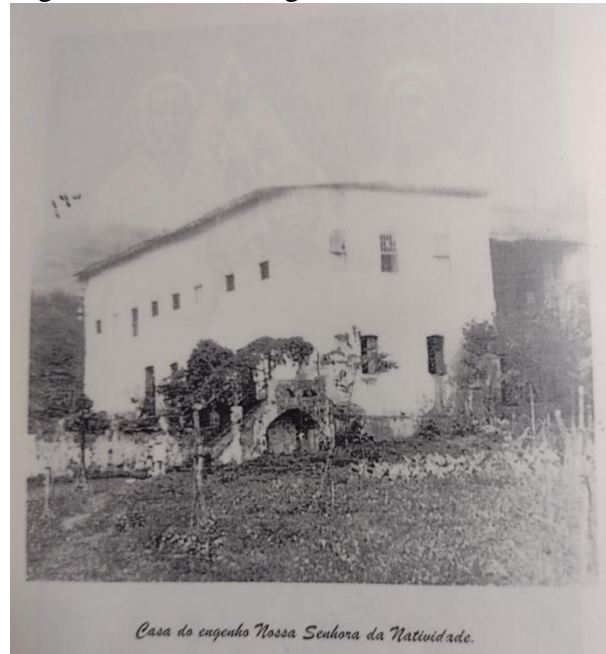
### **2.3 Marcas históricas no discurso decolonial e pós-colonial das narrativas contemporâneas comparadas à *Água de barrela***

*Água de barrela* tem como característica mais acentuada a historicidade que compõe a cronologia no romance. Embora raro, o narrador apresenta fluxos de memória, isso transmite para o leitor uma relação entre o tempo presente e às referências de cunho histórico. A pesquisadora Cátia Cristina Bocaiúva Maringolo propõe, em seu artigo, *Água de Barrela, de Eliana Alves Cruz: a saga de uma família negra no Brasil em três séculos de História*, debater a escrita literária memorialística e as falas dos escravizados: “a senha para a compreensão do presente destas personagens se dá por meio da rememoração das narrativas dos que aqui chegaram primeiro: os negros e negras retirados da África renegados a uma existência infra-humana” (MARINGOLO, 2020, p. 2). Dessa forma, inicia-se a narrativa com a descrição do que seriam as reflexões da anciã da família, Tia Nunu, a Damiana, que questiona o motivo de estarem todos de sua família reunidos no tempo presente do romance festejando o seu aniversário, quando ela está para completar 96 anos.

O romance se separa em dois momentos: Primeira, segunda e terceira parte com o título: Marta e Adônis, personagens centrais do início da saga subdividida em três períodos históricos, o segundo momento intitulado: Damiana e João Paulo, é narrado quando outro cenário político brasileiro se apresenta. No ponto inicial, a história parte dos acontecimentos em solo africano, desde a apresentação dos ancestrais vivendo em harmonia em Oió, aldeia em Iseyin, no oeste africano, até a captura e a viagem transatlântica para o Brasil, em 1850. A chegada à praia, o batismo e os novos nomes são apresentados ao leitor: Akin, irmão de Gowon, que fora degolado antes de embarcar, e Ewà Oluwa, viúva de Gowon, que agora

chamavam-se Firmino e Helena, respectivamente. Ela e o cunhado são levados para a fazenda Nossa Senhora da Natividade, em Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

Figura 1 - Casa de engenho Nossa Senhora da Natividade



Na sequência são apresentadas as personagens que compõem a família que os escraviza. Nesse ponto, a autora aproveita fatos reais para descrever essas personagens, com nomes, sobrenomes e localizações. Inclui a possibilidade de aproximação entre a família Vieira Tosta, os algozes para o romance, e a Família Real conforme são narradas as visitas da Princesa Isabel e de Dom Pedro II.

Figura 2 - Princesa Isabel ao lado da Baronesas de Muritiba e Loreto



Dona Joanna Maria da Natividade Tosta é apresentada como a mais cruel entre as personagens escravocratas:

...bastou o rapaz dar o primeiro passo para fora do engenho para que a mãe mandasse dar uma surra sem precedentes na negra. Amância abortou e, não passaram muitos dias, foi encontrar o filho não nascido no outro mundo. No enterro da escrava, a “sinhá” apareceu, puxou um terço, abaixou a cabeça em oração... (CRUZ, 2018, p. 35).

Em seguida, outras personagens contracenam com Firmino e Helena. As mulheres se aproximam de Helena e dali nasce uma amizade que acompanhará os descendentes dessa família de escravizados. Dasdô, Umbelina e Cecília trabalhavam na Casa Grande, eram cozinheiras e arrumadeiras, lavavam e engomavam, serviam e limpavam tudo no casarão. Helena chega grávida à fazenda e esconde o quanto pode, mas por causa de um parto difícil, acaba morrendo, deixando sua filha, Anolina, sobrinha de Firmino, aos cuidados de Dasdô e Umbelina.

Entre uma passagem e outra das personagens, o narrador situa o leitor nos acontecimentos históricos, que, àquela época, tratavam da insatisfação política dos fazendeiros. Para os homens negros do engenho, há na trama o conflito entre Roberto, escravizado que a todos procurava ajudar e proteger, e Moreno, o feitor do Sr. Tosta. Ambos mantêm relação de disputa, seja por conta da inveja que Moreno sente pelo escravizado, seja pelos ciúmes que sente de Isabel, pretendida de Roberto. Com a chegada da cólera na fazenda e na cidade, surge o “curandeiro” Anacleto, que ensina como se proteger da doença e providencia um chá para os seus companheiros tomarem.

O tempo na fazenda passa, e é Firmino que acaba envolvido com Isabel, e logo ela dá luz a um menino, que eles batizam de Roberto, em homenagem ao amigo. O ano é 1857, em outra fazenda, Firmino se torna amigo de Fiel, um homem habilidoso, com quem decide se alistar e seguir para a guerra do Paraguai, no batalhão de “Zuavos” tropa formada por negros (CRUZ, 2018).

Anolina, filha de Helena, e sobrinha de Firmino, está com 14 anos e é colocada como objeto de satisfação pré-nupcial do jovem Barão Francisco, que está prestes a se casar com a neta de Joana Natividade. A narradora descreve, cuidadosamente, todo o preparo feito pelas demais mulheres negras para que a jovem estivesse pronta para o sacrifício e o desfecho desse momento dramático: “lentamente, ela se moveu para levantar-se. Sentia dores e queria fugir dali, mas foi puxada de volta para a cama com a tradicional violência e aquilo durou ainda até o dia clarear” (CRUZ, 2018, p. 90).

O romance insere os momentos decisivos da Guerra do Paraguai. Firmino se une aos Voluntários da Pátria, pelotão formado por escravizados e pessoas pobres que, se retornassem vivos, teriam sua alforria. Quando retorna à fazenda, seu filho com Isabel tem 15 anos, Firmino também conheceu alguns dos filhos da cozinheira Dasdô, um deles Adônis, importante para a segunda fase do romance. Ele reconhece a jovem Anolina, já adulta, esperando o segundo filho. A autora cria um paralelo ficcional entre as personagens e o fato histórico, a publicação da Lei do Ventre Livre. Nasce Marta, neta de Helena, filha de Anolina, sobrinha de Firmino. O romance chega à segunda parte, contornado pelas novas configurações históricas nacionais.

Figura 3 - Damiana, em pé à esquerda, Martha, ao centro e uma das filhas de Anacleto (possivelmente), à direita



O ano de 1888 é um marco para o romance, a Lei Áurea é assinada, a nova geração das famílias apresenta-se e a anterior despede-se. Novamente, Eliana Cruz centraliza informações históricas para ambientar sua narrativa, pois descreve um período de tensões políticas, crise nas cidades, assaltos, violência, pobreza, ataques às fazendas. Marta, aos 14 anos, dá luz a uma filha de Adônis. Nessa fase da narrativa já aparecem com mais frequência

alusões às religiões de matriz africana. Com a dificuldade do parto de Marta, Anolina chama: “- Eparrei Oyá! Kaô Kabiêcilê, Xangô! Vósmicê que são guerreiro, ajuda a vencê essa demanda. Ajuda a ...” (CRUZ, 2018, p. 118). Trazendo, com essa fala, a influência religiosa.

Os acontecimentos históricos continuam a projetar os próximos desfechos. Finda o período Imperial, D. Pedro II e a família são expulsos do Brasil. Começa a República e mudanças são percebidas na paisagem da cidade de Cachoeira, na capital, Salvador, e no país inteiro. A personagem Marta, agora com duas filhas, Damiana (a futura narradora desta saga) e Maria da Glória, passa trabalhar por conta própria, também as amigas, já idosas, Dasdô e Umbelina mudam-se para uma cidade vizinha à Cachoeira. Ela vende doces caseiros como cocadas, canjica e mingau de milho no tabuleiro pelas ruas da cidade de Salvador. É nesse ponto da narrativa que são apresentadas para esse grupo de descendentes de escravizados a precariedade das moradias, a falta de oportunidades de trabalho e a marginalidade.

Os conflitos familiares se revezam entre as mulheres e os homens da família, em tempos espaçados retomam o contato com descendentes da família Tosta, que hora oferecem ajuda, ora oferecem exploração. Questões ligadas às dificuldades financeiras e relações familiares são colocadas em contrapartida à modernização de Salvador, agravando a percepção de que cresce a desigualdade entre os descendentes dos escravizados no Brasil. A família de Marta busca novas oportunidades no Rio de Janeiro, onde o desfecho desse romance se apresenta, sendo finalizado por uma das herdeiras.

Torna-se notório o deslocamento das personagens em vários momentos, essas rupturas com os espaços de convivência são elementos importantes na análise da obra. Na primeira fase do texto, as personagens estão em Daomé, oeste africano, ali é descrito esse lugar de origem, no qual Akin, Olufemi, Ewà e Gowon nasceram. A fala do narrador transporta o leitor para esse início de processo de exploração da terra e dos nativos. “O reino de Oió, dos Iorubás já não era nem de longe tão poderoso quanto fora um dia, e as batalhas internas sem fim tornavam a vida um perigo.” (CRUZ, 2018, p. 19).

No período inicial acontece o afastamento de duas personagens, pois são levadas para o Brasil. Esse primeiro momento de ruptura tem como consequência a perda dos laços familiares, culturais e pátrios. Na segunda fase inicia-se a apresentação de membros que constituem essa família, a partir da mudança na condição de escravizados para libertos, da busca por oportunidades e as mudanças estruturais das cidades rurais para urbanas, os quais são pontos relevantes para a análise.

Com a terceira parte, as personagens Marta e Adônis conversam sobre os novos rumos de suas vidas. Marta confessa a vontade de conhecer a capital, Salvador e se estabelecer com

a venda de doces. Em seguida é apresentada a necessidade de seguir os rumos das mudanças políticas e das ofertas de trabalho. Assim como acontece na história real do Brasil, que desloca sua capital de Salvador para o Rio de Janeiro, os descendentes de Damiana e João Paulo, nesse ponto identificados com sobrenome “Cruz”, também seguem essa migração.

Nos romances históricos, cuja temática trata da exploração do trabalho escravo, das migrações forçadas entre continentes, mais precisamente sobre o tráfico atlântico europeu de africanos, século XVIII, é recorrente perceber a necessidade de abordar o que não foi privilegiado na literatura pertencente a tal período. De acordo com Paulo César de Oliveira, em *Mobilidade e clausura: políticas textuais na narrativa contemporânea*, de 2014, quando propõe reler a literatura e seus escritores percebe em suas narrativas que “são sujeitos cujo projeto de escritura é também, e em certos casos, extremamente político” (OLIVEIRA, 2014).

Esse conjunto de escritores, ao contrário do que se possa imaginar, não forma um grupo de diletantes: são sujeitos cujo projeto de escritura é também e, em certos casos, extremamente político. Faz sentido então chamarmos esse movimento de “políticas textuais”. Por meio delas não se promove uma forma contemporânea de engajamento panfletário, mas se evidencia, no processo da enunciação literária, uma atividade em que o discurso passa a construir uma forma de entendimento da história, do mundo, dos processos políticos econômicos que moldam o presente e os quais podemos chamar de globalização, multiculturalismo, discurso de minorias, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, modernidade líquida, pós-autonomia, dentre tantas outras nomenclaturas. (OLIVEIRA, 2014, p. 204).

Ainda segundo Oliveira, essa delimitação temática e o conceito que ela defende partem de observações feitas por Maingueneau, que definiu o termo “tribos” como conceito para identificar essas literaturas e compará-las aos temas memória, ficção e história, todos reconhecidos no romance *Água de barrela*, o que sugere argumentos para uma crítica contemporânea de caráter social, político e ideológico.

Paulo Oliveira afirma, baseado em Maingueneau, que na narrativa contemporânea encontram-se delimitações de cunho político-social no contexto nacional globalizado. Cercada pela plurissignificação a que se propõe a literatura, através do qual uma viagem se inicia traçando diversos sentidos para o leitor. Dentro dessa relação de sentidos o autor suscita a relação entre memória, ficção e história, pertinentes para compor as ideias centrais observadas na comparação entre as obras literárias analisadas.

Para compor o entendimento sobre esse romance com características históricas, retomamos o posicionamento de Lukács, quando o autor trata da questão do romance moderno de temática histórica com elaborações voltadas para o humanismo democrático, aquele em que organiza o enredo a partir das pessoas simples, “do povo”, como já citado anteriormente:

Com o surgimento do romance social moderno, a necessidade de intensificação do agir épico tornou-se ainda mais premente. A correlação entre a psicologia dos homens e as circunstâncias éticas e econômicas da vida tornou-se tão complicada que passou a ser necessária uma ampla descrição dessas circunstâncias, uma ampla figuração dessa correlação a fim de mostrar os homens como filhos concretos de seu tempo. (LUKÁCS, 2011, p. 58).

Desse modo, Lukács aponta exemplos de obras e autores que buscaram adequar seus textos, de caráter históricos, com figurações que precisaram ser mais amplas e descritivas, apresentando essa dualidade entre o ético e o homem, o psicológico e o social, buscando ao máximo ilustrar na narrativa e nas personagens a realidade histórica da maneira como supostamente ocorreu.

A inclusão do elemento dramático no romance, a concentração dos acontecimentos, a suma importância dos diálogos, isto é, do conflito imediato entre concepções opostas que se manifestam na conversação, tem íntima conexão com o empenho em figurar a realidade histórica tal como de fato ocorreu, de um modo que seja humanamente autêntico e a torne passível de ser vivenciada pelo leitor de uma época posterior. (LUKÁCS, 2011, p. 58).

Considerar nos romances as características reais a partir de fatos narrados no momento de seus acontecimentos gera uma desconfiança sobre o quanto factível pode ser essa narrativa. O autor lembra o caso das guerras, e da transformação em narrativa mística criada no período fascista, em que fatos isolados foram colocados descontextualizados e de maneira falsificada. Já para os escritores realistas, Lukács pontua a criatividade para criar, no romance histórico, tratando com liberdade do material que têm ao alcance e o fato de estes conhecerem a fundo a vida social popular “sem se afastar da verdade do que é típico.” (LUKÁCS, 2011, p. 308).

Visto que o que foi pontuado por Lukács, em seu tempo, sobre a questão do texto histórico e a narrativa ficcional baseada em fatos reais, faremos o contraponto com Maurice Halbwachs, em *Memória coletiva*, de 1990. Quando o autor afirma que não há possibilidade de recompor com perfeição de detalhes a memória de um acontecimento e com isso formar uma imagem armazenada na lembrança, pois é preciso mais, outros olhares, outras memórias, que complementem o conjunto de detalhes sobre aquele mesmo acontecimento para que se torne algo completo enquanto fato. “É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros. [...] o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade.” (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Em sua teoria, Halbwachs traça a importância do coletivo como construção memorialística e as consequências sociais, políticas e históricas para elevar a consciência de uma sociedade sobre si. Ao narrar de forma cronológica os acontecimentos históricos do

Brasil, desde o Império aos dias atuais, Cruz rememora a construção política e social brasileira, reafirmando algo antes negligenciado, a presença da população negra nesse processo de formação da sociedade brasileira.

Num e noutro caso, se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas suas substâncias, é que nossa memória não é uma tábula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e alguns contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. (HALBWACHS, 1990, p.28)

Assim, Halbwachs (1990) presume que é preciso um elemento, mesmo que mínimo, para sustentar uma lembrança trazida e reformulada pelo coletivo, “um conjunto de depoimentos exteriores a nós.” Ele salienta que, por mais elaborada, enriquecida que seja essa memória coletiva, jamais será considerada uma lembrança pessoal. O filósofo esclarece que, numa tentativa de reestruturar a memória referente a um grupo inserido num local, fosse esse local reconhecido por nós, precisaríamos de muitos elementos que reconstituíssem fidedignamente o que havia ali, desse modo seria necessário voltar no tempo para tentar resgatar o que havia de mais concreto sobre suas vivências, lembranças. “ora, isso não nos é mais possível porque, há muito tempo, estamos afastados dele (tempo) e seria necessário voltar longe demais.” (HALBWACHS, 1990)

Dentro da narrativa criada por Eliana Cruz, muitos foram os recursos pensados para transmitir maior fidelidade à memória do local onde a história se passa. Elementos pertencentes à fazenda onde a trama se desenvolve foram descritos de forma idêntica, uma vez que a autora esteve em suas ruínas para constatar como era a disposição dos espaços, a distância da casa principal para a senzala e o engenho. Um trabalho minucioso que uniu os depoimentos de sobreviventes escravizadas, como sua tia Nunu, fotos antigas e imagens recentes. Tudo isso para corroborar a ideia de pertencimento de suas personagens, tanto quanto das pessoas reais que outrora viveram ali, criando uma atmosfera memorialística e ficcional.

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desse para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p.34)

Dentro daquilo que o filósofo propõe, é preciso entender que a memória é cercada de interferências em sua formação, deixando espaço para influências do discurso coletivo, e



também para a experiência individual. Não há como defender que a memória parte apenas de um ponto de partida. Ela se constitui no meio, na história, no espaço e no indivíduo.

É proposto para o século XX mudança na recepção da literatura a partir de uma nova leitura da escrita de romances com caráter histórico. Thomas Bonnici, no livro *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*, de 2009, aprofunda o entendimento sobre a teoria e a crítica pós-colonial. Nessa proposta é pensada a revisão de afirmações que não acomodaram discursos, fatos históricos e outras formas de registros oriundos de camadas marginalizadas ou escritores não canônicos, que pleiteavam discutir ideologias hegemônicas e depreciativas de uma parcela da sociedade, “necessário se faz indagar sobre uma faceta do pensamento pós-estruturalista referente à equação discurso e poder” (BONNICI, 2009, p. 257).

Segundo o autor, diante das propostas sobre o discurso de poder feitas por Foucault, todos os tipos de discurso estão atrelados ao seu tempo histórico, e para se tornar efetivo necessita de uma manutenção proporcionada por um sujeito. Mas se o indivíduo não se assume inserido nesse discurso totalizante e o contraria, ele será subjugado, “definido como louco ou reduzido ao emudecimento” (BONNICI, 2009, p. 258).

Na concepção de Foucault, o discurso é internalizado por nós, organizando o nosso ponto de vista do mundo e colocando-nos como um elo (inconsciente) na cadeia do poder. Foucault, portanto, coloca a linguagem no centro do poder social e das práticas sociais. É nesse ponto que se encontra o papel social da linguagem e da literatura como poder hegemônico (BONNICI, 2009, p. 259).

A base do pensamento decolonialista, segundo Bonnici, está na proposta de desconstrução do conhecimento arraigado sobre o Oriente a partir da interpretação elaborada pelo discurso hegemônico europeu colonizador. Esse discurso de poder está sendo confrontado em textos como *Orientalismo*, de Edward Said, publicado em 1978. Para Bonnici, Said vai reavaliar criticamente as afirmações proposta pelo domínio europeu, ou ocidente, sobre o oriente, debatendo as implicações culturais, geográficas e históricas que esse discurso promoveu.

O construto no qual se baseia a exploração do controle intelectual do ocidente em suas ideologias sobre esse oriente subordinado se afirmou a partir da legitimação negativa da temática que envolve o etnocentrismo. Inserido nesse construto encontramos a irracionalidade, a sensualidade, a rudeza, a crueldade, esperteza, entre outros. Citando Gramsci (1998), Bonnici aponta para o poder desse discurso hegemônico.

Essa imposição europeia sobre a sua própria cultura, utilizada para impor uma redução de valores sobre as demais culturas orientais, foi o que Gramsci definiu como hegemonia. Graças a essa ideologia europeia o domínio das terras nas Índias e África se tornou um processo de colonização de saberes e domínio territorial, além da posse dos corpos objetificados dos escravizados.

A partir dessa definição feita por Bonnici é pertinente relacionar a maneira como Eliana Cruz se apropria dessa vertente do pensamento decolonialista em seu romance balanceando os relatos familiares, a conjuntura sociopolítica brasileira e os elementos historiográficos que deram ênfase às posições heroicas de suas personagens. A ruptura feita pelas personagens negras saindo do campo e seguindo para a capital do país em busca de ascensão profissional, a busca pela instrução formal, algo reconhecido como sinônimo de alteridade para a parcela hegemônica dos cidadãos, vão contra a ordem social e política, cujas bases fortaleciam o detrimento do trabalho no campo, a subalternização dessa parcela humilde da sociedade.

Analisando algumas obras de literatura brasileira e africana e as suas relações com a historiografia, a professora Maria Nazaré S. Fonseca traz as reflexões de Hayden White (1992), que pensa a reescrita do passado como algo que se dá de forma imaginativa, ou subjetiva para o presente, o que força o historiador a se localizar no tempo presente.

O passado só pode ser retornado a partir do que se narra sobre ele. E nesse sentido, narrar o passado significa partir de percepções e interpretações produzidas por uma subjetividade localizada no tempo presente. Essa percepção de que narrar. Essa percepção de que narrar é interpretar o passado a partir de um ponto de vista selecionado/escolhido por um sujeito que se pode confundir com uma pessoa ou apenas ser pensado como quem, no espaço da fantasia, cria novos eus, máscaras, personas de si mesmo por mais complexas que possam se mostrar. (FONSECA, 2015, p. 247).

Nesse contexto, a pesquisadora relaciona o entendimento geral de especialistas que corroboram a ideia acerca da escrita histórica e suas especificidades em sua formulação, mas também há um consenso no qual se percebe ligações entre a narrativa literária e a histórica. A professora amplia o entendimento desse tema ao afirmar que o sujeito que narra o passado está posicionado num tempo e, ao escolher a forma de narrar esse extrato temporal, pode ser confundido com “personas de si mesmo” dentro da fantasia. (NAZARÊ, 2015, p. 247).

Deram as ordens em várias línguas para que todos pudessem entender, e também na língua que eu já tinha percebido ser a que eles mais gostavam, a das lanças e dos chicotes cantando na pele dos que se demoravam deitados ou sentados, ou porque ainda tinham sono, ou estavam doentes, ou se sentiam cansados e fracos. Uma mulher ao osso lado, que vomitava sem parar havia quase dois dias foi deixada para

trás depois que tentaram fazê-la se levantar, pois disseram que não compensava levar para morrer na viagem quem podia morrer lá mesmo. A Aja e Jamila tentaram ajudá-la e também apanharam. Quando passamos pela porta, os guardas enfiaram pelas nossas cabeças laços já prontos de cordas compridas que prendiam pelo menos quinze pessoas em um mesmo grupo. (GONÇALVES, 2020, p.42).

Para esse trecho do romance, a protagonista Kehinde relembra a sequência de acontecimentos. Ela descreve situações como a violência marcada na memória da narradora personagem, que se estende tanto para atingir o físico quanto para o psicológico daqueles escravizados. Nazaré complementa suas observações refletindo sobre essa imagem do negro como objeto de uso para trabalho agrícola, para a extração de minérios e também para a prática de dominação e obediência entre o proprietário e o escravizado. Através desse texto é possível reconhecer a relação entre essa narrativa e *Água de barreira*, pois em ambas a legitimação do poder exercido pela sociedade escravocrata, que buscava justificar essas formas de exploração humana para que fosse viável a transformação da capital Salvador em cidade desenvolvida e que produzisse a riqueza que Portugal esperava lucrar.

Entre as teorias amplamente defendidas e impostas aos países colonizados, Bonnici argumenta que houve vários movimentos de redescoberta dos valores culturais e tradições apagadas entre as comunidades exploradas. A conscientização se torna mais visível para a sociedade reconhecendo a subjetividade político-cultural, contrariando quaisquer manifestações de imposição que descaracterizasse a cultura ancestral ou que a mantenha subjugada.

A escrita decolonial debate essa variedade de afirmações que distorceram, em séculos de apropriação cultural, exploração territorial e humana, os traumas sofridos pela população africana e seus descendentes afro-brasileiros, através de publicações incorporadas por uma dialética contemporânea que discuta com o outro lado, aquele não assistido, as suas verdades, seus pontos de vista e os sentimentos herdados de antepassados dessa população afrodescendente.

#### **2.4 A literatura contemporânea e o espaço das autoras negras**

Desde séculos passados existia para os africanos escravizados a consciência sobre o poder de fala e escrita de suas histórias. Estes que, para a sociedade escravocrata, só existiam enquanto objeto ou mercadoria de troca, esse grupo silenciado e marginalizado se apropria da

habilidade de escrever e narrar a partir dele e de seus semelhantes. Essa é a segunda parte de um processo descrito por Mbembe, “esses seres capturados por outros, conseguiram articular uma linguagem própria, reivindicando o estatuto de sujeitos plenos do mundo vivo” (MBEMBE, 2018, p. 14).

Dessa forma surgem as propostas escritas que vão questionar os textos históricos sobre a escravidão, surge a demanda por produções culturais que reivindiquem a escrita sobre a cultura africana e seus processos políticos e sociais. A releitura de textos acadêmico-científicos, literários e não-literários, como os periódicos, tornaram alguns nomes canônicos para a esfera cultural, literária nacional e internacional. bell Hooks, professora e ativista de movimentos negros norte-americanos, utiliza em seu livro, *Olhares negros: Raça e representação*, publicado em 2019, uma citação de Samia Mehrez para refletir sobre esse processo descolonizador:

A descolonização [...] continua a ser um ato de confrontação com um sistema de pensamento hegemônico; é, conseqüentemente, um imenso processo de libertação histórica e cultural. Como tal, a descolonização se torna a contestação de formas e estruturas dominantes, sejam elas linguísticas, discursivas ou ideológicas. Ademais, a descolonização passou a ser entendida como um ato de exorcismo tanto para o colonizado quanto para o colonizador. Para os dois lados, deve ser um processo de libertação: da dependência, no caso do colonizado, e, por parte dos colonizadores, das percepções, instituições e representações imperialistas e racistas que, infelizmente, permanecem conosco até hoje. [...] A descolonização só pode ser completa quando é compreendida como um processo complexo que envolve ambos, colonizador e colonizado. Samia Mehrez. (HOOKS, 2019, p. 31).

No Brasil, a luta feminista se tornou mais pungente por volta dos anos 1970, com as publicações de autoras como Lélia Gonzalez, que questionava a participação das mulheres em publicações e no movimento feminista brasileiro. Gonzalez foi personagem fundamental em diversas ações para a promoção da igualdade de oportunidades para pessoas negras, manifestando-se em eventos como a Conferência internacional *African American Political Caucus*, em Baltimore, que buscava unificar as falas sobre o que esses movimentos de resistência queriam alcançar. Gonzalez discursava sobre a necessidade de que as pessoas negras tivessem o direito de exercer sua cidadania, de ter a consciência e a memória sobre seus papéis nessa sociedade brasileira. Essa reflexão é retomada no artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de outubro de 1980:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações sociais. (GONZALEZ, 1980, p. 225).

Gonzalez traçou em *Lugar de Negro*, de 1982, o processo lento e difícil de conscientização pelo qual as mulheres negras passaram até que pudéssemos falar com propriedade sobre as publicações. Uma forte ferramenta nesse processo de consolidação de escritas aconteceu com a produção e publicação dos *Cadernos Negros*.

Como bem registrou em *Sobreviventes e Guerreiras*, Mary Del Priore aponta problemas sobre a qualidade da educação ofertada no início do século XIX para mulheres no Brasil. Os centros educacionais tinham uma estrutura precária, a educação primária era muito curta, isso associado à clausura cultural e intelectual às quais eram deixadas. Desse modo serviu de motivação para críticas vindas de visitantes europeus que conviviam, em seus países, com a igualdade de instrução entre os gêneros. Segundo Priore, não havia oficialmente uma proibição para o acesso à educação de moças, mas esse privilégio era direcionado às “bem-nascidas” (PRIORE, 2020, p. 105).

A necessidade de debater de forma pública as questões feministas voltadas para temática racial contou com o apoio de intelectuais como Toni Morrison para a literatura, Angela Davis e bell Hooks. Esta, que é professora, escritora e ativista norte americana pelos direitos das mulheres negras, propôs a questão da diferença social e posicionamento das mulheres negras da seguinte forma:

Enquanto mulheres, principalmente as brancas privilegiadas previamente, desprovidas de direitos, começaram a adquirir poder social sem abrir mão do sexismo internalizado. As divisões entre as mulheres se intensificaram. Quando mulheres não brancas criticaram o racismo dentro da sociedade como um todo e chamaram a atenção para as formas com que o racismo moldou e influenciou a prática e a teoria feminista, várias mulheres brancas simplesmente deram as costas para a sororidade e fecharam a mente e o coração. (HOOKS, 2019, p. 70).

Homens e mulheres negros procuravam criar associações, comumente chamadas de “entidades”, resultado da união entre os movimentos abolicionistas, as sociedades de ajuda e alforria e os agrupamentos culturais negros. Segundo Hamilton Cardoso (1981) esses grupos buscavam legitimar a participação dos negros na sociedade e perante à legislação. “O primeiro grande movimento ideológico pós-abolição, a Frente Negra Brasileira, 1931 a 1938, buscou sintetizar ambas as práticas na medida em que atraíram os dois tipos de entidades para o seu seio” (GONZALEZ, 1982, p. 22). A professora Gonzalez também aponta a importância nos movimentos da negritude presentes no “TEN”, o Teatro Experimental do Negro, organizado por Abdias do nascimento, nos anos sessenta, no Rio de Janeiro. Dito por ela como a mais importante expressão do movimento negro para esse gênero de produção artística.

Lélia associa a evolução do movimento artístico desenvolvido por Abdias junto às publicações poéticas de Solano Trindade. Ele, que foi um grande incentivador do socialismo, publicou diversos livros como *Poemas de uma vida simples*, de 1944, *Tem gente com fome e outros poemas*, de 1988 e *Poemas antológicos*, de 2008. Com o poeta identifica-se um posicionamento de crítica sobre a realidade da população negra oprimida chamada por Gonzalez de “poesia revolucionária de Solano” (GONZALEZ, 1982, p. 25).

Também foi com os encontros promovidos pelo Movimento Negro Unificado, o MNU, que Gonzalez se coloca nas questões conciliatórias entre diversos grupos de mulheres negras de outros estados brasileiros. Por meio desses encontros ela observa que a mulher negra, que não é “educada para o casamento com um príncipe encantado”, não atenderá essa imposição de submissão, porque tem outras necessidades como o trabalho (GONZALEZ, 1982, p. 36).

É importante reconhecer que entre os autores e autoras houve uma dinâmica de trabalho multifacetada. Há por trás dessas iniciativas um desejo coletivo de produzir constituindo um conhecimento fortalecido sobre as nuances do movimento negro que seja compartilhado, especialmente com as novas gerações; aquilo que Cuti chamaria de “elo de gerações” (CUTI, 2010, p. 115). Não existe um movimento único de produção cultural negra afrodescendente, são muitos os expoentes a serem alcançados; e com uma busca incessante por reafirmações. Não existe um “bloco monolítico de características, rígidas e imutáveis” (GONZALEZ, 1982).

Um conjunto grande de tradições religiosas e culturais, expressões de valores complexos que envolvem os descendentes desses povos africanos de Daomé, Angola, Congo, Gana, Moçambique, Cabo-Verde, os malês ou mulçumanos, iorubas ou nagôs foi apresentado com mais abrangência nas publicações brasileiras e de países africanos.

Enquanto personagens da literatura brasileira, as mulheres sempre estiveram presentes. Castro Alves, Guimarães Rosa e Jorge Amado, entre outros, trataram as mulheres como objeto de devoção, carinho, admiração de sua beleza e candura, mas também como a fêmea sedutora, a vulgar, a meretriz e a desejada. Aproximando a análise para os exemplos das personagens negras, percebemos definições estereotipadas como a negra “do corpo disponível” (DUARTE, 2010, p. 24). Eduardo Assis Duarte assinala essa condição da mulher animalizada, erotizada, irracional, selvagem. A mulata (termo já definido como pejorativo) está apresentada na literatura brasileira como esse objeto inanimado, existente para a perturbação dos homens. Assis Duarte sinaliza esse estereótipo no poema de Gregório de Matos:

Já em nosso poeta barroco, a mulata, apesar da cor, se destaca pela beleza: Seres, Tereza, formosa, / Sendo trigueira, me espanta (GUERRA, 1969, p. 811). A surpresa do eu enunciador liga-se ao preconceito que marca a pele escura, semelhante à cor do trigo maduro, e que a vincula à feiura e a sujeira. Assim, com a devida ressalva exigida pelo padrão estético eurocêntrico, Gregório ressalta a “beleza milagrosa” da afro-brasileira. (DUARTE, 2010, p. 25).

Conforme percebido por Duarte, a mulher negra, fosse ela com quaisquer definições de tonalidade de pele, era muito popular nas publicações de poemas e também de ficções. Vista como uma personagem dada ao prazer. Em alguns momentos da literatura as colocações chegam a afirmar como verdade a justificativa para a existência dessas mulheres como destinadas a provocar e servir a esse grupo patriarcal eurocêntrico. Assis Duarte relembra a herança dessa habilidade de se voltar para as mulheres de forma sexualizada. A carta escrita por Américo Vespúcio em 1903, *Mundus Novus, é um exemplo*, no qual o autor descreve as índias com certa perfeição física.

Conceição Evaristo é citada por Eduardo Assis Duarte em seu artigo, *Mulheres marcadas: Literatura, Gênero e Etnicidade*, que, ao falar sobre essa maternidade negra, a escritora relembra essa herança da cultura hegemônica ocidental, que por meio da interpretação cristã simbólica, que determinava a imagem da mulher entre Maria e Eva. Sendo a primeira protegida pela condição da maternidade, já a segunda assume a interpretação dessa figura pecadora e sem definição física. A literatura, para Evaristo, se apropria dessa condição para eliminar a herança africana materna da sociedade brasileira (EVARISTO, 2005, p. 202).

Ao questionar as possíveis causas da esterilização feminina e afrodescendente na literatura brasileira a escritora vai ao âmago da questão. E sugere ser a infecundidade propagada pela ficção canônica apenas a ponta de iceberg mais amplo, voltado para o apagamento da contribuição africana presente em nossa história e cultura. Datada desde o século XXI, a fala da escritora negra aponta para o vigor com que a vertente afro de nossas letras tem questionado ao longo dos anos os lugares pré-estabelecidos para a visibilidade deste segmento da população. Com efeito, a produção afro-brasileira vem se firmando pelas bordas da instituição literária e construindo uma escritura suplementar e contraposta ao imaginário e oriundo da sociedade escravagista. (DUARTE, 2010, p. 31).

Tais observações são pertinentes quando indicamos outras obras de igual valor literário. Outras escritoras trouxeram a público personagens e contextos com elementos similares às observações de Duarte. Para exemplificar essa narrativa renovada podemos apresentar um recorte do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo:

O dia em que Ponciá Vicêncio desceu do colo da mãe e começou a andar causou uma grande surpresa. Ela, até então, se recusava a assentar-se, engatinhar, ela nunca o fizera. Um dia, a mãe, com ela nos braços, estava de pé junto ao fogão de lenha olhando a dança do fogo sob uma panela fervente, quando a menina veio

escorregando mole. Veio forçando a descida pelo colo da mãe, e pondo-se de pé começou as andanças. (EVARISTO, 2018, p. 16).

Nessa passagem a maternidade não só é possível, como é vista com toda a naturalidade que a situação espera. Embora seja a personagem principal o foco das atenções do narrador, por todas as especificidades que essa personagem se apresenta. A herança dos tempos de escravidão e sofrimento eram transmitidos de maneira subjetiva, pois a personagem cria, artesanalmente, com barro, a imagem do avô que ela mal conheceu, imitando seus movimentos no andar, como se assumisse sua ancestralidade. O sentimento de deslocamento da personagem está disposto em várias situações, a violência também está presente na sua vida e na de seu irmão. O retorno da família ao antigo lar e às antigas tarefas artesanais recupera a sobriedade da personagem e do romance.

Outro exemplo marcante para a literatura brasileira está em Joel Rufino dos Santos que, no romance *Crônicas de indomáveis delírios*, de 1991, coloca a maternidade como algo afetivo no contexto do período Imperial. Esse escritor negro e participante de diversas publicações que remetem à cultura africana e afro-brasileira publicou também a adaptação do conto sobre a vida de Luiza Mahin, suposta mãe de Luís Gama.

Só ao sentir as dores a negra escolheu o nome do filho, sendo aliás, essa capacidade de decidir sobre a designação do que até então não lhe pertencera uma prerrogativa da nova era: João Bonaparte Ribeiro, em homenagem aos libertadores da raça, sobrenome das Neves, porque das Neves se chamava o crioulo que a emprenhou, garçom da casa de pasto, que se avista a meia légua, nem isso, pela estrada da Talha. (SANTOS, 1991, p. 57).

Nessa passagem, o narrador, ao mesmo tempo em que apresenta essa mãe, que na urgência do nascimento tem que decidir o nome do bebê que vai nascer - remetendo à condição das mulheres negras no período em que o romance propõe, assim que é assinada a Lei do Ventre Livre - também traz o estranhamento da mulher com essa nova situação, em que ela questiona a possibilidade de ficar com o filho. Também está intrínseco a diferença de condições para que ela escolha o nome, se for menino, pois terá nome importante e o sobrenome do pai biológico, já sendo menina bastará apenas o primeiro nome. Rufino já previa essas discussões sobre etnia, revisão histórica e relações familiares entre pessoas negras na literatura.

Ruth Guimarães, com seu romance premiado, *Água Funda*, de 1946, traz as falas do interior do Brasil, aproveita as superstições presentes na cultura regional, trabalha com assombrações e traz à vida os personagens do folclore. Quando uma das personagens apresenta duas das mulheres que estão no romance entre os protagonistas, transmite o



conhecimento que tem sobre as moças, mas de forma livre de tratamento pejorativo ou erótico.

Curiango nasceu lá.

Não estranhe o nome. A gente, nestes cafundós, com tanto céu em cima e mato em volta, tem dessas coisas. A filha do Quinzote, por exemplo, tem apelido de Rola, porque é sossegada e boa, e também porque é gordinha e morena, com umas redondezas de juriti bem tratada.

E Curiango...

Sabei-me lá porque essa gente inventa certos apelidos...

Era desse tamanhinho assim e já era uma galanteza. Depois de moça, então... Não é dizer que seja bonita de admirar. Nem é bem boniteza. É uma coisa que puxa os olhos da gente, que arre pia, que enleia, que aquece, e que umas mulheres têm e outras não têm. (GUIMARÃES, 2018, p. 61).

Acima, as moças são apresentadas por homens, moradores da cidade. É possível perceber pela expressão “depois de moça, então...”, demonstração do interesse masculino sobre a moça ainda jovem, entendendo que o comentário remete ao período menstrual, o que era aceito pela sociedade como o momento adequado para o casamento. Outro detalhe importante se refere a Rola, filha do Quinzote, que sendo negra ou parda é comparada com o pássaro de penugem marrom, associando seu comportamento com aquele esperado pela sociedade patriarcal que impõe o recato, a obediência e o silêncio. Ambas as personagens descritas são mestiças, conforme a narrativa vai explicando. Rola é filha de negros e Curiango filha de índio com branco.

Considerando todos os apontamentos feitos acima, concluímos pensar que a produção literária feita por mulheres está seguindo o caminho da afirmação, explorando os espaços possíveis para que se torne amplamente reconhecida. Para a literatura negra feminina muitas barreiras ainda precisam ser quebradas para que suas obras sejam amplamente divulgadas, reconhecidas no espaço canônico e estejam em equilíbrio com as demais manifestações literárias. É percebido que muito já vem sendo feito pelas próprias mulheres que assumem esse papel de representantes da escrita brasileira de resistência, esta de caráter afrodescendente.

Quando Mirian Cristina dos Santos pontua em sua obra a discussão sobre as mulheres negras brasileiras intelectuais, reconhece nessa o engajamento com causas que preveem a “transformação da sociedade brasileira” (SANTOS, 2018). Os esforços são válidos se percebermos o quanto já foi feito para o tempo presente, quando encontramos, entre as obras citadas aqui, tantos textos premiados, autoras reconhecidas nacionalmente e outras explorando o direito de circular entre os eventos culturais, sendo reconhecidas por seus pares e pela sociedade leitora.

É notório reconhecer que muitos elementos formadores dessa literatura negro-feminina ainda estão ausentes em debates teóricos aprofundados, sensibilizados pela carência de mulheres negras escritoras reconhecidas por seus trabalhos ainda em vida, como foi o caso de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, entre outras.

### 3 AS PERSONAGENS FEMININAS EM ÚRSULA E ÁGUA DE BARRELA: SUAS MEMÓRIAS E SEUS CORPOS

Nesse capítulo será tratada a apresentação de alguns elementos presentes nos romances principais. A partir de bases comparativas, pretende-se desenvolver um vínculo entre algumas personagens e elementos díspares em seus enredos, pois partem da consideração sobre o tempo histórico de cada publicação. Compondo as observações pertencentes a criação de personagens que agregam valores ligados à ancestralidade, à memória e à sobrevivência nos romances brasileiros reiteramos a abordagem feita por Regina Dalcastagnè. A autora lista a participação de personagens que ao longo de anos, foram criadas a partir de uma percepção misógina e distorcida em muitos aspectos, também traçamos os percursos literários que fizeram com que a urgência por novas propostas narrativas viesse a ser percebida nos bancos acadêmicos e estudos em Literatura.

As mulheres representadas por Susana e Helena trarão as perspectivas de mulheres que carregam em suas memórias o afeto, a vivência e o pertencimento à terra natal. Diferentemente de Susana que chega a conviver com sua filha, Helena dá à luz uma menina, que sendo brasileira, carregará as duas nacionalidades, africana e brasileira. Susana é apresentada no romance resignada, amedrontada pelo futuro de sofrimento e solidão. Ela se coloca consciente dos infortúnios que a realidade da escravidão irá impor a ela e seus conterrâneos. Já Helena se entrega à morte num ato libertador ao dar à luz. O narrador a coloca em um plano de passagem, quando parte, deixando a condição de escravizada e se unindo espiritualmente ao seu marido.

Entre esses dois romances, comparações trazem a realidade da escrita com séculos de distanciamento, justificando suas elaborações. Como exemplo a inserção dos elementos do sincretismo religioso entre o catolicismo, a umbanda e o candomblé.

Questionamentos oriundos dos movimentos feministas, especialmente o feminismo negro, trouxeram inquietações sobre a ausência de mulheres, em especial negras, entre as grandes referências literárias, também dentro das obras aclamadas, só para falarmos da ficção e poesia brasileira. Assim, será feita uma comparação sobre a composição de personagens homens e mulheres negras inseridas em alguns romances.

Segundo Lúcia Osana Zolin, no capítulo “Crítica feminista”, da obra *Crítica literária: Abordagens histórica e tendências contemporâneas* (2009), a consideração sobre a presença das mulheres no campo literário trouxe mudanças para o que se desenvolveu posteriormente.

Não havia perspectivas sobre a presença de mulheres lendo e participando de discussões políticas.

A constatação de que a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina implicou significativas mudanças no campo intelectual, marcadas pela quebra de paradigmas e pela descoberta de novos horizontes e expectativas. (ZOLIN, 2009, p. 217).

Dessa forma entendemos que houve relativa mudança na estrutura da formação literária a partir da presença crescente da mulher letrada, culta e politizada. Novamente, encontra-se a afirmação sobre o qual deve-se muito aos movimentos feministas para que as mudanças literárias acontecessem de forma favorável às mulheres. Questões sócio-históricas foram levadas em consideração, a relação de trabalho e cuidados com a família faziam parte desse discurso crítico. As relações de poder, para Zolin, foram também, indiscutivelmente, definidas pelo gênero ao longo dos séculos, e passaram a ser alvo de protestos e remodelagens para os dias atuais.

Dentro do espaço discutido pelas feministas para questionar o lugar relegado à mulher está a condição de subjugada, para apresentar reflexões sobre essa posição Zolin destaca duas categorias: a mulher-sujeito: descrita como insubordinada diante do lugar onde foi destinada pela sociedade patriarcal. A mulher-objeto: destinada a não ter voz, incapaz de se defender, ser eternamente resignada (ZOLIN, 2009).

Também é proposto alinhar os elementos culturais que englobam as construções narrativas de mulheres negras, uma vez que os encontramos intimamente ligados às questões sobre a ancestralidade, etnia, política e a imagem do corpo feminino tratado em alguns romances.

O corpo das mulheres é um tema demasiado debatido em publicações dedicadas à crítica literária, a partir, por exemplo, da percepção sobre o que vemos em obras de Jorge Amado. Nas críticas de Domício Proença Filho, quando este identifica uma tendência nas narrativas em que a mulher negra é vista como objeto para o sexo.

O negro ou mestiço de negro erotizado, sensualíssimo, objeto sexual, é uma presença que vem desde a Rita Baiana, do citado O Cortiço, e mesmo do mulato Firmino, do mesmo romance, passa pelos poemas de Jorge Lima, “Nega Fulô”, suaviza-se nos Poemas da negra (1929), de Mario de Andrade e ganha especial destaque nas configurações das mulatas de Jorge Amado. A propósito, a ficção do excepcional romancista baiano contribui fortemente para a visão simpática e valorizadora de inúmeros traços da presença das manifestações ligadas ao negro na cultura brasileira, embora não consiga escapar das armadilhas do estereótipo. (FILHO, 2004, p. 166).

A partir das pontuações feitas por Proença Filho, serão citados, mais a frente, alguns exemplos em obras de Jorge Amado, Itamar Vieira Junior entre outros autores, com a finalidade de exemplificar as mudanças previstas na construção de personagens mulheres negras.

Para o caso das escritoras negras, Constância Lima Duarte apresenta em, *Gênero e violência na Literatura afro-brasileira*, de 2010, uma síntese das posições relacionada à literatura em que personagens negras são naturalmente apresentadas envoltas em situações de violência. A autora percebe que são poucas as escritoras negras referenciadas no conjunto *Cadernos Negros*, então ao fazer seu estudo sobre gênero, etnicidade e classe social ela busca citar suas pontuações a partir de obras escritas por Conceição Evaristo, pelas marcas identitárias presentes em seus romances e contos.

Um rápido levantamento revela que as escritoras estão em menor número que os escritores, e que elas nem estão em todas as antologias. Dentre os nomes mais frequentes, lembro Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Lia Vieira, Miriam Alves, Sônia Fátima da Conceição e Vera Lúcia Barbosa, entre outras. E para ilustrar a representação da violência familiar e doméstica, a partir das imbricações de gênero, classe e etnicidade, tomo como objeto a obra de Conceição Evaristo, que, a meu ver, contém as marcas identitárias de mulheres que estão reescrevendo a história literária brasileira. (DUARTE, 2010, p. 230)

Em seu estudo, Duarte observa que Evaristo descreve de forma poética situações brutais, em que a violência está presente por meio da morte acidental, como culminância do conto e como personagem. Constância Duarte também salienta a “voz essencialmente feminina que assume a narrativa, revela um projeto literário que parece tomar fôlego novo a cada texto.” (DUARTE, 2010). Desse modo, a escrita de Evaristo apresenta ao leitor, não só uma semelhança de sensações com a realidade, como também uma carga emotiva.

Duarte retoma a afirmação da romancista sobre o que motiva sua escrita, ao ponto de ter criado o termo “escrevivências - escrever a existência”, tomando por base tudo o que vivenciou em sua vida, bem como as relações de suas experiências e a formação da consciência ligada à etnicidade, posicionamentos críticos sobre gênero e o preconceito racial. Nessa relação, entre os estudos comparados das obras *Úrsula* e *Água de barrela*, também foram feitas relações entre as obras de Conceição Evaristo pela similaridade que os temas propõem. Quando a autora expõe a crítica sobre a personagem Duzu Querência, percebe-se uma ligação com o tema da loucura apresentado em *Água de barrela*. Comum nas narrativas sobre as sequelas da escravidão, a loucura descrita de formas variadas por exemplo: a depressão, a alucinação ou a esquizofrenia, que são doenças mentais muito apresentadas entre personagens desses romances históricos. Relembrando que, mesmo em *Úrsula*, Maria Firmina

traz o assassinato do amado como elemento desencadeador para o estado psicológico da personagem, finalizando de forma fatídica a obra. Já Eliana aproveita justamente as memórias entrecortadas de sua tia-avó, que foi posteriormente diagnosticada com esquizofrenia, para compor tanto a elaboração de personagens e fatos da narrativa, quanto para compor a personagem viva, em seu processo de crescimento como vítima e sobrevivente.

Duzu-Querência é uma narrativa de formação. Nela é possível acompanhar o crescimento da menina, pequena empregada num bordel, sua descoberta do segredo dos corpos suados, a vida prostituta, até sua entrega à loucura, na tentativa de reinventar a vida com papéis picados e coloridos. (DUARTE, 2010, p.231)

No trecho acima é notório reconhecer o lugar subalternizado em que a protagonista está inserida, e a consequente degradação psicológica que a afeta. Como destino final dessa, e de outras personagens de Evaristo, espera-se a morte assuma a função de pôr fim ao sofrimento, pois só por meio dela será possível ao corpo negro destituído de valor moral, social e até afetivo se despedir na narrativa. São esses alguns exemplos do que se espera encontrar inserido no contexto da literatura de autoria feminina negra, entre romances de características decoloniais, apresentando elaborações inovadoras como parte de um processo estruturante da cultura literária nacional.

### **3.1 Uma voz coletiva para aqueles silenciados**

O leitor é o objeto de maior interesse do escritor, é a partir dele que as obras são publicadas, levadas ao mercado editorial. Para Dalcastagnè, o processo de legitimação das identidades e a identificação com a obra são elementos ligados ao “sistema de linguagens” proposto por Bakhtin. A autora alerta que, quando essa legitimação privilegia apenas um grupo de leitores, no caso brasileiro, de homens brancos, que defendem o pensamento hegemônico e patriarcal ou, por outro lado, quando se reduz ou apaga o valor de grupos de representações sociais, como mulheres, pobres, pessoas negras, pessoas do campo. Dessa forma, abre-se uma gama de questionamentos sobre quem é representado na literatura brasileira? Para quem se destinam as novas publicações de romances.

Já nos apontamentos de Zolin, existe a interferência pautada pelos movimentos feministas que absorveu teorias psicanalíticas e político-cultural. No primeiro caso, seguindo as teorias de Freud, a autora destaca haver um direcionamento para observações de caráter

linguístico e biológico, sobre o corpo das mulheres por exemplo. “...situando a diferença na psique do autor- moldada pelo corpo, pelo desenvolvimento da linguagem e pela socialização do papel sexual.” (ZOLIN, 2009).

Também a autora sugere associar aos posicionamentos de Freud, os de Lacan, afirma-se a possibilidade de ser ver desde a criança, um posicionamento de privilégio por sua posição masculina, por meio de uma ordem simbólica que a linguagem na ordem do masculino se posiciona ao mundo masculinos em que está inserido e os valores que isso carrega. “Assim, o acesso da menina à linguagem é problemático, já que ela só se torna capaz de exprimir-se por meio de frases condizentes com o polo masculino da cultura.” (ZOLIN, 2009).

Nas críticas impostas pela condição político-cultural, a autora destaca influência do marxismo por perceber uma relação entre gênero e a classe social. Um fluxo de influências toma forma entre as manifestações culturais e a literatura, a partir das escolhas feitas por mulheres em suas distintas posições sociais.

Ao longo de vários processos de pesquisa, entre diversos campos de estudo, aqui lembremos do campo histórico, sociológico, cultural e político, no qual se percebeu esse silenciamento em relação às representatividades de grupos étnicos, em especial negros ou afro-brasileiros, tanto no reconhecimento de seus trabalhos, enquanto produtores de conhecimento, quanto na criação de personagens que atendessem a essa demanda.

Reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas. Daí o estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas. (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 14).

A partir dessa percepção das ausências notadas, especialmente no início século XX, dos questionamentos sobre o que motivou esse processo de exclusão, e a proposta de redefinir o que dever feito enquanto ações afirmativas para a correção desse processo cultural negligente surgem publicações voltadas para a temática de releitura dos cânones e a remodelação literária, apresentando essas vozes excluídas, que representam coletivos unidos na busca por seus ancestrais ou elementos culturalmente criados, “O fundamental é perceber que não se trata apenas da possibilidade de falar [...] Mas da possibilidade de “falar com autoridade”, isto é, o reconhecimento social de que o discurso tem valor, portanto, merece ser ouvido.” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 17).

Em diversas situações, no processo de invisibilidade, autores e obras próprios dessa representatividade não encontram referências que lhes dê subsídios para se sustentar, a

princípio por duas razões, a primeira é que, autores e obras, os elementos excluídos tendenciosamente por aqueles que manipulam sua exclusão, se tornam objetificados, sendo tirados ou colocados em cena como partes de uma paisagem redefinida pelo grupo dominante. A segunda colocação é que, uma vez tornados objetos e retirados de sua condição de visibilidade, não se reconhecem capazes de produzir sua própria literatura, assim a diversidade não se faz presente, as vozes silenciadas não se propagam.

Entre os escritores negros, homens e mulheres, já citados aqui, mas também na criação de personagens negros, quando esse são formados a imagem daquilo que a sociedade eurocêntrica define como verdade, há uma imposição para que se apresentem marginalizados, degenerados, destituídos de condição intelectual, depreciados de suas condições morais, quando menos, são parte da paisagem marginalizada, ligados a desagregação da sociedade ou ao desequilíbrio urbano.

Para Dalcastagnè, até mesmo esse “lugar de fala”, esse “dar a voz ao outro”, no texto literário pressupõe uma visualização, um encontro daquele grupo ou indivíduo com o seu público leitor. Quando essa posição de inferioridade se torna persistente em uma obra afasta aqueles que veem além do que é editado nos romances contemporâneos tendenciosos.

Assim, contando com essa prerrogativa, é possível compreender a importância de obras como *Água de barreira*. Não foi inocentemente que a autora fez relações entre fatos históricos e acontecimento retirados de uma narrativa oral, incluindo nas páginas do livro fotografias e cartas, todos elementos que corroboram o contexto da representatividade descrito por Dalcastagnè, pois a autora apresenta sua propriedade de fala.

Pensando nessas personagens cujas imagens foram manipuladas para atender a um tipo de visualização, a de mulher erotizada pelo narrador, por exemplo, Eduardo Assis Duarte retoma algumas personagens nas publicações do século XX, “Basta lembrar as mulatas assanhadas de Jorge Amado, exaltadas, toda via, mais como sujeitos desejantes do que como objetos do desejo masculino.” (DUARTE, 2010, p. 28).

Segundo Duarte a afrodescendência está presente nessas narrativas, assim como a irregularidade entre a personalidade, nem assumidamente negra, nem com a predominância europeia, branca. Dando assim uma indefinição sobre sua representatividade; o autor cita na literatura brasileira casos como o das personagens Gabriela, Tereza Batista, Tieta do Agreste, Ana Mercedes, entre outras.

Felipa não pretende fazer escândalo, dar queixa, não é maluca para opor-se a Justiniano Duarte da Rosa. Ao demais sabe que mais dia menos dia Tereza arriba com alguém, se antes não se perder nos matos, se não aparecer em casa de bucho



cheio. Comida e emprenhada por um moleque qualquer, se não pelo próprio Rosalvo, certamente por Rosalvo, corno velho, sem-vergonha. De graça. [...] Tereza é o único capital que lhe resta. Se pudesse esperar uns anos mais, com certeza faria melhor negócio, pois a menina desabrocha com força e as mulheres da família eram todas bonitas demais, disputadas, fatais. (AMADO, 2004, p. 77).

Para pensar nessa mudança de perspectiva das criações literárias do presente, temos o caso do livro *Torto Arado*, de 2018, do escritor Itamar Vieira Junior, esse título, cuja paisagem também é o nordeste brasileiro, o sertão baiano, apresenta duas protagonistas, irmãs, cuja família humilde de agricultores está cercada pelas referências de cunho religioso, cultural e sociológico. Com muita atenção são reveladas as crenças num misticismo próprio do folclore e regionalismo da cultura nordestina. Diferentemente de seu conterrâneo, Jorge Amado, que aproveitava estereótipos sexistas para descrever suas personagens femininas, Junior apresenta suas protagonistas como mulheres fortes, ligadas por uma tragédia que vai fazê-las se unirem em vida para sobreviver.

Eu e Belonísia éramos as mais próximas e, talvez por isso, as que mais se desentendiam. Tínhamos quase a mesma idade. Andávamos juntas pelo terreiro da casa, colhendo flores e barro, catando pedras de diversos formatos para construir nosso fogão, galhos para fazer nosso jirau e nossos instrumentos de trabalho para arar nossas roças de brinquedo, para repetir os gestos que nossos pais e nossos ancestrais nos haviam legado. (JUNIOR, 2018, p. 23).

Nessa obra, o autor explora as relações familiares das irmãs, protagonistas da trama, ambas possuem características distintas em suas personalidades, aprendem com suas diferenças a sobreviver em um mundo que não aceita sua origem humilde, o papel de curandeiro de seu pai e os segredos de um passado doloroso de sua avó ligado ao período da escravidão. Existe uma complexidade de fatores sociais que mudam os cenários em que as personagens se encontram. O conjunto de informações relacionado à composição desse romance acentua as afirmações de Dalcastagnè sobre essa nova literatura engajada e repleta de referências culturais, de representatividade e propriedade de fala para personagens negras resilientes.

### **3.2 Diáspora como elemento determinante na trajetória das personagens negras**

A temática da escravidão está diretamente ligada à diáspora africana. O termo “diáspora” possui diversos significados, mas é amplamente entendido como a separação de

um povo de sua terra natal por meio da expulsão violenta, ou contexto de força maior como uma seca severa em seus locais de plantio e guerra entre povos e ameaças de extermínio. Stuart Hall relembra a interpretação primária ligada ao Antigo Testamento para se referir ao “povo escolhido” levado de seu país para ser escravizado pela “Babilônia”.

Ao longo do tempo, através das relações de comparação entre o registro bíblico e a grandeza do exílio forçado de africanos por estudiosos de diversas áreas, entre elas antropologia e sociologia, tornou-se comum pensar a diáspora para se referir ao processo de escravização dos africanos para as colônias europeias, entre elas o Brasil (HALL, 2003). Esse termo é essencialmente escolhido para significar deslocamento, sentimento de abandono de sua cultura, de sua família e de suas próprias crenças. As consequências da escravidão para os escravizados foram banalizadas, ou apagadas, ao longo de séculos anteriores e posteriores à colonização.

Também foi encontrado no livro *Nordeste* - referente aos imigrantes africanos - um comportamento entristecido, deprimido e até revoltado, assinalado na época como sentimento de “desenraizamento” (FREYRE, 1961, p. 134), quando o homem é retirado de sua terra natal e se vê obrigado a um tipo de trabalho e rotinas que não estão de acordo com a sua cultura, e reage de maneira negativa, se revoltando ou adoecendo psicologicamente.

Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. É impermeável a algo tão "mundano", secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência. A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades — os legados do Império em toda parte — podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento — a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor (HALL, 2013, p. 28).

A proposta de pensamento tratada por Hall nos traz o entendimento sobre as consequências dessa perda coletiva. É assim que se apresenta a dificuldade de imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento depois da diáspora, pois a identidade cultural carrega consigo muitos traços do que ele chama de “Unidade essencial” (HALL, 2013, p. 26) e questiona como pensar as identidades se estas estão inscritas nas relações de poder, diferença e disjuntura.

Como forma de solucionar o sentimento de diáspora e esses prejuízos raciais, culturais e sociais, o antropólogo Kabengele Munanga partilha do pensamento sobre a reconstrução dos valores, da história e o reconhecimento da etnicidade dos povos africanos e afrodescendentes na atualidade.

O essencial para cada comunidade é reencontrar o fio condutor que a liga ao seu passado ancestral, o mais longínquo possível (DIOP, 1959, p. 147). Nesse sentido, segundo o autor, o estudo da história permite ao negro recaptar a sua nacionalidade e tirar dela o benefício moral necessário para reconquistar seu lugar no mundo moderno. (MUNANGA, 2009, p. 47).

Munanga propõe pensar sobre essas crises de reconhecimento que afligem especialmente os povos negros africanos e afrodescendentes, que despertam no presente uma necessidade de afirmação cada vez maior. Ações necessárias estariam ligadas à valorização profissional, cultural, artística e literária, além das lutas por igualdade de direitos e reivindicação do valor histórico de seus antepassados.

A identidade é outro elemento fundamental para o reconhecimento de um indivíduo, também do grupo social ao qual pertence. Esse grupo se define a partir de suas afirmações enquanto cidadão, enquanto pertencente à uma cultura, núcleo familiar, “funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. (MUNANGA, 2009, p. 6). Mas com a prática da exploração e dispersão dos povos africanos, essa foi, talvez, a forma mais complexa de perda de identidades, pois parte da perda do reconhecimento individual, familiar, sociológico e pátrio, nada havia que pudesse dar o sentido de pertencimento aos que sofreram nesse processo.

Segundo Munanga o fator linguístico foi preservado, uma vez que, de forma dispersa, é nos terreiros que ainda se encontram, nos diálogos entre entidades e seus adeptos, a persistência pela prática vocabular da comunicação a partir das línguas maternas como forma de afirmar uma identidade. É, então, possível intervir sobre as pontuações literárias, pois o autor questiona “Quem fala e escreve a respeito da identidade negra ou afrodescendente?” (MUNANGA, 2009, p. 09), o autor propõe responder que aqueles que se propuserem a escrever sobre essa identidade devem estar apoiados na ideologia de base política e econômica; também atender às questões ligadas à memória. Nesse caso é possível relembrar os apontamentos feitos por Halbwachs no capítulo anterior, pois ele pensava a memória como um elemento de múltiplas construções, remodelado e afirmado a partir de narrativas coletivas.

Firmina dos Reis utilizou na obra *Úrsula* um recurso memorialístico com descrições referentes às lembranças que os personagens escravizados Túlio e Suzana carregavam. Essa estratégia funciona como forma de denúncia contra o apagamento histórico que se propôs aos africanos que foram trazidos para o Brasil. A seguir um trecho em que Suzana relembra como perdeu sua filha:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendobim eram em abundância nas nossas roças. Era um desses dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... (REIS, 2018, p. 121 e 122)

Nas paisagens descritas pela autora para o cenário inicial do romance *Úrsula*, Firmina utiliza a beleza natural do Nordeste, a vegetação: “e altivas erguem-se milhares de carnaubeiras, que balançadas pelo soprar do vento recurvam seus leques em brandas ondulações” (REIS, 2018, p. 50), dessa maneira a escritora apresenta as belezas naturais da região onde o romance se anuncia, o sertão nordestino.

É possível deduzir dessa formulação paisagística nos romances brasileiros citados que há um reconhecimento intrínseco sobre a identidade nacional preservada na vegetação, nas estradas de terra, na fauna, nas cidades rurais, enfim, na cultura nordestina tradicional. Com o passar dos anos, a urbanização das cidades, a transferência da capital do Brasil, por duas ocasiões, a modernização das residências, todos esses fatores afastaram a imagem pitoresca de um Brasil histórico, popular. As raízes nacionais típicas são melhor traduzidas quando a literatura se volta para o interior, para os elementos arcaicos da cultura brasileira.

Para tratar das memórias de Suzana, a autora recorre aos elementos imaginários, porém possíveis de serem encontrados em um outro continente. Assim, a escritora transita entre dois lugares, mas também entre dois temas da narrativa, o da terra natal, que se traduz em liberdade e felicidade e desse novo território, percebido apenas pelo narrador.

Maria Firmina organizou a narrativa de modo a colocar com mais detalhes cada personagem, nesse momento cada um tem seu momento para se apresentar colocando de forma detalhada o que lhes aconteceu até culminar naquele instante. Assim como Tancredo, Túlio possui um capítulo para apresentar sua história, seus sentimentos e expectativas. Suzana, que acompanha D. Luiza B. e sua filha, Úrsula, também conta sobre seu sofrimento e lembranças dos tempos de África.

... não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (REIS, 2018 (1859), p. 121).

Seguem outros trechos no romance com relatos da personagem Susana, quando esta fala das perdas pelas quais passou sendo perseguida, acorrentada e separada de sua filha, marido, mãe, de sua terra natal e de sua liberdade, para ser jogada no porão de um navio com outros trezentos nativos.

Para a contemporaneidade, Eliana Alves Cruz remonta à história de seus antepassados, partindo das lembranças de uma tia avó, Anolina, a tia Nunu. Esta é o fio condutor que liga o passado na fazenda Natividade com os acontecimentos subsequentes nos dias atuais.

Neste local onde Nunu e sua irmã cresceram, e antes delas, Marta e Adônis, antes deles, Anolina e Das Dores, e antes, Umbelina, e antes dela, Firmino e Helena, os primeiros integrantes da família que ainda viveram na África, todos são elementos de ligação com a ancestralidade. Numa somatória de mais de um século, as vidas desses integrantes contam o passar da história para aqueles que viveram na condição de escravizados na fazenda para onde foram trazidos, no Recôncavo Baiano.

Diferentemente de Reis, quando a escritora Cruz apresenta, por meio do (a) narrador (a), logo no início do romance, a vida na terra natal, os costumes em Iseyin, no reino Oió, oeste africano, ela está apresentando o cotidiano das pessoas, as paisagens e um pouco da história daquele lugar. De forma a situar o leitor, projeta as lembranças que farão parte dessa ruptura e o sofrimento causado pelo aprisionamento em navios negreiros.

Olufemi era um bom orador e contava isso tudo com tantas cores e detalhes que deixava a ele e aos meninos do povoado fascinados pelas histórias. Tentava entreter as crianças, mas sobretudo alertar para o fato de que não estavam seguros. Estavam espremidos entre Ilorin, que subitamente se tornou o principal ponto do mercado de almas, e os jêjes do Daomé, que também viviam à caça (CRUZ, 2018, p. 20).

Nessa passagem do texto, a autora descreve a paisagem das terras onde as personagens viviam, em Iseyin, algo que se tornou possível para a escritora por meio de um acervo, publicações em jornais, meios pelos quais as obras de literatura hoje em dia podem se apresentar mais completas. O trecho citado acima aponta para um mito que caracteriza um rito de passagem. O fragmento é importante, pois será lembrado pelo narrador em algumas fases do romance: “saíram com o céu ainda escuro e quando o sol raiou estavam aos pés da maior montanha que Akin jamais vira. Era Oke-Ado. Um monte de granito dominador da paisagem ao redor e que se erguia majestoso no vilarejo” (CRUZ, 2018, p. 21).

A primeira personagem feminina a ser analisada é Helena, ou Ewà Olwa, a primeira mulher dentro da árvore genealógica proposta no romance. Ela faz o elo entre as gerações de

seus futuros herdeiros e a ancestralidade africana. Nascida em Ketu, no Benim, se casa com Gowon, mas logo se depara com a invasão da aldeia de seu marido e é aprisionada junto com Gowon e seu cunhado, Akin. A narrativa garante apresentá-lo como um jovem de costumes tradicionais de sua aldeia, ela compartilha das crenças da aldeia de seu marido. A escalada ao monte para coletar e beber a água do lago Iyake, protegido por Ifá, garantiria que Helena não seria infértil.

Chocada com a morte do marido, Ewa não tem mais reações ao sequestro. Do navio segue com Akin, seu cunhado, para uma fazenda, onde resiste aprender o idioma brasileiro, até ser alertada que isso custaria sua segurança, ela, que agora chamava-se Helena, começa a se comunicar. Logo descobre que está grávida, embora trabalhe na Casa Grande, o que seria um privilégio, sofre com perseguições de outras escravizadas. Por tudo que aconteceu em sua vida, e os consequentes conflitos no interior da casa, a personagem se vê transformada em um ser apático, desconectado com aquela vida. Ela dá à luz a uma menina, Anolina, mas morre em seguida.

Marta, neta de Helena, representa o momento de ruptura entre o ambiente rural da fazenda, quando já não há mais a escravidão, mas o preconceito racial, que a faz se deslocar para uma cidade vizinha e depois para a capital, Salvador, em busca de oportunidades de trabalho e educação para suas filhas.

Ela revelou a ele a vontade de ir a Salvador para matar a curiosidade e saber se era verdade tudo o que diziam sobre as igrejas, as praias, as festas, as gentes, os ricos solares. A sinhazinha Maricota dizia que muitas pretas se vestiam mais lindas que muitas sinhás e que eram bonitas em seus turbantes e pulseiras, vendendo toda a sorte de comidas e coisas pelas ladeiras e ruelas. (CRUZ,2018, p. 113).

Essa personagem vai marcar uma segunda migração de sua família, dessa vez para outra cidade, mas também para outro panorama sobre sua vida e a de suas filhas. A próxima personagem a ser analisada no romance de Eliana Cruz é a Tia Nunu, Anolina, a segunda filha de Marta, que tem no capítulo, *A menina estranha*, as previsões sobre um comportamento diferenciado, comprometido por problemas neurológicos ainda não nomeados na época de seu nascimento. Essa será a personagem que construirá o final de uma linha de personagens marcadas pela escravidão, mas que por meio de manifestações involuntárias de sua memória, ligará a trajetória da família doando suas lembranças ao narrador.

Assim, apresentando o enredo dos romances base para essa pesquisa encontramos os elementos históricos descritos como parte do processo de diáspora africana. Os desencontros das famílias africanas e afrodescendentes são apresentado como foco de todas as agruras pelos

quais essas personagens deverão passar. O sofrimento para enfrentar um lugar desconhecido onde não há acolhimento, essas personagens se deparam com a imposição pelo trabalho forçado, o distanciamento de sua cultura, família, se subjugar aos mandos de outras pessoas. Os romances buscaram sensibilizar os leitores sobre esse processo, antes silenciado.

### 3.3 A simbologia entre as águas e a diáspora para a ficção

Alfredo Bosi, ao falar dos romances escritos por Jorge Amado, cita um elemento fundamental na literatura que descreve a região nordeste, “águas-fortes da vida baiana rural e citadina” (BOSI, 2013, p. 434). Assim, parece ser um elemento comum, as águas, como elemento necessário de ligação entre as paisagens, os acontecimentos das personagens e seu desfecho. Assim como bem o fez o autor de *Mar morto*, (1936), as escritoras negras estudadas também buscaram com inserir em seus enredos o mar, os rios, a chuva, enchentes, lágrimas, cachoeiras, diversas formas de inserir a água como elemento que envolve, que transforma, que afasta pessoas, que cria movimento, que lava e até limpa a história e as roupas.

*Água de barrela*, título do romance histórico de Eliana Alves Cruz, buscou logo em sua introdução tratar da temática afrodiáspórica sobre as águas. Esse elemento, a água, traduz diversos sentimentos ligados aos personagens presentes no texto de Cruz, também de outros romances como *Um defeito de cor* (2006), *Não vou mais lavar os pratos* (2010), *Ponciá Vicêncio* (2003), *Torto arado* (2020), para citar alguns. A começar pela explicação dada pelo narrador sobre *Água de barrela*.

Aqueles moços e moças que estavam ali certamente, nunca tinham visto uma barrela – aquela água com cinzas de madeira que se colocava na rouparia para branqueá-la. [...] Antigamente, lavar roupa era um longo processo artesanal. Primeiro se esfregava e batia-se bem; depois era colocar um pouco no molho da água de barrela, enxaguar mais e pôr no sol para quarar. (CRUZ, 2018, p. 15).

O elemento água foi proposto como elemento circundante por Eliana A. Cruz. Assim, quando o narrador descreve os pensamentos da anciã, Tia Nunu, esta se questiona sobre aquela água utilizada para limpar as roupas, mas que também seria usada para apagar o passado: “no fundo, ela achava que o que queria mesmo era que tudo fosse mergulhado nessa água que branqueia: As roupas, as vidas, as pessoas... Todos mergulhados na água de barrela” (CRUZ, 2018, p. 15).

Conforme percebido no extrato acima, há para a autora a simbologia para aquele elemento que outrora fora usado para lavar roupas, mas também pessoas, vidas, remetendo aos escravizados que sucumbiram e desapareceram por meio das águas. O narrador se utiliza da palavra “branqueia”, possibilitando duas interpretações. A primeira sobre o branqueamento do tecido ocasionado pelo efeito da lavagem na barrela; a segunda, remetendo à uma interpretação simbólica sobre o branqueamento cultural da população brasileira, que buscou apagar as heranças afrodescendentes. Também é possível estabelecer uma ligação entre os termos “branqueia” e “as vidas” com o apagamento da história de todo esse contexto colonizador da escravidão.

Quando o narrador apresenta a história dos antepassados de Tia Nunu, logo no início do romance, ele retoma as lendas contadas por Olufemi, patriarca de uma aldeia Iorubá, que leva os filhos ao pé de uma montanha sagrada, Oke-Ado. O pai conta sobre um lago posicionado no alto da montanha, que era protegida por espíritos de seus ancestrais. Iyake, a montanha, guardava uma maldição, embora sua paisagem fosse linda, ninguém poderia entrar em suas águas ou seria sugado para o fundo do lago, e não retornariam. “Todos os que aventuraram nadar eram puxados para outra dimensão” (CRUZ, 2018, p. 21). Está aí, novamente, a mitologia ligada ao poder das águas, que por meio dessa lenda impõem obediência e respeito aos povos ligados à herança Iorubá.

Gowon, filho de Olufemi, ao se casar, recebeu a missão de subir a Oke-Ado, e coletar um pouco das águas daquele lago. Sua esposa, Ewà Oluwa, deveria beber dessa água para garantir sua fertilidade. Assim, partem o pai e seus dois filhos nessa jornada de aventura. O narrador busca transmitir as ligações de crença e ancestralidade dos costumes africanos enraizados nesses personagens. No livro, *Águas – Moradas da memória*, publicado em 2020, a Ana Rita Santiago, encontram-se diversas relações entre a temática das águas em sua simbologia com as narrativas de autoria negra africanas e brasileiras. Na introdução a autora escreve:

A vida nasce das entranhas das águas e dela somos feitos (as). Dessa primeira casa aquática, nos tornamos águas, embora não sejamos. Rio, cachoeira, mar, chuva, neblina vapor, granizo, neve, gelo, lama, gotas são algumas de suas exibições. Dinâmicas por natureza, as águas estão em permanente movimento, circulando continuamente a terra. Poderosas e rebeldes, por excelência, elas escorrem de controles humanos. Com tais diversidades e características, águas bravias e calmas, adquirem relevância e constituem imagens que suscitam e agregam sentidos, memórias e sentimentos. (SANTIAGO, 2020, p. 17).

As águas apresentadas como um elemento emblemático, que fazem a ligação entre os continentes, também foi analisada por Norma Lima, no capítulo de *Úrsula e O alegre canto*



*da perdiz*: Quando as águas se encontram em Maria Firmina dos Reis e Paulina Chiziane. “Apesar de a África imaginária construída por esse discurso ocidental resistir e se reinventar na escrita de suas representantes, duas escritoras negras, em águas que se tocam no século XVIII e XIX, as cicatrizes permanecem.” (LIMA, 2020, p. 131).

Para o romance entre Isabel e Firmino, as águas do rio Paraguaçu são como cama e coberta que os acolhe para que possam se entregar apaixonados. Em contraste com o que ocorre no rio, as lágrimas rolam dos olhos dela quando a mesma reflete sobre a dor “por toda uma existência” (CRUZ, 2018, p. 71), Isabel está aos prantos pensando em todo o sofrimento pelo qual já passou e tenta o suicídio se jogando no Rio.

Isabel e Firmino se jogar arfantes, exaustos e passados os primeiros momentos de cansaço, ela desatou em novo pranto desesperado. [...] com um sol morno em cima deles, ele se virou de lado, puxou-a para junto de si, beijou-a ardentemente. Tiraram as roupas molhadas e fizeram amor como se não existisse outro dia para raiar. (CRUZ, 2018, p. 71).

A professora Santiago vê a inserção do tema “as águas” como elemento da natureza, mas também símbolo cultural, utilizado para traduzir o que há de híbrido e sensível, que se divide em diversos significados, em “experiências de territorialidades, identitárias e ancestralidades ” (SANTIAGO, 2020, p.18). A autora coloca o protagonismo das escritoras negras que se lançam no viés literário para se afirmarem utilizando a sensibilidade da criação poética como ferramenta de reconhecimento identitário. Citando poemas de Mel Adum, Say Adinkra, Lia Vieira, Lívia Natália, Miriam Alves, entre outras, exemplificam as vozes líricas que se utilizam da simbologia das águas como elemento de conexão entre etnias, sinônimo de perdas e encontros, de ressignificação de saberes ancestrais.

Tais vozes, por fim, podem desafiar os (as) leitores (as) corajosamente, a se forjar, com as águas, mares, rios e oceanos, com sua exuberância, correntezas e ondas, sempre que se fizer necessário, suscitando a ânsia pelo (auto) empoderamento e pela firme decisão de se reinventar afirmativamente. (SANTIAGO, 2020, p. 43)

Assim, é fundamental perceber na utilização poética do elemento água, a relação entre memória, história e simbologia utilizadas afim de compor a escrita diaspórica afro-brasileira.

### 3.4 Ancestralidade inserida na literatura negra contemporânea

Entre os elementos da literatura negra está a abordagem de temas como: família, afrodescendência, lendas tribais africanas, o exercício da oralidade, tradições culinárias, temáticas que enriqueceram e deram sentido a uma narrativa decolonial. Por meio dessa nova proposta de escrita para a literatura brasileira está se tornando possível recontar a história a partir do que, outrora, fora silenciado ou criminalizado. As mudanças de posturas proporcionadas pelas lideranças de movimentos negros trouxeram para o século XX uma renovação de pensamentos, entre os quais o caráter reivindicatório motivado pelas associações culturais negras para a legitimação no campo literário.

A importância das associações negras se dá por terem essas..., diferentemente das tradicionais (casas de religião, escolas de samba, congados etc.), certo apreço à produção escrita. Nelas se encontram por vezes a estante de livros, a produção de jornais ou informativos, os grupos de teatro etc. (CUTI, 116, p. 2010).

É elemento dessa herança ancestral, por exemplo, a religião. Segundo o pesquisador Raul Lody, existe uma condição natural dos herdeiros dos povos africanos, que por meio da resistência interagem com o sagrado buscando um ideal de vida e cultura. Esse “povo de santo” se manifesta por meio de eventos que ressaltam a importância de suas manifestações. É por meio dos terreiros que esses valores são representados, preservando esses elementos de ancestralidade. É parte dessa manifestação religiosa assumir a retomada de suas heranças com a mãe, a avó África. Para o autor está presente culturalmente uma fascinação pelo mundo afro.

Os apelos de imagem, de som, de gastronomia, as indissociáveis formas de ver e entender o cotidiano, unindo-os às luzes da manhã, o por da tarde, as águas dos rios, as águas do mar, ao vento, ao verde- árvores, folhas e frutos-, aos animais, formam juntos cenários de vida, de vida compartilhada, e isso é axé, uma força emanada da própria natureza e compreendida em espaço sagrado pelo povo de santo. (LODY, 2006, p. 6).

Em *Úrsula*, essa religiosidade apresenta-se na benevolência oferecida aqueles que se dedicaram ao cristianismo, a referência às religiões africanas não aparece uma vez que não havia para a autora na época respaldo para dissertasse sobre. Por estar em contato com o Romantismo, a escritora dá espaço para que esse discurso religioso apazigue as questões das personagens negras. Segundo Geraldo Ferreira Silva, em *Maria Firmina dos Reis: Faces de uma percursora*, 2020, “a escolha do tema cristão no romance é visível desde o título da

narrativa e pelo homônimo da protagonista, ambos se chamam *Úrsula*, que acreditamos ser uma intertextualidade com a história de Santa Úrsula.” (SILVA, 2020, p. 312).

A voz de Maria Firmina dos Reis expressa crença em um Deus venerado pelos exploradores do seu povo. Parece estranho, ela sendo negra e antiescravagista não pedir proteção e nem mencionar nenhum Deus ou Santo das religiões de matriz africana em sua trama. É nesse ponto que ela crê na sua argumentação de pregar as premissas de Deus, da partilha e do perdão, no sentido de convencer os seus leitores à conversão ao verdadeiro cristianismo e, conseqüentemente, mudar o comportamento destes de exploradores para um relacionamento fraterno. (SILVA, 2020, p. 315).

No romance de Eliana A. Cruz, um capítulo é dedicado à fé com raízes nas crenças afrodescendentes. A personagem Martha, já adulta, num momento de discussão com o genro, João, se mostra possuída por uma entidade espiritual. Assim, a autora mostra com grande propriedade o conhecimento acerca da religião oriunda desse sincretismo entre as crenças católicas e o espiritismo afrodescendente.

- O que é isso, velha?

Xango chegou. Damiana saiu do quarto. Sempre se mantivera distante de tudo aquilo com seus santos e a igreja. Não sabia o que fazer. João arregalou os olhos. Sem dizer nada, Martha apontou a porta para João e fez um gesto para que Damiana se afastasse. Ela correu para a casa de uma vizinha, dona Regina, que certamente saberia o que fazer. João saiu e foi seguido por Martha incorporada, e dona Regina, chegando às pressas, foi até o quintal. (CRUZ, 2016, p. 235).

Segundo Lody, o elemento sagrado para as comunidades afro é algo de “compreensiva humanidade” (LODY,2006), assim, está inserido em diversas faces das relações sociais dos povos. Ele está presente e é compreendido nas manifestações dos variados tipos de santos, dando como exemplo os orixás e caboclos. Entre os exemplos de demonstração de alegria advindas das crenças dos povos de santo está “a comida, num copo de cerveja, numa de cerveja, numa dança, nos passos do Gexá, nos desfiles dos afoxés, nos baques dos maracatus, no fumar dos cachimbos pelos voduns, chega como exemplos de uma alegria incontida; ” (LODY, 2006). O autor ainda acrescenta que esses elementos, alegria e o elemento sagrado, são comungados inseparavelmente.

Lody reflete sobre a “cultura de origem”, a elaboração, a partir dos anos 1970, da valorização e organização dos temas que cercam a temática afro, defendendo a cultura da história, mas tratada como elemento de resistência, como proposta de revisão social, política por meio de suas representações. Nesse ponto o autor se refere a etnicidade e suas representações.

Como fenômeno recorrente no Brasil, o revivalismo afro é continuidade dos movimentos repolitização da África negra a partir da década de 60 – período em que a maioria das independências foi conquistada por países então colonizados. Aí a ordem tradicional de clã, de sociedades organizadas por princípios, além das delimitações físicas de fronteiras territoriais e dos códigos vigentes nas culturas de origem, é retomada sob ótica reafricanizante visível em ações, como o pan-negrismo, pan-africanismo, negritude, que ganharam notoriedade ao buscar Áfricas africanas no continente africano.(LODY, 2006, p. 14)

Esse entendimento é, segundo o autor, parte de um grande movimento que busca reelaborar as referências das expressões culturais afrodescendentes. Para o caso brasileiro faz parte da composição cultural africana o uso de elementos que compõem o imaginário coletivo através de vestimentas, cores, também as músicas, festejos religiosos, penteados dando certa identificação por semelhança entre o que é reconhecidamente africano e afro-brasileiro.

A culinária é também uma ferramenta de afirmação da ancestralidade africana. Na narrativa de Eliana, encontra-se a personagem Marta, que é uma vendedora ambulante. Com seu tabuleiro e os doces típicos da culinária africana, a personagem garante o sustento da família. Priscila Novaes, no livro *Ajeum, o sabor das deusas*, de 2017, apresenta alguns dados referentes a ligação cultural e o comércio nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro.

A arte de produzir e comercializar alimentos em vias públicas, se mostrou uma importante ferramenta de luta adotado por escravas de ganho, as negras de tabuleiro, as quitadeiras e as baianas de acarajé. As pesquisas sobre esse tema nos levam a compreender a expressiva contribuição dessas mulheres no processo de formação da população afro-brasileira, com importante participação na esfera política, econômica e social, desde o período escravocrata até a contemporaneidade. (NOVAES, 2017, p. 21).

A independência e organização para o trabalho é algo no comportamento das mulheres africanas já reconhecido como parte de sua estrutura cultural familiar. Existe nas habilidades dessas comerciantes uma articulação e independência para a organização e venda de produtos variados movimentando o comércio informal. Segundo Cecília Moreira Soares, citada por Novaes, as mulheres negras que passam a fazer o comércio dos quitutes, doces e geleias, como ganhadeiras, saem das cozinhas e vão para as ruas. O que antes era preparado dentro da Casa Grande, no período da escravidão, vira um meio de sobrevivência nas ruas depois da Lei Áurea.

De forma a encerrar esse capítulo, mas não as reflexões sobre as mudanças na contextualização dos novos romances brasileiros, percebemos o montante de informações pertinentes às novas manifestações dentro da literatura nacional. Naquilo que foi apresentado encontraram-se autores e obras que dialogam com possibilidades de reconhecer faces de uma

representação cultural nunca antes tão exemplificada para a pluralidade de expressões dos grupos sociais. Também o contraponto é levado a reflexão, quando percebemos ter sido, por tantos anos, silenciada essa gama de representações da religiosidade, costumes alimentares e expressões culturais ligadas à comunidade negra afrodescendente e africana em sua origem.

Para Kabengele Munanga o entendimento sobre a Negritude é para escritores definida como

busca do desafio cultural do mundo negro (identidade negra africana), protestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo de uma revisão das relações entre povos para que se chegasse a uma civilização não universal[...]” (MUNANGA, 2009, p.50).

Dessa forma, aquilo que se elabora como o pensamento sobre a negritude deve ser apresentado com base nas formulações da cultura africana a partir das definições mais atuais, mas que tragam na sua essência a história, a herança ancestral, elementos pertinentes a afirmação de um povo, de uma etnia.

O autor esclarece que muitas são as maneiras de se formular o resgate ancestral, mas o que importa aos que se unem na defesa da negritude é explorar o orgulho de se reconhecer africano, negro, de sua história e cultura. O autor cita Césaire, este redefine negritude como “identidade, fidelidade, solidariedade” (MUNANGA, 2009). A identidade para a modernidade é, segundo Munanga, o momento de renovação, luta por reconhecimento e participação na construção cultural como pertencentes, protagonistas, desse processo.

Munanga reflete sobre a necessidade de conhecer e participar do processo de conscientização sobre a história dos movimentos de resistência cultural inserida na cultura brasileira, mas de forma cautelosa para que ocorra o entendimento errôneo sobre a temporalidade desse movimento, não permitir que a negritude seja vista como um movimento da “atualidade”, algo centralizado num tempo determinado, o presente, não permitindo que seja transformada em objeto de domesticação da cultura e das religiões.(MUNANGA, 2009)

## CONCLUSÃO

A literatura como um todo se fez, e vem se compondo, a partir da multiplicidade de formas, sons e cores. A partir do estudo crítico e discussão sobre o início de suas publicações, entendendo a complexidade histórica, política, ideológica e social, buscamos traçar uma definição pautada na compreensão de suas fases, respeitando aquilo que foi possível para cada período, e por tanto projetando aquilo está se construindo no presente e suas possibilidades para o futuro.

A partir do estudo sobre a trajetória da literatura brasileira encontrou-se reflexões contundentes sobre a ausência de mulheres entre intelectuais dos três primeiros séculos de Brasil. Essa afirmação foi um ponto motivador para selecionar entre artigos e publicações teóricas outras menções a mulheres, tanto na literatura nacional quanto na internacional. Lélia Gonzáles foi um nome forte entre as autoras feministas negras brasileiras por conta de suas várias publicações e da importância de sua militância para que fosse reconhecido o trabalho intelectual das mulheres e a busca por igualdade de direitos na sociedade patriarcal brasileira.

Através da publicação de textos de caráter históricos feitos por Mary Del Priore foi possível desmistificar algumas dúvidas a respeito do acesso de mulheres à educação formal nos períodos de meio e fim do século XIX. Considerando tais informações reconheceu-se a relevância de encontrar mulheres em posições que exigiam o conhecimento letrado, a habilidade em ler literatura de línguas estrangeiras, para se colocar de forma eloquente diante dos demais intelectuais da sociedade. Esse foi o caso de Maria Firmina, que já lia e traduzia obras de Victor Hugo, por exemplo.

A presença de mulheres negras entre as publicações brasileiras na atualidade comprova a mudança cultural pelo qual a sociedade vem passando. Considerou-se esse o resultado de um grande movimento de valorização das publicações feitas a partir do século XX. Ficou comprovado por meio de diversas pesquisas de caráter literário que aos poucos mais mulheres se projetaram como escritoras, um destaque especial para Ruth Guimarães, que foi premiada por sua obra, *Água Funda*, de 1949. Antes de Guimarães mulheres negras foram reconhecidas entre os movimentos feministas, de igualdade de direitos e contra discriminação racial e de gênero, nesse ponto Lélia Gonzáles foi grande referência, publicando artigos e livros em parceria com outros escritores.

Quando Eliana Alves Cruz começa a se projetar com *Água de Barrela*, ela já encontra um vasto material direcionado à escrita memorialística e histórica, como as obras de Joel

Rufino dos Santos, e de escritoras negras estrangeiras como Bell Hooks, Toni Morrison, Audre Lord e Angela Davis, além das obras de Alice Walker. A fortuna crítica relacionada as publicações dessas mulheres serviram de base para as pesquisas de escritoras brasileiras.

Considerando as novas pontuações acerca da literatura histórica, compreendemos a importância de seu processo para que possamos nos apropriar adequadamente daquilo que condiz com a história da sociedade em que está inserida, tratando com cautela e equilíbrio o que será narrado para que erros do passado, como a dissimulação intencional de fatos, não torne a registrar uma narrativa de acontecimentos imprecisos. É preciso conhecer bem o nosso passado enquanto sociedade para que se crie uma narrativa que simbolize positivamente essa trajetória. O posicionamento crítico foi fundamental para se chegar a esse reconhecimento. Quando entendemos que o processo narrativo memorialístico envolve mais do que a lembrança de situações isoladas, que o coletivo também produz história, e a literatura se enriquece com essas contribuições. Em caráter nacional, a literatura ainda precisa ampliar seu espaço de alcance para que mais mulheres negras estejam nesse lugar de cânone para a literatura.

Foi notório perceber que um grande volume de obras buscou por meio de seus autores e personagens, caminhos e estratégias para contar as histórias de seu povo a partir daquilo que pode surgir de mais simples, original e verdadeiro, criar identidades que se reconheçam representadas na literatura, especialmente a brasileira. Nesse ponto, a criação literária feminina negra ultrapassou diversos obstáculos para desfrutar desse lugar de expressividade, de beleza e de reconhecimento perante leitoras e leitores ansiosos por esse resultado.

Por tudo isso concluímos essa dissertação reconhecendo o grande feito que as escritoras negras vêm proporcionando por meio da criação literária para levar aos leitores, às comunidades, aos locais de debates, aos bancos acadêmicos novas representações da história dos povos africanos e afrodescendentes, de sua ancestralidade. Também, tornando notório a relevância em revelar as protagonistas negras silenciadas, por suas trajetórias como mães, avós, esposas, trabalhadoras, construídas para a renovação da ficção brasileira, que em seus ofícios, por meio de seu sofrimento, resiliência e sua superação apresentam a história do Brasil, salientando que muitas outras histórias ainda precisam ser criadas e publicadas.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia, Técnica, arte e Política*. Obras escolhidas vol. 1. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BONNICI, Thomas. *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 1. edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2014.

BROOKSHAW, David. *Raça e Cor na Literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado, 1983.

CANDIDO, Antônio. *A personagem de Ficção*. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1968.

\_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. 9. ed.. Rio de Janeiro. Ed. Ouro sobre Azul, 2006.

CARNEIRO, Edson. *Ladinos e Crioulos: estudo sobre o Negro no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil*. Coleção Consciência em Debate. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2011.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. Série Princípios. 4. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. *A igreja e a escravidão: Uma análise documental*. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1985.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Global, 2006.

CHAGAS, Reimy Solange. *A União faz a Força: expressões do mito familiar em famílias negras*. 1. ed. São Paulo: Ed. Intermeios, 2014.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2017.

COELHO, Nelly Novaes (org.). *Feminino Singular: A participação da mulher na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Edições GRD, 1989.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Era Romântica. Estilos de Época. Vol. 3. 6. edição. São Paulo: Ed. Global, 2002.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Era Realista/ Era de Transição. Estilos de Época. Vol. 4. 6. ed. São Paulo: Ed. Global., 2002.



CRUZ, Eliana Alves. *Água de barrela*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Malês, 2018.

\_\_\_\_\_. *O Crime no Cais do Valongo*. Rio de Janeiro: Ed. Malê, 2018.

\_\_\_\_\_. *Nada digo de Ti, que em ti não veja*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2020.

CUTI, Luís Silva. *Literatura Negro-Brasileira*. Coleção Consciência em Debate. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2010.

DUARTE, Constância Lima. Org. *Maria Firmina dos Reis: Faces de uma Percursora*. Rio de Janeiro: Ed. Malê, 2018.

\_\_\_\_\_. DUARTE, Eduardo Assis. ALEXANDRE, Marcos Antônio. *Falas do Outro: Literatura, Gênero e etnicidade*. Belo Horizonte: Ed. Nandyala., 2010.

DUARTE, Eduardo Assis. *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2014.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. Tradução Waltensir Dutra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2006.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicencio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2017.

FERNANDES, Florestan. *Significado do Protesto Negro*. Coleção Polêmicas do nosso Tempo v. 33. São Paulo: Cortez, 1989.

FERRETTI, Danilo. A publicação de “A cabana do Pai Tomás” no Brasil escravista: O momento europeu da edição Ray e Belhatte (1853). *Várias Histórias*. Vol.33, n. 61. Belo Horizonte, p.189 a 223, 2017.

FONSECA, Maria Nazaré Soares. *Diálogos entre História e Literatura em obras Literárias Africanas e Brasileiras*. História, Rio Grande, número 6, p. 243 a 267, 2015.

\_\_\_\_\_. *Vozes em discordâncias na literatura afro-brasileira contemporânea in Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte. PUC Minas, p.191 a 2020,2002. Literafro. UFMG.

LIMA, Norma Sueli Rosa. Úrsula e O alegre canto da perdiz: Quando as águas se encontram em Maria Firmino dos Reis e Paulina Chiziane. Em FREITAS, Sávio Roberto Fonseca de. *Moçambique no feminino: A narrativa de Paulina Shiziane*. Editora UFPB, João Pessoa, 2021.

\_\_\_\_\_. O ensino das literaturas de língua Portuguesa no Brasil. *Diadorim* Rio de Janeiro, Revista 18, Vol. 01, p.172 a 184, 2016.

\_\_\_\_\_. O ensino das literaturas de Língua Portuguesa como estratégia de leitura. *Pensares em Revista*. n. 10. São Gonçalo-RJ, 2017. p. 96 a 111.

file://marte.ccesp.puc-rio.br/home\$/patricia\_araujo/Downloads/31630-105879-1-PB.pdf ,

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 30. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

GOMES, Heloísa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Atual, 1988.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 24. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2020.

GONÇALVES, Marco Antônio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2012.

GONZALES, Lélia. HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Coleção: 2 Pontos. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Ruth. *Água Funda*. São Paulo: Ed. 34, 2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte. UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Thomas Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

HEYWOOD, Linda M. *Diáspora Negra no Brasil*. 2. ed. 4ª reimpressão. São Paulo. Ed. Contexto, 2019.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Bhuvi Libânio. 6. ed. Rio de Janeiro. Ed. Rosa dos Tempos, 2019.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais negras*. Ano 3, p. 464, 2º semestre 195. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 19/01/2021

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

JUNIOR, Itamar Vieira. *Torto arado*. 10ª impressão. São Paulo: Ed. Todavia, 2021.

LOPES, Nei. SIMAS, Luís Antônio. *Filosofias Africanas: Uma Introdução*. 1. ed. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2020.

LODY, Raul. *O povo de Santo: Religião, História e cultura dos orixás, vuduns, inuíces e caboclos*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2006.

LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. Tradução Rubens Enderle. Boitempo. São Paulo, 2011.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Tradução James Amado. 3. Ed. Brasiliense, 2003.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução: Sebastião Nascimento. 3. ed. Ed. N-1. edições / Brasil, 2019.

MENDES, Algemira de Macedo. *A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: Revisitando o Cânone*. 1ª ed. Chiado Editora. São Paulo, 2016.

MIRANDA, Fernanda R. *Silêncios Prescritos: Estudo de Romances de autoras Negras Brasileiras (1859 – 2006)*. Rio de Janeiro: Ed. Malê, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. Col. Cultura Negra e Identidades. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MORRISON, Toni. *A Fonte da autoestima: Ensaios, discursos e reflexões*. Tradução Odorico Leal. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor: Identidade, Raça e Gênero no Brasil*. São Paulo: Ed. Selo Negro Edições, 2003.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: História, Teoria e Crítica*. São Paulo: Edusp, 2015.

OLIVEIRA, Paulo César S. *Viagens ficcionais e viagens históricas: Interseções*. In: Poéticas do Contemporâneo. São Paulo: Paco, 2014.

\_\_\_\_\_. CARREIRA, Shirley de Souza Gomes Carreira. *Diáspora e Deslocamentos: travessias críticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e guerreiras: Uma Breve História da Mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 1. ed. São Paulo: Ed. Planeta., 2020.

REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil: A história não contada*. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

ROCHA, Everardo P. Guimarães; SANTOS, Rufino dos; BERND, Zilá. *O que é Etnocentrismo Racismo Negritude*. V. 28. São Paulo: Ed. Círculo do Livro, 1992.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. Volume 9. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976.

ROMERO, Sílvio. *Teoria Crítica e História Literária*. São Paulo: Edusp, 1978.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Ed. Círculo do Livro, 1835.

SALES, Ricardo Henrique. SOARES, Mariza de Carvalho. *Episódios de História afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2005.

SANTOS, José Antônio dos. *Diáspora Africana: paraíso perdido ou terra prometida*. In: Macedo, Jr. Desvendando a história da África. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. *Crônica de indomáveis delírios*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991.

SANTOS, Mirian Cristina. *Intelectuais negras: prosa negro-brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Malê, 2018.

SANTIAGO, Ana Rita. *Vozes Literárias de Escritoras Negras*. Cruz das Almas, Bahia: Ed. UFRB, 2012.

\_\_\_\_\_. *Descolonização do conhecimento no contexto Afro-brasileiro*. Cruz das Almas, Bahia: Ed. UFRB, 2017.

\_\_\_\_\_. *Águas: Moradas da Memória*. Cruz das Almas, Bahia: Ed. UFRB. 2020.

SOBRAL, Cristiane. *Não vou mais lavar os pratos*. 3. ed. Brasília: Ed. Garcia, 2016.

SOUSA, João da Cruz e. *Broquéis e Faróis*. Campinas: Ed. Russel, 2003.

STOWE, Harriet B. *A cabana do Pai Tomás*. Trad. Herberto Sales. 30. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 1969.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 5ª ed. Col. Documentos Brasileiros 74. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1969.

VOGT, Carlos. LEMOS, José Augusto Guimarães de. *Cronistas e Viajantes*. Col. Literatura Comentada. São Paulo: Ed. Abril Educação, 1982.

### Referências em revistas e jornais eletrônicos

AMARO, Vagner. *Eliana Alves: a voz da liberdade*. Disponível em: <<https://biblioo.info/eliana-alves-cruz-a-voz-da-liberdade/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARINGOLO, Cátia Cristina Bocaiúva. *Água de Barrela, de Eliana Alves Cruz*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/resenhas/ficcao/72-eliana-cruz-agua-de-barrela>>. Acesso em: 10/01/2021.

MARIA, Fernanda. *Eliana Alves Cruz e a história de todos nós*. Disponível em: <<https://atlanticoonline.com/eliana-alves-cruz-e-a-historia-de-todos-nos/>>. Acesso em: 12/05/2021

Artigo: Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 36, nov. 2020 - ISSN 1983-2354 [www.africaeaficanidades.com.br](http://www.africaeaficanidades.com.br) Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 36, nov. 2020 - ISSN 1983-2354 [www.africaeaficanidades.com.br](http://www.africaeaficanidades.com.br) Entrevista Eliana Alves Cruz Entrevistadoras Érica Luciana de Souza Silva, Laís Ribeiro Durães Fagundes

DIOGO, Luciana Martins. *A primeira resenha de Úrsula na imprensa maranhense*. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/view/9845>>. Acesso em: 16/02/2021.

DALCASTAGNE, Regina. *Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea*. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/9705>>. Acesso em: 18/01/2021

\_\_\_\_\_. *Literatura e resistência no Brasil hoje*. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1504>>. Acesso em: 18/01/2021.

DUARTE, Eduardo Assis. *Margens da História: A revisitação do passado na ficção afro-brasileira*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/151-eduardo-de-assis-duarte-margens-da-historia>>. Acesso em: 10/12/2021

SILVA, Érica Luciana de Souza; FAGUNDES, Laís Ribeiro Durães. Entrevista Eliane Alves Cruz. Disponível em: <<https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Eliana%20Alves%20Cruz%20-%20Entrevista%20ed.36.pdf>>. Acesso em: 20/03/2021

FILHO, Domício Proença. *A trajetória do Negro na literatura brasileira*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017)>. Acesso em: 25/04/2021

LOBO, Luísa. Auto-retrato de uma pioneira abolicionista. In *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro, p. 1993-224, fevereiro de 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>

GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Em: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p.223 -244.